



resenha

de política exterior do brasil

número 60, janeiro, fevereiro e março de 1989

1. brasil acolhe governadora-geral do canada
2. paramaribo recebe o presidente sarney
3. presidente sarney na guiana
4. meio ambiente: reunião de cúpula na haia
5. brasil-paises baixos: ii reunião da comissão mista de cooperação econômica e industrial
6. iii reunião de chanceleres do tratado de cooperação amazônica
7. américa latina e o caribe discutem o meio ambiente

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
número 60. janeiro, fevereiro e março de 1989
ano 16. ISSN 0101 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Roberto de Abreu Sodré

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações
Embaixador Marco Cesar Meira Naslauský

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Luiz Antonio Jardim Gagliardi

Chefe do Centro de Documentação
Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)

Redator e Editor responsável: Ríglea C. Brauer
Responsáveis pela Distribuição: Marinete Bernardino Boaventura; Jorge dos Santos

Redação, administração, distribuição e endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO) – Palácio do Itamaraty, anexo II, sala 25
Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil
CEP 70 170. Telefones: (061) 211-6410 e 211-6474

Resenha de Política Exterior do Brasil
Ano 1 – nº 1 – junho de 1974 – Brasília, Ministério das Relações
Exteriores, 1974.

v. trimestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério
das Relações Exteriores.

327(081) (05)
R 433

brasil acolhe governadora-geral do Canadá

Discurso do Presidente José Sarney, por ocasião do banquete oferecido à Senhora Governadora-geral do Canadá, Jeanne Sauvé, em 16 de fevereiro de 1989

O Governo e o povo brasileiros recebem, honrados, a visita de Vossa Excelência e de sua importante comitiva.

Muito apreciei a oportunidade de dialogar com Vossa Excelência e de trocar idéias sobre temas bilaterais e multilaterais de nosso comum interesse.

Através do diálogo aberto, franco e cordial que sempre caracterizou as relações entre o Brasil e o Canadá, creio que poderemos traduzir em fatos concretos e de mútuo benefício os elevados propósitos de cooperação que animam nossos dois países.

Temos muito em comum: as dimensões continentais, a diversidade geográfica, as múltiplas contribuições culturais que enriquecem nossas sociedades.

Somos nações jovens, com economias em expansão e partilhamos de uma concepção democrática e pluralista da convivência internacional.

Encaramos o futuro com otimismo e confiança, conscientes dos papéis que nos cabe desempenhar no cenário mundial.

Queremos participar decididamente da construção de uma sociedade internacional mais justa, em que os frutos do progresso se repartam harmoniosamente entre os povos.

Vivemos época de mudanças profundas.

Os passos acelerados da ciência abrem condições de progresso e bem-estar inimagináveis há poucos anos.

Transformações fundamentais ocorrem também no cenário político.

O renovado diálogo entre as duas superpotências e a revalorização das instâncias multilaterais permitem descortinar possibilidades de solução para inúmeros problemas internacionais. Abrem-se oportunidades reais, capazes de conduzir a uma ordem internacional efetivamente voltada para a paz, o desenvolvimento e a cooperação.

O Brasil, na medida de suas possibilidades, está preparado e decidido a participar deste processo.

Para tanto, estamos empreendendo vigorosos ajustes em nossa economia, modernizando os mecanismos de gestão, estimulando sensivelmente a livre iniciativa e procurando limitar a ingerência do Estado aos níveis essenciais.

A retomada do desenvolvimento acelerado, que caracterizou nas últimas décadas a economia brasileira, se tornar  possível mediante a liberação dos impulsos criativos e empreendedores da sociedade.

Estamos igualmente conduzindo, com firmeza e determinação, o processo de consolidação e aperfei amento das instituições democráticas em nosso país. Buscamos criar, com o

desenvolvimento econômico e institucional, condições de vida mais justas para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

Fizemos uma opção irrenunciável pela democracia.

Digo sempre que liberdade econômica e democracia são duas faces da mesma moeda. Uma depende da outra e ambas se reforçam mutuamente. Nosso compromisso nesse sentido é firme e encontra raízes profundas na sociedade brasileira.

O Brasil que Vossa Excelência honra hoje com sua visita é um país renovado, democrático e confiante no futuro. Um país amadurecido, que se projeta no cenário das nações com um perfil próprio, com interesses e responsabilidades definidas e que não deixará de se fazer ouvir em todos os foros onde se debatem as grandes questões da agenda internacional.

Entre estas questões, sobressai o desequilíbrio crescente entre países cada vez mais afluentes e poderosos e países que infelizmente ainda se caracterizam por carências fundamentais. A persistência desse estado de coisas profundamente injusto gera tensões, afeta a paz e a segurança e compromete o futuro da cooperação internacional.

A situação de empobrecimento da América Latina durante a última década traz um alerta, que não pode passar despercebido.

Os números são de uma eloquência preocupante.

O produto interno "per capita" da região está estancado no mesmo nível de dez anos atrás. O fosso entre a renda "per capita" dos países latino-americanos e a dos países industrializados aumentou mais de um terço no mesmo período.

O fardo da dívida externa debilita a economia e constrange a capacidade regional para aumentar investimentos produtivos, assim como para ampliar importações. Em 1988, de acordo com os últimos dados da ONU, a

transferência de recursos da América Latina para pagamento da dívida aumentou 70% em relação a 1987. As transferências somaram US\$29 bilhões, ou seja, 24% da receita obtida com as exportações dos países da região. Paralelamente, ingressaram na América Latina, a título de crédito e investimentos, não mais do que US\$4 bilhões.

Nos últimos sete anos, o total de recursos transferidos pela região chegou a US\$180 bilhões.

Trata-se de uma inversão ilógica e despropositada dos fluxos de capitais. Os mais pobres passaram a financiar os mais ricos. Isto é absolutamente inadmissível e não pode perdurar.

Nossos países não aceitam serem transformados indefinidamente em exportadores de capital.

O Canadá, na sua qualidade de membro do Grupo dos Sete, tem dado uma contribuição valiosa para o encaminhamento de uma solução justa e duradoura para esta angustiante questão. Devo registrar com satisfação e reconhecimento que o Canadá manteve as suas linhas de crédito abertas para o Brasil mesmo no período em que fomos levados a suspender os pagamentos.

Sei, portanto, que podemos contar com uma atuação canadense sempre solidária e cada vez mais decisiva para que se logrem resultados práticos para este problema inquestionavelmente político e econômico, que é a dívida externa do Terceiro Mundo. Confio em que a proposta recentemente aprovada pelo "Grupo dos Oito" venha a merecer consideração urgente e favorável por parte dos países credores e possa efetivamente constituir-se em base para uma ampla negociação internacional.

Se singularizo a questão da dívida externa é porque estou persuadido de que de sua solução depende na verdade o futuro da cooperação internacional. Este mundo transformado que hoje vislumbramos permanecerá uma utopia, uma visão inalcançável, enquanto subsistirem as

desigualdades fundamentais de que a questão da dívida externa é emblemática.

A tarefa é, pois, urgente e inadiável. Devemos dedicar-lhe os nossos melhores esforços e a nossa imaginação criadora. O Brasil não faltará a este debate, como não deixou jamais em sua história de participar do encaminhamento das grandes questões internacionais. Com espírito aberto, construtivo e conciliador; mas com firmeza nos propósitos e persistência na ação.

Senhora Governadora-geral,

Nossos países sempre demonstraram disposição para o diálogo e a negociação. O Brasil e o Canadá souberam construir um relacionamento que não hesito em qualificar de exemplar. Jamais tivemos problemas que não pudessem ser resolvidos harmoniosamente.

Trabalhamos juntos também nos foros multilaterais, onde nos aproximam os interesses da paz e do desenvolvimento.

Temos pela frente muitos desafios a vencer, muito a realizar para elevar o relacionamento brasileiro-canadense ao nível de suas potencialidades, e aprimorar nossa cooperação nos variados setores em que vem historicamente se desenvolvendo.

Existem muitas perspectivas de incrementar o nosso comércio bilateral, cujos níveis são ainda

proporcionalmente modestos. Há todo um universo de possibilidades a explorar no terreno de cooperação científica e técnica. São animadoras as perspectivas de complementação de nossas economias. Temos muito a dar e a aprender um com o outro. É questão de estimular os segmentos dinâmicos de nossas sociedades e de identificar as oportunidades de trabalho. Não há limites para o que podemos fazer juntos.

As portas do Brasil, Senhora Governadora-geral, estão abertas, como sempre estiveram, para o Canadá.

Estou seguro de que as conversações ensejadas pela visita de Vossa Excelência em muito contribuirão para dinamizar ainda mais as nossas relações em benefício de nossos respectivos povos.

Senhora Governadora-geral,

É, pois, com muito prazer que reitero a Vossa Excelência nossas mais calorosas boas-vindas e nossos votos de feliz e proveitosa estada no Brasil.

Convido todos os presentes a erguerem as suas taças à saúde de Sua Excelência a Senhora Governadora-geral Jeanne Sauvé,   prosperidade do povo canadense e é sempre crescente amizade entre os nossos dois países.

paramaribo recebe o presidente sarney

Palavras de saudação do Presidente José Sarney, em sua chegada ao Aeroporto de Zanderij, no Suriname, em 2 de março de 1989

Senhor Presidente,

Sejam minhas primeiras palavras para agradecer a Vossa Excelência em meu nome, no de minha mulher e de toda a comitiva brasileira a generosa acolhida com que nos distingue.

Trago a Vossa Excelência as nossas saudações, que são as saudações de todo o povo brasileiro. Antecipo com grande prazer as conversações que mantereí com Vossa Excelência.

Esta visita tem um significado histórico: pela primeira vez um Chefe de Estado do Brasil vem a este país-irmão. Simboliza ao mesmo tempo a crescente afirmação dos laços de amizade e cooperação estabelecidos entre os nossos países desde a independência do Suriname.

Temos muito em comum: o componente étnico, a natureza amazônica, o ideal de democracia que nos inspira e que estão nossos dois Governos firmemente empenhados em preservar e consolidar.

Venho ao Suriname com o espírito aberto para o diálogo construtivo. Durante nossas conversações, trataremos de temas da atualidade mundial, regional e, especialmente, da intensificação dos nossos laços de cooperação. Nossa agenda é ampla e substancial.

Animados pelo espírito de entendimento que preside nossas relações, estou seguro de que

chegaremos a resultados proveitosos, em benefício de nossos dois países.

Tenha certeza de que encontrará em mim e nos membros de minha comitiva interlocutores dispostos a trabalhar com determinação em prol de nossos objetivos comuns.

Discurso pronunciado pelo Presidente José Sarney na Cerimônia da Assinatura de atos, em 2 de março de 1989

Senhor Presidente,

Os Atos que acabamos de firmar constituem um marco no processo de aproximação entre dois países. Reforçam e estreitam a ampla teia de interesses mútuos, que vinculam brasileiros e surinamenses, abrindo oportunidades para o crescente desenvolvimento de nossa cooperação.

É, pois, com grande satisfação que presido, juntamente com Vossa Excelência, esta cerimônia, que simboliza o alto grau de entendimento existente entre o Brasil e o Suriname.

O Brasil orienta-se em sua atuação externa pelos ideais da paz, do universalismo, do desenvolvimento e da cooperação. Além-se, invariavelmente, aos princípios básicos do direito internacional, como a não-ingêrência em assuntos internos de outros países, a autodeterminação dos povos, a igualdade soberana

entre os Estados, a solução pacífica das controvérsias.

Atribuímos importância fundamental à dimensão latino-americana e caribenha de nossa política externa, ao aprimoramento constante das relações com nossos vizinhos. A integração regional é, no Brasil, mandamento consagrado na Constituição promulgada em outubro último.

Os Atos que assinamos hoje inserem-se no quadro maior da cooperação para o desenvolvimento regional. Respondem a objetivos de política externa muito caros a nossos dois países. Simbolizam o muito que podemos empreender em conjunto.

Vão ao encontro, estou seguro, do firme propósito de Vossa Excelência e do povo do Suriname de estimular a permanente aproximação com a comunidade de nações latino-americanas e, em especial, com os países limítrofes.

Espelham a vontade inabalável de nossos dois Governos, ratificada agora em seus mais elevados níveis de decisão, de juntos percorrermos o caminho para a prosperidade.

É na cooperação bilateral que está a alternativa para a superação dos imensos obstáculos ao desenvolvimento que nos impõe a conjuntura econômica internacional.

Comprovamos aqui que a insuficiência de recursos não nos cerceia a imaginação, nem nos tolhe a iniciativa. Tampouco nos condena ao imobilismo, à inação.

Ao contrário. Estamos estabelecendo mecanismos criativos, eficazes, que balizarão e, estou certo, serão fundamentais para dinamizar o relacionamento bilateral, em suas vertentes mais promissoras. Estamos fixando os parâmetros que nos permitirão construir juntos nosso futuro.

O Comunicado Conjunto, o "Programa de Trabalho de Paramaribo", bem como os demais atos que acabamos de celebrar atestam o alto grau de coincidência que existe entre nossos Governos.

Dão forma e substância à nossa vontade política comum de promover a cooperação bilateral, que sempre norteou o relacionamento entre nossos dois países, desde a independência do Suriname. Revelam que são amplas e promissoras as áreas de convergência.

O "Programa de Trabalho de Paramaribo" estabelece as linhas-mestras da atuação conjunta, de forma sucinta, mas abrangente e flexível. É fruto de análise metódica pelos órgãos internos de nossos dois Governos. Reflete, de modo realista, o potencial de cooperação existente.

Acolhe, também, a decisão que tomamos de promover e estimular o diálogo político entre nossos países, através da realização de encontros regulares, em diversos níveis. Trata-se, aí, do estabelecimento de um foro privilegiado, ágil, para o rápido encaminhamento dos assuntos de interesse mútuo.

O "Programa" lista, com detalhes, possibilidades de atuação conjunta em mais de uma dezena de áreas do relacionamento bilateral. Estão contempladas iniciativas em setores que vão desde o comércio, a economia e as finanças até a cooperação científica e tecnológica, passando pelas telecomunicações, a cultura e o combate ao tráfico de narcóticos.

Nesse mesmo contexto, reafirmamos a especial importância que atribuímos ao Tratado de Cooperação Amazônica, não só como instrumento utilíssimo de integração regional, mas também como vetor da cooperação bilateral. Reafirmamos a possibilidade de implementar o intercâmbio entre instituições nacionais especializadas de pesquisas sobre temas vinculados à Amazônia.

Senhor Presidente,

As conversações que mantivemos foram extremamente positivas. Ressaltaram a convergência de percepção sobre as mais importantes questões da atualidade regional e internacional. Deixaram-me a certeza de que muito têm nossos países em comum. De que inúmeras são as possibilidades a explorar.

Ao retornar ao meu País, quero deixar com Vossa Excelência a certeza de que o Governo brasileiro fará o que estiver ao seu alcance em prol do adensamento das relações com o Suriname. Levo comigo a convicção de que teremos fortalecido, nesta etapa, os laços da cooperação bilateral. Através do trabalho conjunto, daremos expressão concreta ao apreço e à amizade que existem entre nossos povos. Esteja Vossa Excelência seguro de que encontrará no Governo brasileiro interlocutores permanentemente voltados para a implementação e o aprofundamento dos entendimentos a que chegamos nos atos hoje assinados.

Palavras do Presidente José Sarney, por ocasião do recebimento da condecoração "Gran Colar da Ordem da Estrela Amarela", em 2 de março de 1989

Senhor Presidente,

Desejo expressar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, ao Governo e ao povo-irmão do Suriname, meu mais profundo agradecimento por esta homenagem.

Portarei sempre com orgulho a insígnia que acabo de receber. Sei que simboliza todo o rico patrimônio de amizade, entendimento e cooperação que têm acumulado brasileiros e surinamenses. É sobretudo um gesto de carinho do povo generoso desta terra, extensivo a todos os meus compatriotas.

Simboliza também o compromisso de dois países que tanto têm em comum de não esmorecer na luta solidária pela prosperidade.

Nossos Governos têm na integração regional uma de suas mais caras bandeiras. Sabemos que só unidos em nossos esforços superaremos os imensos desafios do desenvolvimento.

A distinção que, honrado e emocionado, recebo das mãos de Vossa Excelência representa, para mim, valioso estímulo. Indica que estávamos no caminho certo, brasileiros e surinamenses, quando adotamos a opção irrenunciável pela cooperação.

Palavras do Presidente José Sarney na Abertura da Reunião de Trabalho com o Presidente do Suriname, em 2 de março de 1989

Senhor Presidente,

Temos diante de nós uma ampla agenda de conversações. Trataremos de temas relevantes da atualidade internacional e regional, de interesse direto para nossos dois países.

Passaremos em revista o desenvolvimento da cooperação entre Brasil e Suriname. Verificaremos que muito tem sido feito no período relativamente curto em que mantemos relações como duas nações soberanas, o que é, para mim, motivo de especial satisfação.

Estou seguro de que nossas conversações desta tarde abrirão novas perspectivas para o esforço conjunto que estamos dispostos a empreender.

O Brasil atravessa um período de dificuldades econômicas que exige o máximo de nossa imaginação e de nossos esforços. Os recursos financeiros são limitados.

Mas permanecemos confiantes no futuro; em nossa capacidade de superar os problemas. Tenho certeza de que também é prosperidade o futuro da nação suirinamense. E, dentro de nossas possibilidades, não pouparemos esforços para que possamos trilhar juntos o caminho do progresso.

Podemos partilhar experiências em culturas agrícolas adaptadas às condições climáticas do Suriname; contribuir para a erradicação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária.

Queremos continuar o trabalho conjunto na área de endemias tropicais; colaborar na formação profissional, importante para o êxito de qualquer plano de desenvolvimento. Pretendemos fazer um levantamento adequado das possibilidades de cooperação no setor energético.

Podemos atuar juntos no campo da elaboração de planos e projetos de desenvolvimento.

Reitero a disposição brasileira de enviar a Paramaribo, em curto prazo, missão técnica para realizar os contatos iniciais e definir os campos em que essa cooperação poderá ser prestada.

A cooperação bilateral e regional na área amazônica é outro tema de imensa relevância que consta de nossa agenda. É uma região que compartilhamos; é nossa a responsabilidade por seu desenvolvimento racional, pela preservação do patrimônio que nos pertence.

Senhor Presidente,

Temos trabalho árduo – mas, estou certo, gratificante – a realizar. Temos, também, o futuro adiante de nós. E, em nossas mãos, a possibilidade de torná-lo mais promissor.

Discurso do Presidente José Sarney em sua visita à Assembléia Nacional do Suriname, em 2 de março de 1989

Senhor Presidente da Assembléia Nacional,

Senhores Membros da Assembléia Nacional,

Muito agradeço as palavras de Vossa Excelência.

Sinto-me feliz e honrado por esta oportunidade de me dirigir aos ilustres representantes do povo do Suriname.

Em 1956 assumia eu, pela primeira vez, uma cadeira no Congresso Nacional. Desde então, só em duas ocasiões afastei-me do exercício da atividade parlamentar – quando eleito para governar meu Estado natal e, nestes últimos quatro anos, como Chefe do Executivo brasileiro.

Sou parlamentar por vocação. Ao Legislativo dediquei grande parte de minha vida pública. Foi minha melhor escola. É onde estão minhas raízes.

Minha presença nesta Casa constitui oportunidade propícia para partilhar com Vossas Excelências a rica experiência democrática que vive o Suriname.

A consolidação da democracia pressupõe a aceitação do pluralismo e a busca do consenso. Exige paciência, humildade, tolerância, mas também determinação, na procura incessante de equilíbrios que são tênues, na composição de interesses quase sempre conflitantes, na superação diária de divergências.

Os resultados têm sido compensadores. Há pouco menos de dois anos, em 30 de setembro de 1987, a nação surinamesa, irmanada em torno de um projeto comum, referendava a Constituição da República.

Estavam assentados os pilares do Estado democrático. O regime pluralista e representativo forneceu o embasamento político para que o país voltasse seus esforços para a conquista do desenvolvimento econômico e do bem-estar social.

O processo de transição, que a História mostra ser freqüentemente traumático, transcorreu em paz no Suriname, o que só engrandece e dignifica o povo deste país.

Senhor Presidente,

Senhores Membros da Assembléia Nacional,

Trago-lhes a mensagem fraterna de apoio e de admiração do povo brasileiro, pela valiosa lição de luta da gente e do Governo deste país, em prol da liberdade, dos valores democráticos, da plena inserção do Suriname na comunidade internacional, como país sul-americano, como parte da família de nações latino-americanas.

A Constituição brasileira, promulgada em outubro último, reflete a firme determinação dos brasileiros de realizar, pela prática da democracia, a grande aspiração nacional de construção de uma sociedade igualitária, cada vez mais justa, livre, pluralista e fraterna, em íntima comunhão com seus vizinhos.

Nossa Constituição consagra, como um dos objetivos fundamentais da política externa do Brasil, a integração latino-americana. Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social só poderá ser plenamente atingido pelos países da região, se unirmos

nossas vontades, se somarmos nossos esforços.

O caminho da prosperidade tem de ser trilhado em conjunto. Na integração regional está a alternativa para superação das imensas dificuldades que nos são impostas pela conjuntura econômica internacional.

Ao fortalecermos nossa cooperação bilateral, estaremos dando um grande passo na direção da integração latino-americana.

Minha visita ao Suriname tem justamente esse objetivo: o de impulsionar o nosso relacionamento, buscando elevá-lo a patamares cada vez mais condizentes com as suas potencialidades.

Múltiplos são os elementos comuns a nossos dois países, que fornecem alicerces sólidos para o estabelecimento de uma cooperação profícua e duradoura. Prezamos as instituições democráticas que conquistamos; queremos crescer em paz e com estabilidade; defendemos a solidariedade continental e latino-americana, assim como os princípios da boa vizinhança; partilhamos visões convergentes sobre grandes temas da atualidade internacional; temos, na integração, um de nossos objetivos prioritários.

Temos sabido identificar, num trabalho persistente, formas eficazes de nos auxiliarmos mutuamente. De progredirmos juntos.

Com imaginação e realismo seguiremos aperfeiçoando novas modalidades de cooperação. Encontraremos os meios de superar as limitações que nos impõem o protecionismo dos parceiros comerciais mais fortes, o tratamento iníquo da questão da dívida externa, as tentativas de monopólio do conhecimento científico e tecnológico.

Espero com minha visita contribuir para dar dimensão nova, mais abrangente e profunda, ao processo de entendimento entre nossos países. Vamos intensificar nosso diálogo político e ampliar o conhecimento de nossas realidades.

São notáveis as semelhanças étnicas de nossa gente. Nossas raízes africanas, ameríndias, européias entrelaçam-se com as imigrações do Oriente, fazendo da pluralidade de raças mais um ponto de identificação.

Enfrentamos, em conjunto, o desafio dos grandes espaços amazônicos, o qual exige a intensificação da cooperação mútua e regional. Esforçamo-nos por ampliar o acervo de tecnologias próprias, mediante o intercâmbio e a cooperação. Nossa realidade geográfica estimula o livre fluxo de informações sobre tecnologias que dificilmente estarão disponíveis em outros climas, em outros quadrantes.

Pouco a pouco, estabelecemos vínculos culturais que farão florescer iniciativas comuns, certamente enriquecedoras em meio à nossa diversidade lingüística, de costumes, de formação.

Senhores Membros da Assembléia Nacional,

Fiel aos princípios da não-ingerência em assuntos internos de outros países, da autodeterminação dos povos, da solução pacífica das controvérsias, o Brasil tem, no relacionamento com os países do Continente, uma das mais altas prioridades de sua política externa.

É nossa permanente preocupação formular linhas de atuação que sejam positivas para o Brasil e para cada um de nossos vizinhos. Somos, portanto, sensíveis às dificuldades políticas e econômicas por que tem passado o Suriname e estamos firmemente imbuídos da vontade de examinar, em conjunto, as melhores formas de cooperação. Vamos projetar um futuro comum, com a estabilidade que todos desejamos e a que têm direito nossos povos.

A clareza e a nitidez desse processo de cooperação são fruto do diálogo aberto, franco, que passa pelo Executivo, e tem suas bases bem assentadas nos Poderes Legislativos de cada um de nossos países. A força e a legitimidade da cooperação bilateral, do estreitamento de nossos vínculos decorrem justamente deste debate público, dos contatos

entre nossos Governos, nossos legisladores, nossa gente.

Na visita que ora faço a esta Casa, cumpro o alto e honroso dever de homenagear o povo surinamense, aqui representado por Vossas Excelências, selando, dessa forma, as raízes duradouras de nossa amizade.

Ao renovar-lhes, pois, a homenagem do povo e do Governo do Brasil, trago-lhes também os nossos votos pela crescente paz e prosperidade do Suriname.

Palavras do Presidente José Sarney, por ocasião da imposição da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grande Colar, ao Presidente do Suriname, em 2 março de 1989

Senhor Presidente,

É para mim motivo de profunda satisfação agradecer Vossa Excelência com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grande Colar.

A Ordem do Cruzeiro do Sul tem suas origens históricas no início do século XIX. Em 1932 foi restabelecida na República, para galardoar aqueles que se houvessem tornado merecedores da gratidão do Governo brasileiro.

Simboliza o apreço de todo um povo.

Com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em seu grau mais elevado, o Governo e o povo de meu país prestam sua mais cara e profunda homenagem ao Estadista insigne, a quem os surinamenses delegaram a alta missão de conduzir os destinos do país, neste período de consolidação das instituições democráticas.

A distinção que tenho a honra de conferir a Vossa Excelência é também um tributo de respeito e admiração de meus compatriotas ao nobre povo-irmão do Suriname, ao qual nos sentimos, todos os brasileiros, unidos pelos mais frater-nos laços de amizade.

Senhor Presidente e Caro Amigo,

Juntos, nossos dois países construirão um futu-

ro de paz e prosperidade, temos um rico e promissor universo de realizações a explorar.

Que esta cerimônia fique como um marco na história de entendimento e cooperação que preside as relações entre brasileiros e surinamenses.

Brinde oferecido pelo Presidente José Sarney por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente do Suriname, em 2 de março de 1989

Excelentíssimo Presidente Ramsewak Shankar,

Desejo agradecer muito especialmente a Vossa Excelência as generosas palavras que acaba de pronunciar.

É para mim motivo de grande honra partilhar, nesta grata ocasião, da companhia de tão destacados representantes da sociedade surinamense.

Brasil e Suriname não estão unidos apenas pela geografia. Lutamos juntos pelo desenvolvimento econômico e social de nossos povos, pela promoção dos valores democráticos e pela cooperação internacional.

Soubemos conquistar a democracia. Somos solidários na busca constante de melhores condições de vida para nossa gente.

Sabemos que da concórdia entre vizinhos brotará naturalmente o progresso de todos os países do Continente.

Juntos, estamos destinados a construir um futuro de paz e prosperidade.

Venho ao Suriname imbuído da firme vontade de intensificar ainda mais os múltiplos laços de amizade que vinculam nossos países.

Os caminhos do entendimento passam por diversas formas de diálogo e de cooperação. Nesta visita, estão sendo dados passos decisivos para que nossos povos se conheçam melhor. E o conhecimento é etapa necessária de uma aproximação sólida, duradoura, que sirva efetivamente aos dois países.

Inspirado nesse alto objetivo, peço a todos que elevem suas taças, em brinde à felicidade de Vossa Excelência, da Senhora Shankar, de todos os surinamenses, à prosperidade deste grande país e à amizade entre nossos povos.

Palavras do Presidente José Sarney, por ocasião da Cerimônia de inauguração do Projeto de expansão da rede telefônica do Suriname

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que co-presido, com Vossa Excelência, esta cerimônia de inauguração do projeto de expansão da rede telefônica do Suriname.

Este é um empreendimento com forte conteúdo simbólico. Demonstra de quanto são capazes dois países em desenvolvimento que estão imbuídos do ânimo inarredável de unir suas vontades, de cooperar. De progredir juntos.

Aqui aliaram-se recursos humanos e materiais brasileiros e surinamenses. Estabeleceram-se, em conjunto, melhores condições de comunicações telefônicas internas e com o exterior.

Brasileiros, congregados no Consórcio Victori, e surinamenses que participam desta obra comum têm justo motivo para orgulhar-se dos resultados obtidos. A eles minhas mais calorosas felicitações.

Desejo aproveitar esta oportunidade, tão ilustrativa dos bons resultados da cooperação brasileiro-surinamense, para reiterar a Vossa Excelência a firme disposição de meu país de seguir trabalhando pelo bem-estar de nossos povos e pelo permanente estreitamento das relações entre os nossos dois países.

Comunicado Conjunto Brasil-Suriname

Honrando convite de Sua Excelência o Senhor Ramsewak Shankar, Presidente da República do Suriname, o Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, realizou visita oficial ao Suriname, nos dias 2 e 3 de março de 1989.

O Presidente Sarney fez-se acompanhar por sua esposa, Senhora Marly Macieira Sarney, e por uma delegação de alto nível.

O Presidente José Sarney foi apresentado ao Conselho de Ministros e foi recebido, em Sessão Extraordinária, pela Assembléia Nacional, onde expressou sua admiração pelos esforços que atualmente o Suriname vem desenvolvendo para encontrar seu próprio tipo de democracia.

Os dois Presidentes mantiveram conversações cordiais e frutíferas sobre diversos temas de interesse internacional e regional, bem como sobre as relações bilaterais entre os dois países. Reconheceram as relações estreitas e amistosas que se desenvolveram entre os dois países e povos e reafirmaram seu empenho em intensificar tais relações.

Ao fim de suas deliberações, os dois Presidentes concordaram no seguinte:

1. Ao expressarem sua satisfação pelo fortalecimento da democracia no continente, os dois Presidentes reafirmaram sua convicção de que o indivíduo somente pode realizar suas aspirações no contexto de um sistema político pluralístico que permita uma ampla participação e o pleno exercício das liberdades civis. Declararam ainda que a democracia é indispensável à consecução da justiça social, da promoção e garantia dos direitos humanos e da consolidação do crescimento econômico e estabilidade da região.

2. Os dois Presidentes concordaram em buscar identificar e encorajar todas as formas e modalidades de cooperação, com vistas a atingir uma maior integração do Suriname na região. Com esse propósito, o Presidente Shankar comunicou que o Suriname deseja desempenhar um papel cada vez mais ativo nos diversos foros regionais, bem como fortalecer os laços com os países latino-americanos e do Caribe.

3. Os dois Presidentes reafirmaram sua fé na importância do desenvolvimento da Região Amazônica. A propósito, reiteraram que a responsabilidade primeira pela proteção e

exploração racional da região repousa sobre os próprios países amazônicos, segundo seus soberanos interesses e suas políticas nacionais de desenvolvimento.

4. No que diz respeito à dívida externa, os dois Presidentes expressaram sua preocupação com a fuga líquida de recursos financeiros dos países devedores, a qual representa, hoje em dia, o principal obstáculo imposto aos esforços de reverter a estagnação econômica que a maior parte da América Latina enfrenta. Recordaram que os países da América Latina e do Caribe passaram de uma posição de receptores líquidos de recursos financeiros (da ordem de 4 por cento de seus Produtos Nacionais Brutos – PNBs) para uma posição, a partir de 1982, de transferência para o exterior de proporções cada vez maiores de seus PNBs (5 por cento em 1986). Na opinião dos dois Presidentes, não se pode permitir que tal situação subsista. Concordaram em que a questão da dívida externa não deve comprometer as perspectivas de desenvolvimento econômico e social dos países devedores e, desse modo, insistiram em que os países industrializados devem ser persuadidos de que é necessária uma solução política para a questão da dívida, baseada nas noções de co-responsabilidade internacional e de interdependência.

5. Os dois Presidentes intercambiaram pontos de vista sobre as perspectivas do comércio internacional, inclusive sobre a integração da Comunidade Econômica Européia, em 1992, e o Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos e o Canadá, de 1988. Expressaram a esperança de que tais Acordos regionais não levem a um aumento do protecionismo com relação a terceiros países, e não constituam novos obstáculos ao comércio multilateral. Concordaram ainda em que os altos níveis de protecionismo atualmente existentes, tal como vêm sendo praticados pelos países desenvolvidos, bem como certas medidas comerciais unilaterais freqüentemente de natureza discriminatória, prejudicando os países em desenvolvimento, representam um sério perigo para a integridade do sistema internacional de comércio.

6. No que concerne à situação da América Central, os dois Presidentes enfatizaram sua convicção de que as soluções para os problemas daquela região devem ser dadas sobretudo pelos próprios países centro-americanos, e reafirmaram sua condenação quanto ao uso ou ameaça de uso da força, bem como sua adesão aos princípios internacionalmente aceitos de não-interferência e não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados. A esse respeito, reiteraram seu apoio ao processo de paz resultante dos procedimentos de Esquipulas II e expressaram sua satisfação pela Declaração de La Paz, de 14 de fevereiro de 1989. Na sua opinião, este documento reafirma a política de negociações regionais entre os cinco países diretamente interessados na solução pacífica das disputas regionais, sendo este, na verdade, o único caminho para o desenvolvimento econômico e social almejado pelos povos da América Central.

7. Os dois Presidentes aplaudiram a assinatura do Protocolo de Brazzaville e dos Acordos de Nova York, que prevêem a retirada de tropas estrangeiras do território angolano e a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relativa à independência da Namíbia. Ao mesmo tempo, expressaram sua profunda preocupação quanto à persistência de tensões na África Meridional, e coincidiram em que uma paz duradoura na região só poderá ser atingida quando for eliminado da África do Sul o regime odioso do *apartheid*.

8. Os dois Presidentes manifestaram a opinião de que os desenvolvimentos positivos ocorridos, nos últimos meses, em direção à paz e à segurança internacional levarão à consecução das metas e objetivos da Carta das Nações Unidas. Nesse espírito, saudaram a importante contribuição das Nações Unidas em prol da solução negociada e pacífica de disputas regionais. Os dois Presidentes notaram com satisfação o progresso alcançado nas negociações entre as Superpotências sobre desarmamento e controle de armamentos, e declararam que tais negociações, de legítimo interesse para todos os Estados, devem ser conjugadas aos esforços desenvolvidos nas

Nações Unidas, em particular na Conferência sobre Desarmamento, à qual foi confiado mandato específico. Nesse contexto, recordaram a necessidade de se adotarem medidas de prevenção da disseminação geográfica de armas nucleares e outras armas de destruição em massa.

9. Os dois Presidentes concordaram em que os problemas com que o mundo hoje se depara estão fortemente relacionados com a má condução, em termos ecológicos, da industrialização vigente nos países desenvolvidos. O depósito indiscriminado de resíduos tóxicos e sua transferência para outros países foram mencionados como exemplos desta atitude. Essa tendência se acentua na medida em que a legislação sobre meio ambiente nos países industrializados se torna cada vez mais severa e restritiva. Tal procedimento, além de inaceitável, é inconsistente com a atenção que esses países dedicam a outras questões ecológicas com que se deparam países em desenvolvimento.

10. Ambos os Presidentes opinaram é substancial o crescimento desse problema, cujas conseqüências afetam o meio ambiente dos países em desenvolvimento. A comunidade internacional deve coibir tais práticas. Nesse sentido, consideraram importantes os esforços que se realizam no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no qual ambos os países têm tido participação para a elaboração de uma convenção destinada a conter os movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e evitar que estes se realizem sem garantias efetivas de proteção do meio ambiente.

11. Os dois Presidentes expressaram sua preocupação quanto à intensificação do tráfico e uso ilícitos de narcóticos, e reconheceram a necessidade de se estabelecerem instrumentos internacionais de cooperação para a redução de tais atividades. A esse respeito, salientaram a importância de que entre prontamente em vigor a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, como instrumento que proporciona ampla base legal para tal cooperação, e declararam a intenção de seus

Governos de cooperar na implementação de seus dispositivos.

12. Os dois Presidentes aprovaram o seguinte "Programa de Trabalho de Paramaribo":

I

Diálogo Político

1. Os dois Presidentes congratularam-se com os encontros mantidos em 1988 e coincidiram em que a Visita do Presidente Sarney a Paramaribo veio corroborar, no mais alto nível, a disposição dos Governos de ambos os países de prosseguir com o diálogo político, tendo constituído um marco histórico no relacionamento bilateral. Com esse espírito construtivo, concordaram que encontros regulares deverão ser promovidos a nível de Ministros das Relações Exteriores, de Secretário-Geral (República Federativa do Brasil) e Secretário Permanente (República do Suriname), Subsecretários-Gerais e Chefes de Departamento, bem como de instituições e entidades daqueles setores diretamente interessadas no estreitamento dos laços bilaterais.

2. Ambos os Presidentes reiteraram a importância de que se realizem, conforme estipulado no item I da Ata da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, celebrada em Brasília, de 15 a 17 de agosto de 1988, reuniões semi-anuais, no nível diplomático apropriado, alternadamente em Paramaribo e Brasília, para rever o progresso da Comissão Mista e identificar pontos em que poderá ser aprimorada a cooperação bilateral. Os resultados desses encontros serão levados à Comissão Mista, que se encarregará de canalizá-los da forma mais eficaz possível. A próxima reunião da Comissão Mista terá lugar no segundo semestre de 1989, em Paramaribo.

II

Cooperação Técnica e Científica

1. Os dois Presidentes, animados pela firme disposição de intensificar as atividades de

cooperação técnica e científica entre o Brasil e o Suriname, e visando a compartilhar experiências bem sucedidas em ambos os países, concordaram em definir áreas prioritárias em que se devem concentrar os esforços dos Governos brasileiro e surinamense, constantes do Plano de Ação de Cooperação Técnica e Científica de Paramaribo, que figura como documento em separado, assinado por representantes dos dois Governos nesta mesma data. Essas áreas serão a agricultura, apicultura, saúde, formação profissional, energia e tecnologia da micropropagação.

2. Concordaram também que será considerada a possibilidade de ampliar a cooperação técnica para abranger outros setores, tais como os de transportes, recursos florestais e mineração.

3. Os dois Presidentes expressaram sua satisfação pelos resultados que estão sendo alcançados em programas de cooperação técnica ora em curso. Tais programas incluem a cooperação no terreno do cultivo da soja, o intercâmbio de variedades de arroz de cerrado, o controle e erradicação da mosca "Dacus Dorsalis" e o combate às endemias tropicais.

4. Ambos os países procurarão obter financiamento de agências internacionais para implementar os diferentes programas de cooperação.

5. Ambos os Governos estipularão, por troca de Notas, os mecanismos mais adequados para a implementação da cooperação em apreço, e concordam em identificar as instituições governamentais que se encarregarão da execução das medidas específicas.

III

Cooperação Econômica, Comercial e Financeira

1. Cooperação Econômica:

1.1 O Presidente Sarney formulou oferta de assistência na elaboração de planos e projetos

de desenvolvimento no Suriname. O Presidente Shankar aceitou com satisfação a oferta brasileira. A cooperação nesse setor terá início com a ida a Paramaribo, logo que possível, de equipe integrada por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, do Brasil.

1.2 O Presidente do Brasil concordou, além disso, em instruir seu Governo a estudar modos de auxiliar o Suriname em suas negociações com as instituições financeiras internacionais. O Presidente Shankar enfatizou a necessidade do Suriname deste tipo de assistência.

1.3 O Governo brasileiro considerará pedido de assistência técnica no estabelecimento de zonas francas no Suriname.

2. Cooperação Comercial:

2.1 Os dois Presidentes acordaram instruir seus Governos no sentido de que sejam feitos estudos conjuntos com vistas a que se alcance um progressivo desenvolvimento, diversificação e, sempre que possível, um equilíbrio mais aceitável de seu comércio bilateral, através da utilização eficiente de oportunidades emergentes.

2.2 Os Presidentes acordaram ainda instruir seu Governos a estudar as possibilidades, no âmbito da ALADI, de efetuar Acordos Bilaterais, nos termos do Artigo 25 do Tratado de Montevideu, com vistas ao incremento e à diversificação do intercâmbio bilateral, e com o objetivo, ademais, de alcançar maior grau de cooperação econômica entre os dois países.

2.3 Ambos os Presidentes acordaram, outrossim, instruir seus Governos a estudar formas de promover maior participação de produtos brasileiros e surinamenses nos mercados regionais, através de mecanismos de complementação econômica ou de outros instrumentos destinados a criar novos mercados.

2.4 Os Presidentes se comprometeram a promover o estudo de fórmulas para a

implementação de *joint-ventures*, com a participação do setor privado brasileiro, em campos já existentes e em outros a serem oportunamente determinados.

2.5 Decidiram, igualmente, promover intercâmbio permanente de informações, com vistas a que empresas brasileiras possam participar em concorrências públicas referentes a projetos de infra-estrutura no Suriname.

3. *Cooperação Financeira:*

3.1 Os dois Presidentes declararam-se satisfeitos com os resultados, alcançados em agosto passado, da renegociação da dívida bilateral existente e se empenharão em assegurar que o acordo a que chegaram os dois Governos seja cumprido conforme pactado. O Presidente do Brasil declarou que seu Governo examinará com interesse solicitação do Governo do Suriname de obtenção de fundos para projetos prioritários no Suriname, inclusive financiamento adicional necessário para o término do complexo "Para Industries".

IV

Cooperação na Área de Telecomunicações

Os Presidentes expressaram profunda satisfação pelos resultados alcançados, através de esforços conjuntos, na implementação de programa de modernização e ampliação na rede de telecomunicações do Suriname. O Presidente Shankar reiterou o interesse do Suriname em que o programa seja expandido após a conclusão de sua primeira parte, prevista para 1990.

V

Cooperação Amazônica

1. Os dois Presidentes concordaram em expressar seus apoio às atividades do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e, em especial, àquelas incorporadas nas decisões do I Encontro Técnico sobre Balanço Hídrico da Amazônia, celebrado em Manaus, em agosto de 1988; do Seminário sobre Populações

Indígenas Fronteiriças, celebrado em Bogotá, em outubro de 1988, e da I Reunião da Comissão Especial de Ciência e Tecnologia, celebrada em Bogotá, em fevereiro de 1989.

2. Ambos os Mandatários reiteraram seu apoio à próxima celebração, em Quito, da III Reunião de Chanceleres do TCA, bem como à proposta de que, naquela reunião, atenção especial seja dada às áreas de meio ambiente, saúde, ciência e tecnologia e à dos mecanismos financeiros de apoio às atividades do TCA.

3. No plano bilateral, os dois Presidentes expressaram seu interesse em incrementar a cooperação educacional, cultural, técnica, científica e tecnológica entre entidades dedicadas a estudos amazônicos. Em especial, decidiram intensificar as ações de cooperação entre o Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Museu Paraense Emílio Goeldi, do lado brasileiro, e as instituições apropriadas correspondentes, do lado surinamense.

4. Ambos os Presidentes concordaram na conveniência da inclusão, em uma reunião técnica a ser definida no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, de item referente à erradicação da praga que ataca a palma africana.

5. Os Presidentes decidiram igualmente conferir ênfase especial à programação sobre saúde na região, sobretudo no combate às doenças endêmicas.

VI

Cooperação Educacional e Treinamento Profissional

1. Os dois Presidentes estiveram de acordo em que este campo de cooperação deve ser expandido. O Presidente Sarney reiterou que estão à disposição da Parte surinamense, anualmente, vagas em universidades brasileiras asseguradas pelo Programa de Estudantes Convênio, a nível de graduação (PEC) e pós-graduação (PEC-PG),

bem como no âmbito do ensino vocacional (SENAI e SENAC).

2. Os Presidentes decidiram iniciar cooperação na área de treinamento de pessoal, em nível médio e superior, em Administração Pública, em cursos a serem ministrados no Brasil. Para tanto, o Presidente Shankar instruirá o Ministério competente a apresentar suas solicitações em futuro breve.

3. Será elaborado um programa trienal de cooperação educacional e será sugerida aos órgãos responsáveis pelos programas de bolsas de estudo – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), pelo lado brasileiro, e Ministério da Educação, pelo lado surinamense – a elaboração de um cronograma, a fim de implementar o programa proposto. A atual cooperação entre a Universidade Anton de Kom do Suriname e Universidades brasileiras será expandida e aprofundada em futuro próximo.

VII

Treinamento de Pessoal Diplomático

Desde o ano de 1981, o Instituto Rio Branco vem recebendo bolsistas surinamenses. O Presidente Sarney declarou que o Brasil continua aberto ao exame de solicitações de vagas para os anos vindouros, a partir do biênio 1990/1991, bem como a examinar solicitações de organização de cursos de treinamento no Suriname.

VIII

Cooperação Cultural

Ambos os Presidentes acordaram proceder ao aumento do intercâmbio cultural, inclusive com o aproveitamento das disponibilidades de eventos culturais em nível regional, em conformidade com os propósitos do TCA. Com essa finalidade, será estabelecido um Programa Bianual de Cooperação, a ser implementado após aprovação pela Comissão Mista Cultural Brasil - Suriname.

IX

Medidas com vistas a facilitar a movimentação regional de nacionais brasileiros e surinamenses no Brasil e no Suriname

1. Os dois Presidentes congratularam-se com a entrada em vigor, em 17 de novembro de 1988, do Acordo que elimina a exigência de visto para portadores de passaportes nacionais dos dois países.

2. O Governo brasileiro procurará incentivar, através dos órgãos dos Governos estaduais e outras entidades interessadas, medidas que facilitem o intercâmbio turístico regional, tais como encontros de divulgação do turismo, campanhas internas de valorização do turismo, ou contatos entre agências de turismo estaduais (em especial a Empresa de Turismo do Estado do Pará – PARATUR e Empresa Cearense de Turismo – EMCETUR) e suas congêneres surinamenses.

X

Cooperação na Área do Combate ao Tráfico de Narcóticos

Os dois Presidentes expressaram sua profunda preocupação quanto ao flagelo que ameaça o desenvolvimento e bem-estar de vários Estados Latino-Americanos e do Caribe: a produção, o tráfico e o consumo ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, e concordaram que os dois países deveriam tomar providências conjuntas a respeito, pela assinatura, nesta data, do Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

Ao fim da Visita Presidencial, ambos os Mandatários expressaram sua satisfação pelos resultados das conversações, que foram mantidas num espírito de fraternidade e respeito mútuo. Ao expressar sua profunda gratidão pelas calorosas atenções que lhe foram dispensadas, a sua esposa e à delegação que o acompanhou, o Presidente Sarney convidou o Presidente Shankar a visitar o Brasil.

O Presidente Shankar aceitou com satisfação tal convite. As datas para esta visita serão estabelecidas através de canais diplomáticos.

Feito em Paramaribo, aos 3 dias do mês de março de 1989, em dois exemplares em

português e holandês, sendo ambos os textos autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
José Sarney

Pelo Governo da República do Suriname
Ramsewak Shankar

presidente sarney na guiana

Palavras proferidas pelo Presidente José Sarney em agradecimento à saudação do Prefeito de Georgetown, em 3 de março de 1989, na cerimônia de entrega das chaves da Cidade

Senhor Prefeito,

Sinto-me particularmente honrado em receber o diploma e as chaves de Georgetown.

É uma distinção que aceito com muito orgulho, em nome de todos os brasileiros.

As cordiais palavras de boas-vindas de Vossa Excelência trazem o calor e a simpatia tão característicos do povo desta nobre terra.

Às margens do Rio Demerara, Georgetown é uma cidade que impressiona pela beleza dos seus rios, pela pujança de seus jardins. A imagem desta cidade e a hospitalidade de seu povo ficarão indelevelmente marcadas em minha memória.

Venho à Guiana imbuído da firme vontade de contribuir para o adensamento das relações brasileiro-guianenses.

Temos de caminhar juntos, ombro a ombro, em nossa luta pelo desenvolvimento.

Brasil e Guiana são nações com características próprias e marcantes. Mas guardam também fortes semelhanças.

São países sul-americanos. Compartem extensas fronteiras. São ambos países amazônicos. Da pluralidade de etnias emergiram sociedades empreendedoras, enriquecidas pelo caldea-

manto de diferentes culturas. Como países em desenvolvimento, porfiam por uma ordem econômica internacional mais justa e participativa.

O campo para a cooperação bilateral é fértil, e da união de nossos esforços brotarão realizações duradouras. Teremos sólida contribuição a dar para a integração entre os povos do Continente. Ressaltaremos o espírito de cooperação que inspira os países da América Latina e do Caribe.

Senhor Prefeito,

Encaro as chaves da cidade, que recebo das mãos da Vossa Excelência, como simbólicas da vontade do povo da Guiana de aprofundar os laços que o vinculam ao povo de meu país.

Idênticos propósitos animam os brasileiros.

Posso assegurar a Vossa Excelência que meu Governo dedicará o melhor de seus esforços em prol do estreitamento da fraterna amizade que preside as relações entre Brasil e Guiana.

Discurso do Presidente José Sarney, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente da República Cooperativista da Guiana

Senhor Presidente,

Agradeço sensibilizado as palavras calorosas que acaba de dirigir-me Vossa Excelência.

Considero-as um tributo à amizade que irmana nossos dois povos.

Muito me orgulha ser o primeiro Presidente brasileiro a visitar a República Cooperativista da Guiana.

Vossa Excelência é um estadista de renome, que conduz os destinos de seu país com firmeza e descortino.

A carinhosa acolhida que vem sendo dispensada a minha mulher, a mim e aos membros de minha comitiva, pela qual somos extremamente reconhecidos, constitui demonstração a mais da tradicional hospitalidade do povo guianense.

Senhor Presidente,

As histórias do Brasil e da Guiana seguiram cursos diversos. Fomos colonizados por potências européias diferentes. Conquistamos nossa independência em época distintas. Não são as mesmas as origens de nossos idiomas.

Mas as semelhanças entre nossos dois países, as forças que os aproximam são muito mais intensas que as diferenças que marcaram nosso passado.

Brasil e Guiana têm a uni-los a geografia, diversos componentes étnicos comuns, o apego aos valores democráticos, o patrimônio amazônico, a luta por um futuro de prosperidade.

Queremos, ambos os países, participar plena e ativamente da construção de uma ordem internacional mais justa e eqüitativa, em que todos os povos possam usufruir dos benefícios do progresso e onde o bem-estar não seja privilégio de uns poucos.

Estamos irmanados na luta pela superação das dificuldades prevaletentes no cenário internacional.

Infelizmente, os avanços que se têm verificado no cenário político, com a retomada do diálogo entre as superpotências, com o encaminhamento de soluções para alguns conflitos

regionais e a tendência para a revalorização das instâncias multilaterais, ainda não encontraram correspondência no aprimoramento das relações econômicas internacionais.

Continuamos defrontados com uma conjuntura desfavorável. O protecionismo comercial inibe nossas exportações, os monopólios das tecnologias de ponta tolhem a competitividade de nossas indústrias, o peso insuportável da dívida externa limita nossa capacidade de investimento, frustra as legítimas expectativas de crescimento econômico e de progresso social de nossos povos.

Os países latino-americanos enfrentam uma crise sem precedentes. O produto interno *per capita* da América Latina está, há dez anos, estagnado nos mesmos níveis.

Numa inversão injusta e ilógica, vemo-nos hoje transformados em exportadores líquidos de capitais. As transferências de recursos dos países da região, nos últimos sete anos, somaram US\$ 180 bilhões. Os créditos e investimentos na América Latina, em 1988, não ultrapassaram US\$ 4 bilhões; no mesmo período, a região transferia US\$ 29 bilhões para o exterior.

São números preocupantes. Os países mais pobres não podem seguir financiando os mais ricos. Esta é uma situação que não pode perdurar.

Temos adotado, por nosso lado, políticas austeras de ajustamento, com alto custo social. Com ânimo construtivo, tem o Brasil oferecido alternativas para a solução do problema da dívida externa. Esperamos que nossos interlocutores se dêem conta da amplitude do problema e se disponham a considerá-lo não apenas em suas dimensões econômico-financeiras, mas sobretudo em seus aspectos políticos, cuja gravidade não pode ser minimizada.

Não tenho dúvidas de que o caminho para construção do progresso, da estabilidade e da consolidação da Democracia na América Latina passa necessariamente pela solução do problema da dívida externa. É uma questão que

tem de ser resolvida levando em consideração as legítimas aspirações de desenvolvimento econômico e social dos devedores. É preciso que nossos países voltem a ter condições de crescer.

Senhor Presidente,

Aprendemos, países em desenvolvimento, nesses últimos anos, que devemos contar essencialmente com nosso próprio esforço. Temos que, juntos, construir nosso futuro. Num mundo que caminha célere para a economia dos conjuntos, os países da região têm que estar solidários.

Meu país sempre atribuiu importância fundamental à dimensão latino-americana de sua política externa, às relações com todos nossos vizinhos. Elevamos a integração regional à categoria de imperativo constitucional.

O Brasil participa ativamente de um amplo espectro de iniciativas em prol do entendimento entre os países da região. Fomos membros fundadores do "Grupo dos Oito", mecanismo de concertação de características inéditas na diplomacia latino-americana. Como membros do Grupo de Apoio a Contadora, estamos prontos a dar nossa contribuição à solução negociada da crise centro-americana. Temos participado ativamente dos esforços de integração desenvolvidos pela Associação Latino-Americana de Integração. Emprestamos, junto com a Guiana, respaldo ao Sistema Econômico Latino-americano.

No plano sub-regional, somos ambos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica. Contribuímos para a elaboração de políticas conjuntas, em benefício da utilização racional do patrimônio amazônico, por cuja preservação somos responsáveis.

A Guiana acumulou, não obstante seu relativamente curto período de vida independente, invejável tradição de pluralismo, de entendimento e de cooperação, tendo tido participação particularmente atuante no Movimento não-Alinhado.

Buscamos ambos, com os países vizinhos, estabelecer modalidades objetivas e profícuas de colaboração. Sabemos que a integração regional constitui uma via essencial para enfrentarmos os desafios ao desenvolvimento.

Sabemos também que a integração passa pela cooperação bilateral.

Senhor Presidente,

Em setembro último nossos Ministros das Relações Exteriores assinavam, nesta acolhedora capital, o "Programa de Trabalho de Georgetown". Trata-se de um instrumento extremamente útil, de amplo alcance, que baliza a cooperação bilateral, nos seus mais variados aspectos.

Cabe-nos agora imprimir impulso renovado à consecução dos propósitos do "Programa de Georgetown" e estabelecer condições ainda mais propícias à execução de ações conjuntas. As ações que nossos países já vêm empreendendo em benefício mútuo, nas áreas de saúde, agricultura, energia, educação, comércio, finanças, transportes, constituem um patrimônio valioso que devemos preservar e aprimorar.

Novos campos estão sendo explorados.

Técnicos brasileiros e guianenses examinam fórmulas que permitam ao Brasil contribuir para a solução de problemas que a Guiana enfrenta no setor de energia elétrica.

Contatos e programas estão sendo estabelecidos entre instituições de nossos dois países para, em conjunto, atuarmos na área da produção agrícola.

Tem sido mutuamente proveitosa a colaboração prestada por empresas brasileiras no campo da extração mineral.

Continuamos, no Brasil, a buscar fórmulas que estimulem o desenvolvimento do comércio bilateral. Dentro de nossas disponibilidades de recursos, examinamos as necessidades guianenses de financiamentos que permitam a importação de produtos brasileiros.

Muito significativo é o reinício da operação de linha aérea direta entre cidades brasileiras e Georgetown, numa iniciativa que certamente contribuirá para estreitar ainda mais os vínculos entre os povos brasileiro e guianense.

É, portanto, promissor o universo da cooperação bilateral. Muito ainda há a fazer. Os alicerces, porém, estão assentados. Estou certo de que nossas conversações, durante esta visita, darão novo alento ao trabalho que vem sendo desenvolvido.

Espero poder, em breve, retribuir a generosa acolhida que aqui recebi e dar, em Brasília, prosseguimento às conversações que aqui manteremos. A visita de Vossa Excelência ao Brasil muito honrará a mim e a meu país.

É nesse espírito que convido todos a comigo erguerem suas taças pela saúde de Vossa Excelência e da Senhora Hoyte, pelo progresso e bem-estar do povo guianense, pelo fraterno entendimento que preside as relações entre brasileiros e guianenses.

Palavras proferidas pelo Presidente José Sarney, por ocasião da visita ao Parlamento da Guiana

Senhor Presidente da Assembléia Nacional,

Senhores Membros da Assembléia Nacional,

Sinto-me profundamente honrado ao visitar esta Assembléia.

Nesta Casa, a cidadania exerce livre e soberanamente sua vontade. A Vossas Excelências, legítimos representantes de todos os guianenses, trago a saudação fraterna e amiga de meus compatriotas.

No Parlamento passei grande parte de minha vida. É esta a melhor escola de política. Aqui se aprende a escutar, a tolerar, a respeitar as diferenças. Aqui se aprimora o recurso ao diálogo, ao convencimento pela lógica do argumento. Aqui se faz do consenso a ferramenta das grandes realizações. Aqui se constrói a Democracia.

Meu país orienta invariavelmente sua atuação externa pelos ideais do universalismo, do desenvolvimento e da cooperação. Somos fiéis aos princípios básicos do direito internacional, como os da igualdade soberana dos Estados, da não-ingerência em assuntos internos de outros países, da autodeterminação dos povos, da solução pacífica das controvérsias.

Entre nossas maiores prioridades está o relacionamento com os países da América Latina e do Caribe e, muito particularmente, com todos os nossos vizinhos. A Carta Magna brasileira eleva a integração regional, um dos mais caros e tradicionais objetivos da política externa brasileira, à condição de mandamento constitucional.

A integração passa, necessariamente, pela cooperação bilateral.

Temos, todos os países da região, que criar fórmulas novas, imaginativas, de cooperação. É o único meio de contornarmos as limitações de nossos recursos. De superar as graves dificuldades com que nos defrontamos todos - muitas delas originárias de uma conjuntura internacional desfavorável e injusta.

Somente juntos poderemos encontrar as respostas para os problemas da dívida externa, para a queda dos preços internacionais das matérias-primas, para as práticas protecionistas que restringem o acesso às nossas exportações, para as tentativas de controle das tecnologias e da informação.

Não há, para nós, alternativa fora da solidariedade, da cooperação.

O Brasil está decididamente envolvido em amplo leque de iniciativas em prol do entendimento regional. Integramos o Grupo de Apoio a Contadora. Somos um dos fundadores do "Grupo dos Oito". Atuamos intensamente na Associação Latino-americana de Integração.

A Guiana, por seu lado, construiu, nesse relativamente curto período de vida independente, admirável tradição de pluralismo e cooperação. Disso são eloqüente exemplo as múltiplas vertentes de sua política externa.

Ressalta o impulso renovado que deu, com sua liderança, ao Movimento não-Alinhado.

Atuamos juntos no Sistema Econômico Latino-americano. Juntos também estamos no Tratado de Cooperação Amazônica, onde trabalhamos em prol do desenvolvimento da Amazônia, do bem-estar do povo da região, e da preservação de nosso riquíssimo patrimônio ecológico.

Reunimos, brasileiros e guianenses, admirável acervo de ações conjuntas. Estamos imbuídos do mesmo ideal de colaboração. Pregamos e praticamos a boa convivência entre vizinhos.

É fértil e promissor, portanto, o terreno para o entendimento.

Sei que, apesar de nossas carências de recursos, poderemos, ombro a ombro, com imaginação e realismo, forjar um sólido exemplo de cooperação para o desenvolvimento.

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembléia Nacional,

Brasil e Guiana concluíram, há menos de um ano, o "Programa de Trabalho de Georgetown". É um instrumento fecundo, abrangente em seu escopo, destinado a balizar nossos esforços de cooperação. Mas não é limitativo: não restringe nossa disposição de atuar em conjunto, quando ocorrem situações que demandam um esforço suplementar, para fazer frente a emergências.

Muito recentemente, especialistas brasileiros e guianenses examinaram, em conjunto, o sistema de geração elétrica na Guiana, com o objetivo de determinar as formas mais eficazes e ágeis de cooperação. Vamos contribuir, como nos for possível, para que a Guiana supere essa situação de emergência e fortaleza, a mais longo prazo, seu setor de energia elétrica.

Com o progressivo conhecimento mútuo de nossas realidades, saberemos identificar sempre novas formas de cooperação.

Com minha visita, espero dar impulso renovado às relações bilaterais. Vamos ampliar e aprofundar o entendimento entre o Brasil e a Guiana, entre nossos povos, que tanto têm em comum. Temos muito a aprender uns com os outros. Vamos enfrentar juntos os desafios comuns.

Senhores Membros da Assembléia Nacional,

Esta é a primeira visita de um Presidente brasileiro à Guiana. Estou certo de que representa o prelúdio de contactos cada vez mais intensos entre nossos dois países, em benefício dos povos brasileiro e guianense.

Guardarei com carinho a lembrança da acolhida que me tem sido dispensada neste país, por sua gente hospitaleira. Não esquecerei as homenagens calorosas que me foram prestadas. Recordarei sempre a grata e honrosa oportunidade que me coube de falar, nesta Casa, a Vossas Excelências, legítimos representantes do povo da Guiana, sobre o futuro de paz, de harmonia, de prosperidade, de progresso que estamos construindo, brasileiros e guianenses.

Alocução proferida pelo Presidente José Sarney, na cerimônia de Assinatura de Atos, em Georgetown

Senhor Presidente,

Durante esta minha grata visita à Guiana, tive o privilégio de, com Vossa Excelência, examinar os mais relevantes temas da atualidade internacional e regional. Tratamos, também em profundidade, dos múltiplos e importantes aspectos das relações bilaterais.

Coincidimos amplamente quanto à necessidade imperiosa de se aprimorar cooperação bilateral e regional, pois este é o caminho que todos os países em desenvolvimento devemos trilhar. Precisamos unir esforços para crescer. Na cooperação está a base para a integração regional.

Passamos em revista os instrumentos de que dispomos para orientar a cooperação entre nossos países. Traçamos novos objetivos.

Em setembro de 1988, nossos Chanceleres estabeleceram o "Programa de Trabalho de Georgetown", que fixa parâmetros concretos e realistas para o desenvolvimento da cooperação bilateral e para o adensamento sistemático das relações entre Brasil e Guiana.

Na Declaração Conjunta ora firmada registramos amplas áreas de convergências nos temas mais relevantes da atualidade política e econômica, tanto no plano internacional como no regional.

Registramos as iniciativas já adotadas no âmbito do "Programa de Georgetown".

Reiteramos também nosso firme respaldo à execução do "Programa de Trabalho".

A Declaração reflete os resultados extremamente positivos das conversações que mantivemos durante minha visita a Georgetown.

Representa mais uma página em nossa profícua história de cooperação, de amizade, de esforços em prol da realização de objetivos comuns.

Ao co-presidir com Vossa Excelência esta cerimônia, reitero-lhe a permanente disposição de meu Governo no sentido de dar cabal cumprimento aos compromissos existentes entre nossos países e de seguir trabalhando com o Governo guianense com vistas ao constante aprimoramento de nossa cooperação.

Declaração Conjunta Brasil-Guiana

1. Convidado pelo Presidente da República Cooperativista da Guiana, Sr. Hugh Desmond Hoyte, S.C., o Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. José Sarney, efetuou visita oficial à Guiana, nos dias 03 e 04 de março de 1989. O Presidente Sarney foi acompanhado por Dona Marly Sarney e importante Delegação que consta em anexo.

2. Na Acolhida Cívica que se realizou no Promenade Gardens, o Presidente José Sarney

recebeu as Chaves da Cidade de Georgetown. Em seguida, depositou uma Oferenda Floral no Monumento de 1763 e fez um discurso na Assembléia Nacional.

3. O ilustre visitante manteve amplas conversações com o Presidente Hoyte sobre as relações entre os dois países bem como sobre outros assuntos de interesse mútuo.

4. O Presidente Sarney também manteve conversações com os representantes do setor privado.

5. A visita do Presidente Sarney, realizada quatro meses após aquela feita pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, permitiu aos dois Chefes de Estado darem novo ímpeto ao desenvolvimento de suas relações bilaterais.

6. Os Chefes de Estado notaram a mudança no desenvolvimento das relações internacionais. Observaram com satisfação a crescente cooperação e o entendimento, cada vez maior, entre os Estados Unidos e a União Soviética e demonstraram esperança de que esses desenvolvimentos levem a uma futura diminuição das tensões internacionais.

7. Os dois Presidentes registraram sua satisfação com os avanços observados nas negociações entre as superpotências sobre desarmamento e controle de armas, na expectativa de que esses entendimentos, de legítimo interesse para todos os Estados, sejam vinculados aos esforços desenvolvidos no âmbito das Nações Unidas, em particular na Conferência do Desarmamento, dotada de mandato negociador específico. Lembraram, nesse contexto, a necessidade de que sejam adotadas medidas para a contenção da disseminação geográfica das armas nucleares e de outras armas de destruição em massa.

8. Os Mandatários reiteraram a plena adesão de seus Governos aos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas. Salientaram, em particular, o respeito ao direito de autodeterminação e de independência nacional, a não-interferência nos assuntos internos de outros Estados, a

renúncia à ameaça ou ao uso da força e o fiel cumprimento das obrigações emanadas de fontes do Direito Internacional.

9. Demonstraram a firme expectativa de que os desdobramentos positivos observados nos últimos meses no campo da paz e da segurança internacionais evoluam para a concretização plena dos objetivos consagrados pela Carta de São Francisco. Nesse espírito, saudaram a importante contribuição que tem sido dada pelas Nações Unidas ao encaminhamento negociado e pacífico dos contenciosos regionais.

10. Ao rever a situação da América Latina e do Caribe, os dois Presidentes observaram que tem havido um marcado progresso no ritmo da cooperação e da integração tanto no nível regional, quanto no sub-regional. Entenderam que essas manifestações expressam um compromisso crescente, da parte dos países da região, com o fortalecimento do processo de Consulta e Concertação Política, reforçando a unidade da região em relação às potências estrangeiras e explorando as vantagens da cooperação e da integração.

11. Reafirmaram sua convicção da importância do desenvolvimento da região amazônica e, nesse sentido, reiteraram, firmemente, que cabe aos próprios países amazônicos, respeitados seus interesses e políticas nacionais de desenvolvimento, a responsabilidade primordial pela proteção e aproveitamento racional da Amazônia.

12. Os dois Presidentes consideraram que, em vista da crescente preocupação internacional com a situação do meio ambiente no mundo, torna-se primordial que seus Governos encontrem meios práticos de cooperação para a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, constataram que a próxima Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, a realizar-se em Quito, propiciará uma oportunidade valiosa aos dois países de cooperarem na busca de medidas para o desenvolvimento da região amazônica.

13. Reiteraram seu apoio ao Tratado de Cooperação Amazônica, que consideram ins-

trumento extremamente importante para promover e coordenar a cooperação entre os países da região, com o objetivo de facilitar o encontro de soluções para problemas comuns. Concordaram em que o Tratado de Cooperação Amazônica é foro apropriado para a discussão, em profundidade, das questões que afetam a região amazônica, entre elas a do meio ambiente.

14. Ambos os Presidentes expressaram sua satisfação pelo endosso da comunidade internacional à Resolução aprovada pela XLI Assembléia Geral das Nações Unidas, que estabelece uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, e salientaram a importância de que todos os Estados a respeitem como tal e contribuam para a plena implementação dos objetivos da referida Resolução. Apoiaram, também, o objetivo do Caribe de se tornar uma Zona de Paz, de acordo com importantes decisões do Movimento dos Não-Alinhados e da Comunidade do Caribe.

15. Em relação à situação da América Central, consideraram que os recentes esforços dos Chefes de Estado da região em El Salvador, nos dias 13 e 14 de fevereiro, constituíram um relevante passo na busca de soluções negociadas para a América Central. Os dois Mandatários renovaram seu apoio aos esforços de paz na América Central, realizados pelos Chefes de Estado dos cinco países da região, e conclamaram todas as partes interessadas a dar apoio a suas iniciativas e contribuir para que elas logrem alcançar seus objetivos de reconciliação e prosperidade para aqueles países.

16. Saudaram as assinaturas do Protocolo de Brazzaville e dos Acordos de Nova York, que estipulam a retirada das tropas estrangeiras do território angolano e a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa à independência da Namíbia. Ao mesmo tempo, expressaram preocupação pela persistência de tensões na África Austral e concordaram em que a paz definitiva na região só será alcançada quando for eliminado da África do Sul o odioso regime do *apartheid*.

17. Acolheram com satisfação a adoção por unanimidade pelo Conselho de Segurança da Resolução 632 que tornou possível à Assembléia Geral das Nações Unidas a implementação da UNTAG e o início do processo que levará às eleições e à independência da Namíbia. Expressaram a esperança de que este processo possa se desenvolver sem interrupção e rigorosamente de acordo com as Resoluções 435 (1978) e 629 (1989), do Conselho de Segurança.

18. Manifestaram seu apoio aos Países da Linha de Frente em seu esforço para resistir às políticas desestabilizadoras e agressivas do Regime de Pretória e incitaram à intensificação do apoio internacional para a total erradicação do *apartheid* na África do Sul.

19. Em relação à situação no Oriente Médio os dois Chefes de Estado consideraram que as recentes medidas tomadas pela OLP são um passo positivo para a paz na região. Expressaram seu apoio às aspirações dos habitantes dos territórios ocupados de viverem livres da ocupação, em seu próprio território independente. Ao mesmo tempo, expressaram seu pesar pelas severas reações àquelas legítimas aspirações. Concordaram sobre a necessidade imperiosa da convocação da Conferência Internacional de Paz para o Oriente Médio conforme determinado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, com a participação de todas as Partes interessadas.

20. Na área das relações econômicas internacionais, os dois Presidentes reconheceram que os esforços de desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe vêm sendo feitos dentro de um contexto complexo e, muitas vezes, hostil no meio econômico internacional. Os dois Mandatários enfatizaram a necessidade de todos os países da região intensificarem esforços individuais e coletivos para a cooperação econômica.

21. Observaram que a cooperação econômica entre os países em vias de desenvolvimento, em particular, em âmbito regional, é imprescindível para superar os persistentes obstáculos a um processo acelerado de desenvolvimento. Nesse

contexto, expressaram sua satisfação pela crescente consolidação dos esforços de cooperação e integração que se processam na ALADI e na CARICOM, bem como em outros grupos regionais e entre alguns países da região.

22. Reafirmaram a importância que seus Governos atribuem ao Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e seu compromisso com o fortalecimento desse organismo como foro de consulta e coordenação dos países da América Latina e do Caribe. A esse respeito acolheram com satisfação as recentes Consultas Regionais Informais, entre as quais o Ato Regional de Solidariedade, promovidas pelo SELA.

23. No que diz respeito à questão da dívida externa, os dois Presidentes expressaram sua preocupação com os elevados índices de transferência líquida de recursos financeiros para o exterior, que se constitui na principal restrição imposta hoje aos esforços de se reverter a estagnação econômica a que está sujeita a grande maioria dos países da América Latina e do Caribe. De uma posição de receptores líquidos de recursos financeiros da ordem de 2% do PIB, os países da América Latina e do Caribe passaram, desde 1982, a transferir ao exterior recursos financeiros, numa proporção que chegou a 4% do PIB em 1986. Esta situação não pode prevalecer. Concordaram em que a questão da dívida externa não pode continuar comprometendo as perspectivas de desenvolvimento econômico e social dos países devedores. Insistiram em que os países industrializados necessitam compreender que a dívida requer uma solução política, fundada nas noções de co-responsabilidade e de interdependência internacionais.

24. Os dois Chefes de Estado expressaram sua preocupação com a crescente tendência ao protecionismo e destacaram que esse fenômeno continua a afetar adversamente a capacidade dos países em desenvolvimento, em particular, de emergirem da atual crise econômica. Manifestaram a esperança de que a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) possa fortalecer o sistema de

comércio multilateral, reduzindo o protecionismo e contendo o avanço de medidas unilaterais ilegítimas que vêm sendo adotadas pelos parceiros comerciais mais fortes.

25. No tocante às relações bilaterais, os dois Chefes de Estado coincidiram na disposição de torná-las cada vez mais estreitas e proveitosas para ambos os países. Reconheceram a relevância do Programa de Trabalho de Georgetown, firmado em 16 de setembro de 1988, como orientação para os esforços conjuntos em prol do desenvolvimento das atividades de cooperação bilateral. Expressaram sua satisfação pelo empenho com que vêm sendo adotadas iniciativas com vistas à sua plena implementação e comprometeram-se a continuar envidando esforços nesse sentido.

26. Os dois Mandatários reafirmaram a atenção primordial que a cooperação técnica bilateral deve dedicar aos campos da saúde e da agricultura, além daquele da energia, como expresso no Programa de Trabalho de Georgetown. Manifestaram sua satisfação pelas iniciativas que vêm sendo adotadas nessas áreas e seu empenho em que possam ser acompanhadas de novas ações, a serem adotadas em conformidade com as necessidades e possibilidades determinadas pela situação financeira e econômica dos dois países.

27. Os dois Presidentes expressaram sua profunda apreensão pela intensificação do uso indevido e do tráfico ilícito de substâncias psicotrópicas. Reconheceram a necessidade de ampliar a cooperação nesse campo, tanto multilateral como bilateral, neste último caso ao amparo do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, firmado em 16 de setembro de 1988, pelos Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

28. O Presidente José Sarney reiterou a disposição brasileira de examinar com o máximo interesse, dentro das disponibilidades dos recursos existentes, a concessão de novas facilidades para a importação, pela Guiana, de

produtos de origem brasileira para atender às necessidades da população e do sistema produtivo guianense. Ambos os Presidentes reiteraram seu interesse em que sejam solucionados, com presteza e de forma mutuamente satisfatória, os assuntos pertinentes no relacionamento financeiro.

29. Os dois Chefes de Estado reconheceram a importância da promoção do comércio entre ambos os países e concordaram envidar esforços no sentido de se explorarem as possibilidades de incremento do intercâmbio bilateral, tendo em vista o objetivo de se equilibrar a balança comercial entre os dois países. Nesse contexto, registraram, com satisfação, que uma empresa brasileiro-guianense deverá iniciar exploração mineral regular em Tassawini, noroeste da Guiana, a partir do segundo semestre de 1989. Reafirmaram, ainda, sua vontade de continuar cooperando no campo da irrigação e do abastecimento de água.

30. Concordaram na importância de que sejam examinadas todas as possibilidades de ampliar e de tornar mais rápidas e eficientes as linhas de transporte entre o Brasil e a Guiana, com o objetivo de facilitar o tráfego de pessoas e aumentar o fluxo comercial entre os dois países.

31. Dentro desse espírito, o Presidente José Sarney comunicou o reinício dos serviços aéreos para a Guiana, em linha regular semanal no trecho Boa Vista-Georgetown-Boa Vista, a partir de 29 de junho de 1989.

32. O Presidente Hoyte expressou seu reconhecimento pela cooperação que o Brasil está prestando a fim de contribuir para a solução dos problemas que a Guiana está enfrentando no setor de energia elétrica. O Presidente Sarney reiterou a disposição brasileira de continuar a prestar cooperação a este setor da economia guianense, tanto na presente situação de emergência como a mais longo prazo.

33. Ao término da visita, ambos os Presidentes mostraram-se sumamente satisfeitos com as conversações mantidas e

com os resultados alcançados. O Presidente José Sarney expressou seu profundo reconhecimento pelas cordiais atenções que lhe foram dispensadas, bem como a sua mulher e a sua comitiva durante sua permanência na Guiana e reiterou convite ao Presidente Hugh Desmond Hoyte para visitar oficialmente o Brasil, se possível ainda no decurso do corrente ano.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil,

José Sarney
Pelo Governo da República Cooperativista da Guiana

Hugh Desmond Hoyte
Georgetown, 03 de março de 1989

ANEXO I

- Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima - Secretário-Geral das Relações Exteriores.
- Senhor Vicente Cavalcante Filho - Ministro de Estado das Minas e Energia.
- Senhor General-de-Divisão Rubens Bayma Denys - Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.
- Senhor Hélio Mota Gueiros - Governador do Estado do Pará.
- Senhor Amazonino Armando Mendes - Governador do Estado do Amazonas.
- Senhor Romero Jucá Filho - Governador do Estado de Roraima.
- Senhor Jorge Nova da Costa - Governador do Estado do Amapá.
- Senhor Senador João de Paiva Menezes.
- Senhor Romulo Vilar Furtado - Secretário-Geral do Ministério das Comunicações.
- Senhor Embaixador Aderbal Costa - Embaixador do Brasil na República Cooperativista da Guiana.
- Senhor Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lamprea - Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores.

- Senhor Embaixador José Nogueira Filho - Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores.
- Senhor Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa - Assessor do Presidente da República.
- Senhor Ministro Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro - Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores.
- Senhor Ministro Osmar Wladimir Choffi - Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores.
- Senhor Ministro Ruy Pinto Nogueira - Secretário de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores.
- Senhor Ministro Gelson Fonseca Junior - Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores.
- Senhor Namir Salek - Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
- Senhor Ormyz Rivaldo - Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).
- Senhor Roberto Carlos Regnier - Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
- Senhor Professor Nagibe Kalil - Diretor de Cooperação Internacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
- Senhor Ernesto Armando Roesler - Chefe da Assessoria de Cooperação Internacional das Centrais Elétricas S/A.

**Comunicado à Imprensa,
de 4 de março de 1989**

Em reunião de trabalho, realizada hoje entre representantes da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Embaixada do Brasil em Georgetown e do Departamento de Cooperação Econômica Internacional (DIEC) da Presidência da República, foi feita avaliação do Programa de Cooperação Técnica estabelecido no "Programa de Trabalho de Georgetown", assinado pelo Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Roberto de Abreu Sodré, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República

Cooperativista da Guiana, Rashleigh Esmond Jackson, no dia 16 de setembro de 1988, cujas conclusões estão a ser descritas:

A - Agricultura

A ABC e a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) elaboraram cronograma de 1989/90 de cooperação com o Nari (National Agricultural Research Institute) para as atividades de produção de soja, sorgo, carne bovina e de intercâmbio de germoplasma. Dentro do cronograma, a iniciar-se dentro de 2 semanas, foi estabelecido um programa de troca de visitas de técnicos brasileiros e guianenses.

B - Saúde

A ABC aguarda o recebimento de cronograma de atividades em 1989 no campo das endemias tropicais a ser encaminhado pela Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) do Ministério da Saúde do Brasil.

C - Energia

Logo após a assinatura do Programa de Trabalho, técnico da CESP estabeleceu contactos com a Guyana National Resources Agency (GNRA).

A CESP aguarda, no corrente mês, o recebimento de documento completo da GNRA sobre o plano energético nacional para análise das possibilidades de cooperação dentro dessa área.

Os representantes brasileiros e guianenses identificaram outras fontes alternativas de energia com possibilidades de serem utilizadas na Guiana, a saber:

- a. carvão vegetal;
- b. resíduos de arroz;
- c. pequenas turbinas hidrelétricas (máximo de 2,5mw) para uso nas comunidades mais distantes.

O SENAI examinará, junto às indústrias fabricantes de turbinas, a possibilidade de realizar estágios para técnicos guianenses.

D - Telecomunicações

Será examinada a possibilidade de identificar empresa brasileira de consultoria no setor de telecomunicações para desenvolver projeto que envolva os seguintes aspectos:

- a. cooperação para melhoria das linhas de telex;
- b. melhoria do sistema de comunicações internas especialmente nas regiões do interior e de fronteira;
- c. cooperação para aprimoramento dos serviços telefônicos internacionais utilizando o Brasil como módulo central de transmissão.

E - Aproveitamento florestal

O Governo da Guiana respondeu, em 28 de fevereiro último, à proposta de trabalho apresentada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Não Renováveis (antigo IBDF). A proposta envolve o envio de especialistas guianenses ao Brasil para estudo de tecnologia da madeira, bem como a remessa de materiais para testes, proposta esta que será analisada pelo referido instituto.

F - Mineração

Ainda está por ser definida data da vinda de técnico da CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais) do Brasil em missão de diagnóstico à Guiana. As autoridades guianenses manifestaram interesse em receber apoio institucional em termos de pesquisa geológica para "Guyana Geological Mining Commission" (GGMC).

G - Desenvolvimento industrial

Em resposta à consulta do DIEC, os representantes brasileiros confirmaram que o CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa) irá colaborar com o envio de consultores para o projeto de cooperação com a "Guyana Manufacturing and Industrial Development Agency" (GUYMIDA), no sentido de fortalecer as pequenas e médias empresas.

H – Formação profissional

As autoridades guianenses afirmaram que o projeto de formação profissional (setor industrial), elaborado pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e submetido pelo Governo da Guiana ao BID, aguarda financiamento dessa instituição.

A ABC propôs que se estudasse a conveniência de se identificar alguns dos subprojetos para implementação a curto prazo.

Considerando as difíceis condições econômicas e financeiras dos dois países, serão buscados junto a fontes internacionais de financiamento recursos para implementação das atividades previstas que envolvam maiores custos.

Ficou decidido que, previamente ao estabelecimento dos grupos *ad hoc* de informação e acompanhamento, será formulado o programa anual de trabalho até a primeira quinzena de abril próximo.

meio ambiente: reunião de cúpula na haia

**Discurso do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,
Representante pessoal do Presidente da República,
na Reunião de Cúpula sobre Proteção da Atmosfera**

Aproveito esta oportunidade para agradecer ao Governo e povo neerlandês a cálida e simpática acolhida dada a minha delegação.

A iniciativa dos primeiros-ministros dos Países Baixos, da França e da Noruega de organizar esta reunião para discutir importantes questões relativas à proteção da atmosfera foi atentamente considerada pelo meu governo tão logo o Presidente Sarney recebeu o amável convite para participar deste encontro.

É óbvio que essa iniciativa só poderia ser bem recebida tendo em vista o grande esforço nacional que meu País está empreendendo no campo da proteção ambiental. A declaração que assinaremos hoje representa um marco fundamental em nossos esforços no sentido de conferir novo ímpeto à cooperação internacional na área do meio ambiente, de acordo com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. O Brasil deseja e está disposto a continuar cooperando com o grupo de Estado aqui representado, bem como com outros estados-membros das Nações Unidas, com vistas ao aprimoramento e implementação dos princípios contidos na Declaração.

Em nossa opinião, três pontos deveriam ser enfatizados e adequadamente tratados, caso desejemos realmente tornar efetivos os princípios hoje adotados. O primeiro ponto seria a criação de mecanismos financeiros que possibilitem aos países em desenvolvimento o estabelecimento de programas de prevenção da poluição atmosférica; o segundo, assegurar

livre acesso e efetiva transferência de tecnologias de proteção ambiental, sem custo comercial, em favor dos países em desenvolvimento; o terceiro ponto reside na capacidade dos países altamente industrializados de reduzir substancialmente os níveis atuais de emissão de resíduos poluentes na atmosfera, seja mediante redução do consumo supérfluo e irracional de combustíveis fósseis, ou mediante o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

Considero que os representantes dos países aqui reunidos deram clara indicação de sua vontade política quanto à consecução dos objetivos relacionados com os três pontos mencionados acima. Recordo a afirmação do Presidente Sarney de que a responsabilidade soberana e indeclinável de cada país de administrar o seu meio ambiente não exclui a possibilidade de efetiva cooperação em nível multilateral; ao contrário, essa responsabilidade ressalta a necessidade da cooperação internacional.

Hoje demos um importante passo na direção correta. Espero que no futuro próximo a comunidade internacional também possa buscar soluções para outros problemas cruciais para a proteção do meio ambiente em nosso planeta, particularmente aqueles de maior gravidade, tais como a ameaça ao meio ambiente que decorre da existência de enormes arsenais de armamento nuclear e a possibilidade de uma guerra nuclear.

Declaração da Haia

Em 11 de março de 1989, Chefes de Estado ou de Governo, ou seus representantes pessoais, de 24 países reuniram-se na Haia, por iniciativa dos Primeiros-Ministros da França, Noruega e Países Baixos, e assinaram a seguinte Declaração da Haia

O direito à vida é o direito do qual derivam todos os outros direitos. Garantir esse direito é um dever absoluto para os governantes de todos os Estados do mundo.

As próprias condições de vida em nosso planeta estão hoje ameaçadas pelas graves agressões à questão submetida à atmosfera terrestre.

Estudos científicos abalizados demonstraram a existência e a amplitude de perigos consideráveis relacionados sobretudo ao aquecimento da atmosfera e à deterioração da camada de ozônio. A ação levada a efeito para resolver esse último problema se inscreve no quadro da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1955) e do Protocolo de Montreal (1987), enquanto que a solução do primeiro problema foi confiada ao Grupo Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, instituído pelo PNUMA e pela OMM e cujos trabalhos foram recentemente iniciados. Ademais, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou em 1988 a Resolução 43/53 sobre a Proteção do Clima Global, que reconhece a questão das mudanças climáticas como uma preocupação comum da humanidade.

De conformidade com os conhecimentos científicos atuais, as consequências desses fenômenos parecem suscetíveis de pôr em perigo os sistemas ecológicos e os interesses vitais de toda a comunidade.

Como o problema é Planetário, sua solução não pode ser concebida senão em nível mundial. Tendo presente a natureza dos perigos envolvidos, as soluções a serem buscadas abrangem não apenas o dever fundamental de proteger o ecossistema terrestre, mas também o direito de viver-se com dignidade em meio

ambiente global viável e, em consequência, o dever da comunidade das Nações em relação às gerações presentes e futuras de fazer todo o possível para preservar a qualidade da atmosfera.

Nessas condições, julgamos que, diante de um problema cuja solução apresenta a característica tríplice de ser vital, urgente e mundial, estamos numa situação que requer não apenas a implementação dos princípios existentes, mas também um enfoque novo, mediante a elaboração de novos princípios de direito internacional, notadamente de mecanismos de decisão e de execução novos e mais eficazes.

Impõem-se medidas de regulamentação, de apoio e de ajuste que levem em conta a participação e a contribuição potencial de países de níveis de desenvolvimento diferentes. A maior parte das emissões que afetam atualmente a atmosfera se originam nas nações industrializadas. É igualmente nessas nações que as possibilidades de mudança são maiores, e são elas também que dispõem dos maiores recursos para tratar eficazmente do problema.

A comunidade internacional e especialmente das nações industrializadas têm obrigações especiais de assistirem países em desenvolvimento que seriam muito severamente afetados por mudanças na atmosfera, apesar de muitos deles não terem atualmente senão uma responsabilidade marginal nesse processo.

As instituições financeiras e as agências de assistência ao desenvolvimento, nacionais e internacionais, deverão coordenar suas atividades de modo a promover um desenvolvimento sustentável.

Sem prejuízo das obrigações internacionais de cada Estado, os signatários reconhecem e se comprometem a promover os seguintes princípios:

- a) O princípio do desenvolvimento, no âmbito das Nações Unidas, de uma nova entidade institucional, seja pelo fortalecimento das instituições existentes, seja pela criação de uma nova instituição, que, no contexto da preservação da atmosfera terrestre, será

responsável pelo combate ao aquecimento da atmosfera, recorrendo a procedimentos decisórios eficazes, mesmo quando, em certos casos, um acordo unânime não pode ser alcançado;

- b) O princípio de que a entidade procederá ou fará proceder os estudos necessários, terá acesso, a seu pedido, a informações idôneas, assegurará a difusão e o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos – que implica promover o acesso às tecnologias necessárias –, desenvolverá instrumentos e definirá normas que favoreçam ou garantam a proteção da atmosfera e exercerá o controle da observância dessas normas;
- c) O princípio de medidas apropriadas destinadas a promover a aplicação efetiva e o respeito às decisões emanadas da nova entidade, as quais estarão sujeitas ao controle pela Corte Internacional de Justiça;
- d) O princípio de que os países para os quais as decisões tomadas para proteger a atmosfera signifiquem um encargo especial ou anormal, tendo em vista sobretudo seu nível de desenvolvimento e sua responsabilidade efetiva pela deterioração da atmosfera, receberão uma assistência justa e eqüitativa a título de compensação. Com essa finalidade, deverão ser instituídos mecanismos apropriados;
- e) A negociação dos instrumentos jurídicos necessários para proporcionar um alicerce institucional e financeiro, que seja eficaz e coerente, aos princípios acima enunciados.

Os Chefes de Estado e de Governo ou seus representantes, que deixaram expressa sua adesão à presente Declaração através de sua assinatura, afirmam sua vontade de promover os princípios assim definidos da seguinte forma:

- Desenvolvendo sua iniciativa no seio das Nações Unidas em coordenação e estreita colaboração com as instituições existentes e criadas sob os auspícios das Nações Unidas;
- Convidando todos os Estados do mundo e as organizações internacionais competentes na matéria a participarem, levando em conta os estudos realizados pelo GIMC, na elaboração de convenções – quadro e de

outros instrumentos jurídicos necessários à criação da entidade e a implementarem os demais princípios acima enunciados com o objetivo de proteger a atmosfera e de lutar contra as mudanças climáticas, em particular contra o aquecimento global;

- Conclamando todos os Estados do mundo e as organizações internacionais competentes na matéria a assinarem e a ratificarem as convenções relacionadas com a proteção da natureza e do meio ambiente;
- Instando todos os Estados do mundo a subscreverem a presente Declaração.

O original desta Declaração, redigido em francês e inglês, será encaminhado ao Governo do Reino dos Países Baixos, que o conservará em seus arquivos. Cada um dos Estados participantes receberá do Governo dos Países Baixos uma cópia autêntica desta Declaração.

Ao Primeiro-Ministro dos Países Baixos solicita-se que envie o texto desta Declaração, que não é passível de registro nos termos do Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, a todos os Estados-membros das Nações Unidas.

Haia, 11 de março de 1989

Helmuth Kohl
Chanceler da República Federal da Alemanha

Gareth Evans
Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio da Austrália

Paulo Tarso Flecha de Lima
Secretário-geral das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Brian Mulroney
Primeiro-Ministro do Canadá

Félix Houphouët-Boigny
Presidente da República da Côte d'Ivoire

Muhammed Hosni Mubarak
Presidente da República Árabe do Egito

Felipe González
Primeiro-Ministro da Espanha

François Mitterrand
Presidente da República Francesa

Miklós Németh
Primeiro-Ministro da República Popular da Hungria

P.V. Narasimha Rao
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia

Emil Salim
Ministro de Estado para a População e o Meio Ambiente da República da Indonésia

Giorgio Ruffolo
Ministro do Meio Ambiente da Itália

Masahisa Aoki
Ministro de Estado do Japão

Hussein Ibn Talal
Rei do Reino Hachemita da Jordânia

Daniel Toroitich Arap Moi
Presidente da República do Quênia

Edward Fenech Adami
Primeiro-Ministro da República de Malta

Gro Harlem Brundtland
Primeiro-Ministro do Reino da Noruega

Geofrey Palmer
Vice-Primeiro-Ministro da Nova Zelândia

Ruud Lubbers
Primeiro-Ministro do Reino dos Países Baixos

Abdou Diouf
Presidente da República do Senegal

Igvar Carlsson
Primeiro-Ministro do Reino da Suécia

Hedi Baccouche
Primeiro-Ministro da República da Tunísia

Enrique Colmenares Finol
Ministro do Meio Ambiente da República da Venezuela

Robert Gabriel Mugabe
Presidente da República do Zimbábue

conferência dos estados partes do protocolo de genebra de 1925 e outros estados interessados

**Discurso pronunciado pelo Ministro Abreu Sodré, em
Paris, em 7 de janeiro de 1989, na Conferência dos
Estados Partes do Protocolo de Genebra de 1925 e
outros Estados interessados**

Senhor Presidente,

A Revolução Francesa, que se eternizou na memória e na cultura da humanidade, completa seu bicentenário neste ano de 1989. É para mim uma honra muito especial visitar a cidade que foi o seu berço, quando transcorrem precisamente os primeiros dias dessa celebração histórica.

Os ideais, valores e concepções que florescem no mundo inteiro a partir daquele movimento fazem de Paris o cenário perfeito das deliberações para as quais fomos aqui convocados. Liberdade, igualdade, fraternidade – este o lema que simboliza a arraigada tradição democrática da grande Nação francesa. Esses princípios que se tornaram universais, base da justiça, do progresso, do respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana, dos sentimentos de solidariedade, compreensão e concórdia haverão de inspirar os trabalhos desta Conferência dos Estados Partes do Protocolo de Genebra de 1925 e outros Estados interessados.

A realização do encontro deve ser creditada à oportuna e meritória iniciativa do Presidente François Mitterrand. Todos reconhecemos seus benefícios para a paz e a cooperação entre os povos. Ao ocupar esta tribuna, identifico no número e na representatividade das Delegações aqui presentes o eco amplamente positivo da decisão da França de promover a reunião, na qualidade de país depositário daquele ato internacional.

Estadista que tem dado mostras de profunda sensibilidade para os problemas do mundo contemporâneo, o Presidente Mitterrand presta, assim, uma grande contribuição para o esforço da comunidade das nações com vistas a fortalecer a consciência universal dos efeitos deletérios das armas químicas. Trata-se de mais uma evidência da política atuante e construtiva da França no cenário internacional.

Compartilhamos, Senhores Delegados, as preocupações com uma questão que vem assumindo contornos graves e conflituos. Cabe-nos examiná-la com seriedade e boa-fé, sem fugir às responsabilidades. Seu tratamento envolve necessariamente compromissos éticos, jurídicos e políticos. É nosso dever dar prova de empenho e determinação para que o mundo se liberte de toda forma de violência e toda prática cruel ou desumana, como a que encerra o uso das armas químicas.

Se a ciência deu ao homem a capacidade de desenvolver os meios mais sofisticados de destruição, é inconcebível que lhe falem vontade e poder para colocar as conquistas tecnológicas exclusivamente a serviço do progresso, do bem-estar e da dignidade dos povos.

O Brasil assinou e ratificou sem reservas o Protocolo de 1925 sobre a proibição de emprego na guerra de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos. Em tal condição, esperamos que este encontro não só reafirme a validade do Protocolo, mas também reforce sua efetividade. Desejamos

firmente que nossos trabalhos possam imprimir novo impulso às negociações em curso na Conferência do Desarmamento, com vistas à conclusão, em futuro próximo, de uma convenção abrangente que assegure a proscrição total e definitiva dessa classe de armamentos.

O que nos devemos propor, em última análise, é impedir que qualquer povo da Terra seja vitimado por armas tão criminosas.

À vocação pacífica e humanitária de meu país repugna a continuada existência das armas químicas. Devemos bani-las, em razão de seu potencial de destruição em massa e de seus efeitos indiscriminados, que podem afetar populações civis.

Entendemos que o comprometimento com o não-emprego dessas armas deve ir além da prática e da consciência das partes contratantes do Protocolo. Deve ser reconhecido como norma viva e inquestionável do direito internacional. A todas as nações cabe observá-la irrestritamente.

Nesse sentido, esperamos que os Estados que ainda não são partes venham a aderir, sem restrições, ao Protocolo. Esperamos, igualmente, que os Estados partes que ainda mantêm reservas aos termos do Protocolo reconsiderem suas posições e aceitem o documento em sua totalidade. Será altamente benéfico para os propósitos do desarmamento geral e completo, e, por conseguinte, para os ideais de paz, segurança e desenvolvimento dos povos, se pudermos lograr uma unanimidade global em torno do Protocolo de Genebra.

Senhor Presidente,

Eventos recentes trouxeram a questão das armas químicas para o centro das preocupações da comunidade internacional. Mostraram a importância e a urgência de evitarmos que o emprego dessas armas volte a intensificar o medo e o sofrimento normalmente já provocados pelos conflitos externos ou internos.

A presença maciça da comunidade internacional nesta Conferência revela que os

anseios de paz não conhecem fronteiras. Não pertencem nem a fortes ou fracos, nem a armados ou desarmados. Tampouco sofrem a erosão do tempo, como evidencia a plena atualidade dos objetivos que levaram nossos antecessores, os signatários do Protocolo de 1925, a consagrarem em um ato internacional de significativo alcance regras de conduta nascidas de uma amarga experiência de guerra. Revela esta reunião a gravidade com que encaramos o tema e nossa disposição de juntarmos esforços para seu equacionamento.

Não estamos aqui para mudar o Protocolo de 1925, nem para substituir as negociações em curso na Conferência do Desarmamento ou criar outra via paralela.

Esta reunião representa um ato de afirmação política de nossos Governos no sentido de reconhecer a plena vigência da proibição do emprego de armas químicas e de considerar meios efetivos para seu cumprimento.

É esperança do Governo brasileiro que, ao cabo desta conferência, a comunidade internacional se una inequivocamente em torno dos seguintes pontos:

- a plena validade do Protocolo de 1925 e a necessidade de sua estrita e efetiva observância;
- a urgência da conclusão, pela Conferência do Desarmamento, de uma convenção universal e não-discriminatória para a completa proibição do desenvolvimento, produção, estocagem e emprego de armas químicas e sua destruição;
- a necessidade de que os Estados respeitem escrupulosamente o princípio do não-uso da força para a solução de controvérsias;
- a necessidade da cooperação internacional para garantir a segurança de todos os Estados, independentemente de seu tamanho ou grau de desenvolvimento;
- a relevância das nações unidas para a promoção de esforços de desarmamento em bases multilaterais.

Com relação ao primeiro ponto, o Brasil mantém a firme convicção de que o Protocolo de 1925 é um instrumento plenamente vigente, que deve ser observado de forma escrupulosa e de boa-fé pelos Estados partes, conforme o

princípio "pacta sunt servanda". Ao se considerarem reciprocamente vinculados pelos termos do Protocolo, as partes não devem partir do pressuposto de que alguma outra parte poderá eventualmente transgredi-lo e, portanto, se reservar o direito de possuir armas químicas para eventual uso a título de retaliação. Pois a posse de uma arma traz implícita a possibilidade de vir a ser usada algum dia. Assim, o estrito cumprimento da obrigação de não usar armas químicas tem como corolário a renúncia a sua posse.

A conclusão das negociações sobre uma convenção abrangente no âmbito da Conferência do Desarmamento constituirá passo decisivo para prevenir a recorrência de eventos condenáveis pela comunidade internacional.

As normas a serem incorporadas à futura convenção devem ter caráter universal e não-discriminatório. Não devem afetar os legítimos interesses dos países em desenvolvimento, em particular no que se refere ao progresso econômico e social, processo no qual a indústria química certamente desempenha importante papel. Assim, a convenção não deve comportar apenas uma igualdade de direitos e obrigações no processo de eliminação das armas químicas; deve, também, evitar que sejam criadas situações que equivaleriam a cercear o acesso de países em desenvolvimento a materiais e tecnologias legitimamente necessárias para finalidades civis.

Ao transmitir suas expectativas de um instrumento final justo, eficaz e equitativo, esta reunião ministerial estará indicando à Conferência do Desarmamento os anseios da comunidade internacional tanto pela coibição do potencial químico para fins bélicos quanto pela não-obstrução da colaboração para fins pacíficos.

A ameaça representada pelas armas químicas à paz e à segurança internacional não comporta soluções parciais, restritas ao controle de sua disseminação horizontal. Urge enfrentar o problema da proliferação dessas armas em sua dimensão mais ostensiva e preocupante, qual seja, a da acumulação vertical nos arsenais de

diferentes Estados. Não podemos concordar com qualquer esquema de legitimação da posse de instrumentos tão desumanos. Não podemos reeditar, em nova área, regimes discriminatórios e iníquos.

A preocupação pelo emprego de armas químicas deve inserir-se no quadro mais amplo da proibição do uso ou da ameaça de uso de qualquer arma, convencional ou nuclear, para a solução das controvérsias, norma de direito internacional incorporada à Carta das Nações Unidas. O empenho com que se busca concretizar o objetivo do desarmamento no campo das armas químicas deve ter sua contrapartida em todos os campos bélicos, notadamente o nuclear.

A construção da paz mundial não é responsabilidade exclusiva das grandes potências. É tarefa a ser cumprida com base na prevalência da cooperação internacional sobre as veleidades do poder. A segurança de uns não pode ser promovida às custas da segurança de outros. Todos os Estados têm direito a viver em um mundo estável, justo e pacífico.

Afirmou o Presidente José Sarney na Terceira Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas dedicada ao desarmamento, em junho de 1988, que "as preocupações de segurança de um Estado são tão válidas, tão importantes e tão relevantes quanto as de qualquer outro. Ao mesmo tempo, nenhum Estado deve pedir a qualquer outro que tome medidas de desarmamento que ele próprio não esteja disposto a tomar, Ninguém pode pedir a outrem o que ele próprio não pode conceder".

Não podemos esquecer que a promoção da segurança é condição essencial à preservação do meio ambiente. Assim, quanto mais progredirmos em direção a um mundo menos armado, e portanto mais seguro, quanto mais êxito tiver a comunidade internacional em seus esforços para a eliminação completa dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, como as armas químicas, maiores garantias terão as gerações futuras de viver em condições ambientais adequadas.

Senhor Presidente,

Cabe a esta Conferência resgatar o valor da cooperação multilateral na promoção da paz e da segurança internacional para consolidar um regime paritário entre os Estados que leve à completa erradicação das armas químicas em futuro muito próximo. Uma declaração final breve e eloqüente, capaz de acolher tais propósitos, é o resultado que buscamos. Estamos preparados a examinar de forma construtiva as propostas que virão a ser apresentadas neste foro para dar maior efetividade ao Protocolo de 1925.

Esta é a contribuição, fundamentada em nossas melhores tradições diplomáticas, que está disposto a prestar o Governo brasileiro. Assim o fará, com vistas ao fortalecimento dos ideais mais amplos de desarmamento e de cooperação para a paz e o desenvolvimento almejados pela comunidade internacional.

Liberdade, igualdade, fraternidade: da divisa que traduz a grandeza desta nação irmã podemos extrair diretrizes claras para nossos debates.

Nenhum povo será livre se permanecer sob a ameaça e o terror de armas de destruição em massa; o medo é a negação da liberdade.

Não se concretizará a esperança de uma sociedade internacional igualitária, enquanto persistirem bolsões de pobreza e miséria que poderiam ser eliminados com os volumosos recursos despendidos no desenvolvimento dos arsenais bélicos; a corrida armamentista é uma barreira à igualdade.

Utópica será a convivência fraterna entre as nações, se a guerra ou o perigo da guerra não forem contidos; o ódio, a violência e a hostilidade não podem caber no mundo de fraternidade que desejamos construir.

brasil países-baixos: ii reunião da comissão mista de cooperação econômica e industrial

Discurso do Ministro Abreu Sodré, por ocasião da Sessão de Abertura da Reunião, no Palácio Itamaraty, em 24 de janeiro de 1989

A II Reunião da Comissão Mista Brasil-Países Baixos de Cooperação Econômica e Industrial que tenho a honra, neste momento, de inaugurar, será ocasião privilegiada para que passemos em revista, com detalhe e em profundidade, a ampla e diversificada agenda das relações brasileiro-neerlandesas.

Sei que serão extremamente proveitosos os entendimentos que manteremos e os contatos que terá Vossa Excelência com autoridades governamentais e representantes do setor privado brasileiro.

Será um privilégio partilhar da rica experiência de parlamentar e de dirigente empresarial que Vossa Excelência traz para sua atividade de homem público.

É portanto com especial satisfação que lhe estendo, e aos demais membros de sua ilustre comitiva, minhas mais calorosas boas-vindas.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

As relações entre o Brasil e os Países Baixos remontam à época da Colônia.

Nos últimos anos, vêm passando por processo de gradativo e constante aprofundamento e dinamização.

Com a visita do Primeiro-Ministro Rudolf Lubbers, acompanhado então pelo Chanceler van den Broek, em 1983, ganharam ímpeto renovado os entendimentos políticos bilaterais.

Em maio de 1987, celebrava-se, na Haia, a I Reunião desta Comissão Mista, ensejando o exame, com resultados positivos, do relacionamento comercial e financeiro bilateral, que hoje revela aspectos extremamente promissores.

O país de Vossa Excelência tornou-se um de nossos principais parceiros comerciais. O intercâmbio chegou, em 1988, a US\$ 1,8 bilhão. O quadro é auspicioso, e são reais as possibilidades de ampliação dos valores do comércio bilateral. Há espaço para que diversifiquemos a pauta, sobretudo das exportações brasileiras, com a inclusão de produtos de maior valor agregado.

No campo financeiro, a cooperação bilateral tem sido expressiva.

Estão hoje os Países Baixos entre nossos dez maiores investidores, com um total de inversões que, acumulado até junho do ano passado, somava quase US\$ 880 milhões. Empresas de longa data conhecidas no Brasil, como a Philips, a Mavibel, o Banco Holandês Unido, têm atuado como veículo de significativo aporte de capitais neerlandeses e vetores de proveitosa transferência de tecnologia.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

A reunião que ora se inicia comprovará que as relações bilaterais alcançaram elevado grau de maturidade.

O temário consolida assuntos de interesse concreto para um e outro país. Dedicaremos atenção especial aos tópicos relativos à ampliação e diversificação do comércio e às várias possibilidades de incentivá-lo.

No que tange ao relacionamento financeiro e ao fluxo de capitais, serão objeto de exame os projetos de acordos intergovernamentais submetidos a esta Comissão.

As Delegações de nossos dois países abordarão variada temática atinente à cooperação científica, tecnológica e industrial.

Tratarão, também, de certos assuntos de grande relevo da atualidade econômica internacional. Especial atenção receberão os referentes ao endividamento externo dos países em vias de desenvolvimento e também os relativos à Rodada Uruguai, na qual o Brasil tem tido atuação dedicada e construtiva.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Tem a economia brasileira passado por profundas transformações nos últimos anos.

Apesar da persistência de um elevado déficit nas contas do setor público – fenômeno comum também a vários países desenvolvidos – e de taxas de inflação que vinham sendo altas nos últimos tempos, a economia brasileira, tradicionalmente caracterizada por notáveis índices de crescimento, apresenta ainda numerosos sinais de dinamismo.

Não há recessão. A taxa de desemprego permanece a níveis reduzidos, inferiores à marca dos 4%.

A produção agrícola vem crescendo notavelmente nos últimos três anos – de 50 milhões de toneladas anuais até meados desta década, aproxima-se, hoje, dos 70 milhões de toneladas.

Aumentamos nossa presença no comércio internacional, através seja do acréscimo do volume de nosso comércio, seja da diversificação da pauta. De US\$ 2,7 bilhões em 1960, o volume de nosso comércio saltou para US\$ 39,9 bilhões em 1987.

Vimos, também, gerando saldos significativos em nossa balança comercial - que poderão atingir US\$ 19 bilhões em 1988.

A principal razão para superávits de tal ordem, no entanto, está na necessidade de gerar divisas para fazer face ao serviço da dívida externa.

Têm sido grandes os sacrifícios decorrentes dessa situação: a sociedade brasileira vem sendo duramente afetada por medidas severas de restrição à oferta agregada. A redução das importações tem tido repercussões negativas, inclusive no processo de desenvolvimento tecnológico do país.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

O problema do endividamento externo aflige de forma dramática muitos países em desenvolvimento.

O Brasil vem sendo particularmente vitimado.

As soluções até agora propostas e implementadas se têm revelado incompletas e insatisfatórias.

Por isso, segue o Brasil defendendo a necessidade de um enfoque abrangente e político para o encaminhamento correto da questão, que deveria, em princípio, incluir uma redução do estoque da dívida externa dos países em desenvolvimento. Com tal objetivo, os Governos dos países latino-americanos integrantes do Grupo dos Oito vêm procurando estabelecer uma estratégia de negociação que, sem recorrer à confrontação, possibilite solução adequada e justa para a questão do endividamento.

Não é possível que se perpetue essa situação injusta, perversa, onde os países em desenvolvimento se transformam em exportadores líquidos de capital.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Há poucos dias, anunciou o Presidente Sarney uma profunda reforma econômica, visando a reverter e eliminar o quadro inflacionário.

As medidas adotadas incidem sobre preços e salários, acompanhadas de forte redução dos gastos públicos e da oferta monetária.

Uma negociação da nossa dívida externa em bases mais justas e favoráveis pode representar o fator positivo para o êxito do novo plano. Contamos com a sensibilidade e o respaldo do Governo neerlandês para alcançar esse objetivo e acreditamos que, durante a presente reunião da Comissão Mista, esse importante tópico será amplamente examinado.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Ao reiterar minhas boas-vindas a Vossa Excelência, a sua ilustre comitiva e à importante representação do setor empresarial, reafirmo minha certeza de que a reunião que ora se inicia terá efeitos extremamente positivos para o relacionamento entre o Brasil e os Países Baixos.

Discurso do Ministro Abreu Sodré, por ocasião do almoço em homenagem ao Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Assuntos Econômicos do Reino dos Países Baixos, Dr. Rudolf W. de Korte, no Palácio Itamaraty, em 24 de janeiro de 1989

Tenho a grata satisfação de reiterar a Vossa Excelência, à ilustre comitiva oficial que o acompanha e aos distintos representantes do setor empresarial neerlandês as mais cordiais boas-vindas do Governo e do povo brasileiros.

A homenagem que aqui lhes prestamos testemunha a tradicional amizade que devotamos ao povo holandês.

Minha satisfação em recebê-lo nesta Casa é tanto maior quando sei que Vossa Excelência, como eu, traz para a atividade internacional a experiência que acumulou nas lides parlamentares e na política partidária. Não posso deixar de referir-me, aqui, à brilhante atuação de Vossa Excelência como um dos mais importantes integrantes do Partido Liberal neerlandês.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

A visita oficial de Vossa Excelência ao Brasil constitui oportunidade inestimável para que

estreitemos os laços que vinculam nossos países.

Inauguramos, esta manhã, os trabalhos da II Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Industrial. Na ocasião mantivemos profícua troca de impressões sobre ampla gama de temas da atualidade internacional e de interesse bilateral.

Antecipo – e o faço com muito prazer – que várias são as áreas de convergência que poderemos explorar.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

As relações entre nossos dois países estão sedimentadas no rico patrimônio dos laços históricos que acumulamos e que remonta a mais de dois séculos.

No passado recente, as múltiplas visitas de alto nível atestam que o diálogo bilateral é fluido, intenso e constante.

Em 1959, honrou-nos o Príncipe Bernardo com a visita oficial que efetuou ao Brasil. Em 1982, o então Vice-Presidente do Brasil foi recebido pelo Parlamento dos Países Baixos. Em 1983, o Primeiro-Ministro Rudolf Lubbers, acompanhado pelo Chanceler van den Broek, inaugurou, no Brasil, uma nova etapa no processo de aproximação política entre nossos dois países, na primeira visita que recebíamos de um Chefe de Governo neerlandês.

Em 1985 e 1988 tivemos a satisfação de acolher o titular da Pasta das Finanças, Onno Ruding. Em ambas as ocasiões, intercambiámos impressões sobre o panorama econômico-financeiro internacional e, em especial, sobre a questão do endividamento externo, tão crucial para o Brasil.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Considera o Governo brasileiro indispensável a retomada do diálogo norte-sul. Este é o caminho inevitável para a reestruturação da ordem econômica internacional, em bases mais justas e equitativas. Para esse objetivo, contamos com a sensibilidade do Governo

neerlandês. É necessário repensar questões fundamentais como a dívida externa, o protecionismo, o acesso às tecnologias de ponta, a partir da correta percepção dos justos anseios e das realidades dos países em desenvolvimento.

O Brasil luta com as dificuldades que lhe são impostas por uma conjuntura econômica perversa, profundamente injusta, na qual os países em desenvolvimento se vêem hoje na paradoxal posição de exportadores líquidos de capitais. É uma situação iníqua, que não pode prolongar-se.

Na cerimônia de abertura dos trabalhos da II Reunião da Comissão Mista, celebrada na manhã de hoje, tive ocasião de referir-me à ampla reforma econômica colocada em prática recentemente pelo Presidente José Sarney.

Trata-se de um elenco de medidas de largo alcance, incidindo sobre preços e salários, acompanhadas de decidida redução dos gastos públicos e de oferta monetária. Estamos seguros de que serão decisivas para a reversão do quadro inflacionário da economia.

Nesse contexto, uma renegociação de nossa dívida externa, em bases mais justas e favoráveis, poderá contribuir para o êxito do novo plano econômico. Para tanto, contamos desde já com a sensibilidade e o apoio do Governo holandês.

Este será tema que estará muito presente nas conversações que manterá Vossa Excelência durante sua grata estada no Brasil.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Não perdemos a fé em nossas potencialidades.

Seguimos confiantes no respaldo de nossos tradicionais parceiros da Europa. O Brasil é uma boa opção.

A crescente participação dos capitais neerlandeses no processo de desenvolvimento brasileiro é fator de inegável estímulo para a intensificação do relacionamento bilateral, nos mais diversos campos. Os Países Baixos

formam hoje – tenho a satisfação de dizê-lo – entre os dez maiores investidores no Brasil, com um total de quase US\$ 880 milhões acumulados até junho do ano passado.

São cifras consideráveis. Apontam para um futuro promissor.

Assim como a presença de Vossa Excelência entre nós, constituem eloqüente testemunho da confiança que o Governo e os empresários neerlandeses depositam no Brasil.

No campo comercial, o país de Vossa Excelência tornou-se, hoje, um dos nossos principais parceiros. Em 1988, o comércio bilateral beirou US\$ 1,8 bilhão. Também aí o quadro é auspicioso e são palpáveis as possibilidades de crescimento. Há espaço para a diversificação da pauta, sobretudo das exportações brasileiras, com a inclusão de bens de maior valor agregado.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Estou certo de que as conversações de Vossa Excelência e sua comitiva com as altas autoridades e representantes da vida nacional contribuirão para aprofundar o entendimento mútuo e abrir o caminho para novas iniciativas e projetos.

Formulo a Vossa Excelência os melhores votos de pleno êxito em sua missão em meu país.

Convido os presentes a acompanhar-me no brinde que proponho à ventura de Sua Majestade a Rainha Beatrix, à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à amizade entre nossos povos e Governos.

Discurso pronunciado pelo Ministro Abreu Sodré, em 24 de janeiro de 1989, no Palácio Itamaraty, durante jantar de retribuição oferecido pelo Vice-Primeiro-Ministro do Reino dos Países Baixos, Sr. Korte

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Sensibilizado, agradeço as palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar. A cortesia com que me honra esta noite é para mim motivo de especial satisfação. Reflete a extrema

cordialidade que pauta as relações entre nossos países.

Permita-me que homenageie, aqui, na pessoa de Vossa Excelência, o espírito tenaz do povo holandês, que soube domar a natureza, forjando nos mares os limites de seu território.

Nossos vínculos históricos datam da formação da nacionalidade brasileira. Orgulhamo-nos da vasta herança cultural legada por Maurício de Nassau, o Príncipe Humanista, cuja admirável obra Vossa Excelência terá oportunidade de apreciar durante sua visita, nos próximos dias, a Olinda e Recife.

Tampouco posso deixar de louvar os imigrantes holandeses que, no passado mais recente, adotaram o Brasil como pátria e para cuja prosperidade tanto têm contribuído com árduo trabalho.

Senhor Vice-Primeiro-Ministro,

Nestes breves encontros que hoje mantivemos pude perceber, na personalidade de Vossa Excelência, um espírito empreendedor, aberto e dinâmico.

Vossa Excelência desempenha, com brilho, a tarefa de conduzir importantes setores da economia de seu país.

Antevejo imensas possibilidades de êxito em empreendimentos conjuntos, que unam interesses brasileiros e neerlandeses. A constituição de *joint ventures*, as iniciativas de novos investimentos e o esforço de investigação e colaboração no campo da ciência e da tecnologia abrem promissoras perspectivas.

Estou seguro de que a missão de Vossa Excelência no Brasil terá impacto duradouro sobre a malha de nossa relações, que desejamos densas e proveitosas. Que este evento seja marco a estreitar ainda mais nossos antigos laços e motivo de uma reflexão comum sobre o futuro de nosso relacionamento.

Estou convencido de que, ao final de sua visita, nosso profícuo diálogo terá reforçado a confiança, a harmonia e a perene amizade que presidem nossas relações.

Convido a todos que me acompanhem num brinde à saúde de Sua Majestade a Rainha Beatrix, à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Korte, e ao futuro das relações entre os Países Baixos e o Brasil.

abreu sodré recebe delegação boliviana

Discurso pronunciado pelo Ministro Abreu Sodré, em 30 de janeiro de 1989, no Palácio Itamaraty, por ocasião do almoço que ofereceu ao Chanceler Guillermo Bedregal e ao Ministro da Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia, Fernando Illanes

Senhores Ministros,

Recordo com satisfação as gratas visitas de Vossas Excelências ao Brasil, em janeiro e maio do ano passado.

Em ambas as ocasiões, o tema central de nossas conversações foi o das alternativas de cooperação para o aproveitamento do gás natural boliviano.

Naquela época, examinávamos ainda fórmulas que permitissem a nossos dois Governos estabelecer contornos realistas para a cooperação bilateral, no campo da integração energética.

Eram grandes as dificuldades, agravadas pelos problemas econômicos que, nos últimos anos, têm afligido nossos países. Mas perseveramos e obtivemos resultados altamente satisfatórios.

Os acordos celebrados por ocasião da visita do Presidente José Sarney à Bolívia descortinaram novas e amplas oportunidades de atuação conjunta no setor energético, e em muitas outras áreas. Asseguram a participação brasileira no aproveitamento do gás natural boliviano e na utilização do potencial hidrelétrico de Cachuela Esperanza.

As negociações técnicas para a assinatura dos contratos de compra e venda de gás natural, de energia elétrica, de polietileno e de fertilizantes, que haviam então ficado por realizar, contribuíram para esclarecer e superar pontos obscuros e controvertidos.

Brasileiros e bolivianos empenharam-se a fundo para chegar a um denominador comum, que satisfaça nossos legítimos interesses mútuos.

Senhores Ministros,

O Governo brasileiro vem sendo forçado a adotar rígida política de austeridade, que permita ao país superar uma conjuntura econômica e financeira especialmente difícil. Medidas que atingem duramente as inversões públicas e as despesas das empresas estatais tiveram que ser tomadas. Mesmo o investimento privado se tem retraído diante das dificuldades econômicas que afetam o país em muitos setores.

Apesar de tudo, não temos medido esforços para intensificar nossa cooperação com o povo irmão da Bolívia, com vistas a promover o desenvolvimento das duas nações.

E nem poderia ser diferente, entre dois países que tanto têm em comum.

Nas negociações técnicas sobre o aproveitamento do gás, deixamos patente nossa disposição de aumentar as quantidades de produtos derivados, acima inclusive do que havia sido acordado por ocasião da visita à Bolívia do Presidente Sarney. Poderemos, mesmo, adquirir gás liquefeito, e nisso também vamos além do previsto em La Paz.

É um esforço que nos custa sacrifício. Mas que se justifica amplamente no espírito de

fraternidade e colaboração que deve presidir o relacionamento entre nossos países.

Temos que progredir com prudência, sem perder de vista nossas próprias limitações. Devemos evitar assumir compromissos que não poderemos cumprir. Cabe-nos evadir frustrações que comprometam o incremento ainda maior da cooperação energética bilateral em futuro não muito distante.

Todos os estudos que vêm sendo realizados no Brasil demonstram que não estamos, no momento, em condições de traçar um cronograma de médio prazo para aquisição de gás "in natura". Estamos, no entanto, convencidos de que, uma vez construído o gasoduto até a fronteira, a oferta da energia criará sua própria demanda, estimulando investimentos e gerando possibilidades de aquisições adicionais de gás.

Senhores Ministros,

O universo da cooperação brasileiro-boliviana não se esgota no tema do gás natural. Ao contrário. É muito mais rico e diversificado. Abrange múltiplas áreas e não cessa de expandir-se.

Estão sendo adotadas as últimas providências para que possa ser plenamente implementada a Ata de Cooperação e Complementação Econômica, que abre mercados brasileiros

para um grande número de produtos bolivianos.

No setor dos transportes, caminham bem os entendimentos sobre novos projetos comuns.

A cooperação técnica, que já apresenta resultados concretos muito amplos, tenderá agora a evoluir de forma ainda mais ordenada e eficaz.

Saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, cooperação fronteiriça – em todos esses campos extremamente promissores, temos desenvolvido intensa e profícua colaboração.

Senhores Ministros,

Tenho a certeza de que terei, ainda outras vezes, a honra e o prazer de recebê-los em Brasília. Sempre haverá muito a fazer em prol do permanente aprimoramento das relações entre nossos dois países, da intensificação da cooperação bilateral. Terei invariavelmente a satisfação de dar-lhes as mais calorosas boas-vindas do Governo e do povo brasileiro.

Convido todos a comigo erguerem suas taças num brinde à ventura do Presidente Victor Paz, à saúde dos Ministros Guillermo Bedregal e Fernando Illanes e à permanente amizade entre brasileiros e bolivianos.

brasilía despede embaixador do japão

Discurso do Ministro Abreu Sodré, po ocasião do Almoço de despedida e Entrega das insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao Embaixador do Japão, Sr. Koichi Komura, no Palácio Itamaraty, em 14 de fevereiro de 1989

Por quase três anos à frente da Embaixada do Japão, Vossa Excelência muito contribuiu para estreitar os fortes e tradicionais laços de amizade e cooperação que unem nossos países.

É, portanto, com pesar que o Governo brasileiro e o Itamaraty se despedem de um valioso interlocutor e amigo.

A homenagem que hoje prestamos à Embaixatriz Komura e a Vossa Excelência se estende naturalmente ao nobre povo japonês.

Vossa Excelência testemunhou o carinho com que os brasileiros comemoraram, em junho do ano passado, os oitenta anos da imigração nipônica. Tive, então, a honra de acolher Sua Alteza Imperial, o Príncipe Fumihito.

Quando Governador do Estado de São Paulo já havia tido o privilégio de ser recebido em Tóquio pelo Imperador Hirohito, cujo recente falecimento muito nos condoeu. Também como Chefe do Executivo de meu Estado, coube-me a honra de acolher o Imperador Akihito e a Imperatriz Michiko, quando de sua memorável visita ao Brasil em 1967.

Sinto-me, pois, particularmente ligado ao país de Vossa Excelência.

Na era *heisei* que se inicia, povo e Governo brasileiros auguram à nação japonesa contínua prosperidade e paz e a Sua Majestade Imperial um longo reinado.

Senhor Embaixador,

A cooperação tem sido traço marcante na história das relações entre o Brasil e o Japão.

Já em 1895, o primeiro Tratado firmado entre o Brasil e o Japão erigia a amizade como princípio básico do relacionamento entre nossos povos.

Acolhemos de braços abertos o imigrante japonês e dele recebemos contribuição inestimável para o desenvolvimento do Brasil.

Nos anos 50, a cooperação bilateral assumiu novos contornos, com os primeiros empreendimentos de capital nipo-brasileiro: a USIMINAS e a ISHIBRÁS.

Na década de 70, estabeleceram-se importantes projetos conjuntos, nos campos agrícola e industrial, entre os quais se destacam a Celulose Nipo-Brasileiro, a Companhia Siderúrgica de Tubarão, a ALBRÁS, o PRODECER e o PROFIR.

Senhor Embaixador,

No período em que chefiou a Missão japonesa em Brasília, Vossa Excelência pôde acompanhar de perto uma etapa delicada e extremamente complexa da história brasileira.

No campo político, em outubro último, foi promulgada a nova Carta Magna e ainda este ano elegeremos, pelo voto universal, o futuro Presidente da República. Completamos o

processo de redemocratização de nossas instituições.

No campo econômico, apesar dos enormes sacrifícios impostos pela dívida externa, o Governo brasileiro tem estado comprometido com o propósito de normalizar as relações com o sistema financeiro internacional, procurando negociar com os países credores soluções flexíveis, imaginativas, que não prejudiquem nossos legítimos anseios de crescimento econômico e de justiça social.

Tenho vislumbrado – e o menciono com satisfação – sinais de uma clara percepção de nossas imensas potencialidades, por parte de vários parceiros nipônicos.

Em 1988, o total de investimentos e reinvestimentos japoneses no Brasil quase alcançou três bilhões de dólares, com um acréscimo em relação ao ano anterior de trezentos milhões de dólares. Trata-se, é bem verdade, de montante ainda reduzido, em face de nossas expectativas e das disponibilidades financeiras do Japão.

Nesta semana, estaremos acolhendo importante missão, liderada pelo Vice-Presidente do Banco de Tóquio, que virá

explorar as possibilidades de novos investimentos no Brasil. Encontram-se, por outro lado, em fase adiantada as conversações com vistas ao financiamento a projetos prioritários para o Brasil, através de fundos do Plano Nakasone de reciclagem dos saldos comerciais.

Senhor Embaixador,

Estou seguro de que o profícuo trabalho desenvolvido por Vossa Excelência será inspiração para seus sucessores na chefia da Missão diplomática japonesa no Brasil. Esteja certo de que deixará, entre nós, a lembrança do profissional competente, do interlocutor sempre atento e cordial. Não poderia furtar-me de ressaltar os dotes de simpatia, inteligência e cultura da Embaixatriz Komura, que encantaram a todos que com ela tiveram o privilégio de conviver.

Em reconhecimento aos valiosos serviços prestados em prol de um relacionamento cada vez mais estreito entre nossos países, o Senhor Presidente da República houve por bem agraciar Vossa Excelência com a Grã-Gruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, cujas insígnias tenho satisfação de impor-lhe neste momento.

Itaipu Binacional renova diretoria paraguaia

Discurso do Ministro Abreu Sodré na cerimônia de posse do novo Diretor-geral paraguaio da Itaipu Binacional, Engenheiro Fidencio J. Tardivo, em Foz do Iguaçu, em 17 de fevereiro de 1989

- Excelentíssimo Senhor
Doutor Luis Maria Argaña,
Ministro das Relações Exteriores da
República do Paraguai,
- Excelentíssimo Senhor
Engenheiro Enzo Debernardi,
Ministro da Fazenda da República do
Paraguai,
- Excelentíssimo Senhor
Doutor Vicente Cavalcante Fialho,
Ministro das Minas e Energia,
- Excelentíssimo Senhor
Embaixador Orlando Soares Carbonar,
- Excelentíssimo Senhor
Engenheiro Fidencio Juan Tardivo,
Diretor-geral paraguaio da Itaipu Binacional,
- Excelentíssimo Senhor
Doutor Ney Braga,
Diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional,
- Excelentíssimos Senhores Conselheiros,
Diretores e demais Funcionários da Itaipu,
- Minhas Senhores e meus Senhores,

A Itaipu Binacional despede-se hoje de seu primeiro Diretor-geral paraguaio, presente na entidade desde sua instalação, em maio de 1974, há quase 15 anos.

Diria, aliás – e o faço em meu nome e em nome do Ministro Vicente Fialho –, que o Engenheiro Debernardi integra a Itaipu desde antes mesmo de sua instalação, pela extensa e valiosa contribuição que prestou durante os trabalhos que antecederam a criação da binacional.

Foi feliz a Itaipu por poder contar com a capacidade, o conhecimento e a visão do

Engenheiro Debernardi, ao longo desses quase três lustros. Nós que, no Brasil, tivemos a oportunidade e o prazer de, a seu lado, nos empenharmos pelo bom andamento dos assuntos da entidade, podemos dar testemunho de toda a dedicação que sempre devotou à Itaipu.

Em suas novas e importantes funções de Ministro da Fazenda da República do Paraguai, cargo altamente honroso para um homem público, Vossa Excelência, Senhor Engenheiro Debernardi, certamente continuará a ter contato freqüente com assuntos da Itaipu, dado o peso específico e a importância da entidade. Da mesma forma, tendo em vista a intensidade e a extensão das relações entre o Brasil e o Paraguai, poderemos alguns de nós, no Brasil, esperar que nossas funções continuem a nos proporcionar contatos com o amigo que assume ampliadas responsabilidades.

Esta é, pois, uma despedida apenas parcial.

É também o momento de cumprimentarmos, o Ministro Fialho e eu, em nome do Governo brasileiro, o Engenheiro Fidencio Tardivo, por sua ascensão ao posto de Diretor-geral paraguaio da Itaipu, e os Doutores Anastácio Acosta Amarilla e Miguel Gimenez, por sua indicação, respectivamente, para as Diretorias Jurídica Executiva e Financeira.

O Engenheiro Tardivo, também trabalhador de primeira hora da Itaipu, em cuja Diretoria inicial desempenhava as funções de Diretor-Financeiro Adjunto, reúne as condições que,

certamente, levaram o Governo de seu país a encarregá-lo de conduzir a entidade, pelo lado paraguaio.

Manifestamos a satisfação do Governo brasileiro pela escolha, para a Diretoria-geral paraguaia, de um nome há largos anos identificado com a Itaipu e com vínculos estabelecidos com a equipe brasileira. Capaz, por conseguinte, de assegurar a continuidade dos trabalhos.

O bom entendimento entre brasileiros e paraguaios tem constituído a chave do êxito da Itaipu. Respeito e boa vontade recíprocos e o desejo comum de alcançar soluções mutuamente satisfatórias têm norteado os entendimentos entre ambas as partes, desde os primórdios das negociações que levaram ao Tratado de Itaipu.

O Tratado, pedra angular das modernas relações entre o Brasil e o Paraguai, constitui

um patrimônio precioso de nossos países. Sem ele, não teria sido possível a realidade concreta que é hoje a hidrelétrica. Suas cláusulas, fruto de negociações complexas, compõem um arcabouço delicado, por meio do qual se ajustou um equilíbrio entre os interesses dos dois países signatários, levando em conta suas diversidades e seus pontos em comum.

Desejamos assegurar-lhes, o Ministro Fialho e eu, que o Governo do Brasil, valorizando muito justificadamente essa construção política, produto da amizade e da visão de dois povos, continuará, como tem feito, a pautar suas ações pela mais absoluta fidelidade ao Tratado.

Ao Ministro Debernardi, ao Diretor-geral Tardivo e aos Diretores Acosta Amarilla e Gimenez nossas felicitações e sinceros votos de êxito e realização pessoal nas novas funções.

iii reunião de chanceleres do tratado de cooperação amazônica

**Discurso pronunciado pelo Embaixador Paulo Tarso
Flecha de Lima, em Quito-Ecuador, em 7 de março
de 1989**

Senhores Ministros das Relações Exteriores da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela,

O Ministro Roberto de Abreu Sodré, que tem sido entusiasmado promotor da cooperação amazônica, não pôde vir a esta reunião e pediu-me para representá-lo na chefia da Delegação brasileira. Sinto-me muito honrado em voltar ao Equador – a que estou ligado por muitos laços – e trazer, neste momento em que os temas amazônicos ganham atenção universal, a mensagem do Governo brasileiro sobre os rumos e perspectivas do Tratado de Cooperação Amazônica.

Tenho certeza de que esta reunião terá pleno êxito. As Comissões Técnicas trabalharam com afinco e, além disto, contamos com uma presidência impecável. Não é necessário fazer elogio pessoal ao Ministro Diego Cordovez – diplomata cujas qualidades são conhecidas universalmente.

A três de julho do ano passado, o Tratado de Cooperação Amazônica completou dez anos de sua assinatura. Naquela época, em diversos planos, com o surgimento de dinâmicos focos de progresso em todos os países da região, tornou-se evidente a necessidade de um amplo entendimento entre os Governos amazônicos. Crescia cada vez mais a importância dos laços entre este conjunto de países que, ligados por um patrimônio comum, formam a maior massa territorial e demográfica do continente.

Desde então, a despeito das dificuldades econômicas e financeiras experimentadas pelos países-membros, o Tratado vem gra-

dativamente alcançando fase de plena operatividade. A III Reunião de Ministros das Relações Exteriores constitui testemunho evidente do fortalecimento do Tratado, fortalecimento que vem marcado pela concretização de iniciativas na diversas áreas de interesse para a Cooperação Amazônica, hoje eficazmente coordenadas pela Secretaria Pró-Tempore do Conselho, a cargo da Colômbia.

A força do Tratado provém da Amazônia, e uma das dimensões da vida amazônica – a ecológica – é em nossos dias foco de crescentes atenções pela opinião pública internacional. Historicamente, a defesa da Amazônia tem constituído, para os países da região, uma longa crônica de lutas – luta contra preconceitos, luta contra dependência a mercados externos, contra ingerências ligadas à cobiça territorial de países estrangeiros à região.

Os desafios, hoje, para nossos Governos são outros. Vêm sob a forma de lições de bom comportamento ecológico, dadas de maneira preconceituosa, até arrogante e quase sempre por "professores" que ignoram aspectos fundamentais da realidade amazônica. Os países desenvolvidos não são, são, aliás, pródigos em bons exemplos em matéria de meio ambiente. É imperativo resistir a pressões externas oriundas, muitas vezes, de total desconhecimento da nossa realidade, e que chegam a ser violentadoras de legítimos interesses de nossas sociedades e a pretender ferir a soberania de nossos povos.

Temos, no entanto, o dever de promover o desenvolvimento harmonioso e auto-sustentável da região, de forma integrada ao processo global de expansão das economias nacionais de cada um de nossos países. De outro lado, devemos assumir nossa condição de habitantes do mundo tropical e nossa responsabilidade de transformá-lo em ambiente propício à plena realização do homem. Ora, não foram outras as motivações que levaram à assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, cujos signatários, já em seu preâmbulo, se proclamaram côscios "de que tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia".

Fomos, portanto, pioneiros, e isto não deve ser razão especial de orgulho. Ao contrário, é o que naturalmente deveria acontecer. Nossa condição amazônica, o nosso contacto secular com uma realidade complexa, difícil e ao mesmo tempo fascinante, levou-nos muito cedo ao esforço de buscar um tratamento racional da questão ambiental na região. O aprendizado da Amazônia é inesgotável. Não há soluções simples e imediatas para a questão ecológica. Mas, os dispositivos do Tratado apontam na direção certa e isto muito antes de que os *media* internacionais "descobrissem" a Amazônia.

Lembro ainda que o trabalho multilateral foi precedido, em cada um de nossos países, por uma história longa de realizações na pesquisa científica, social, antropológica, que revelam a profundidade da consciência amazônica de nossos povos. Somos pioneiros e haveremos de assim continuar. É nossa obrigação para com nossos povos e assim expressamos o sentido humanista e universal de nossa ação amazônica.

Então, como hoje, desenvolvemos a percepção de que compete aos países da Amazônia aperfeiçoar técnicas e métodos apropriados

para nossa realidade, a fim de proteger o meio ambiente e criar condições para assegurar a elevação do nível e da qualidade de vida de nossos povos. Apenas a nós cabe a responsabilidade, que não recusamos mas que a ninguém delegamos, de encetar uma atividade planejada e racional, destinada a gerar gradualmente a ocupação e o povoamento equilibrado do território amazônico.

Prova disso é que a preservação ambiental constitui, hoje, um dado incorporado às funções do Estado, sob a forma de legislação apropriada – no Brasil, é matéria constitucional – e de uma crescente consciência de sua importância por parte de nossos povos. É justamente neste sentido que se inscreve a preocupação brasileira de conferir ao tratamento da questão ambiental a relevância que merece no âmbito do Tratado. O Brasil dispõe-se, inclusive, sediar a celebração da I Reunião da Comissão Especial sobre Meio Ambiente, a ser criada durante a presente Reunião.

Esta iniciativa tem grande importância na medida em que expressa a firme disposição política de nossos países no sentido de que cabe a eles a responsabilidade pelo aproveitamento e proteção do patrimônio natural amazônico. É no exercício dessa responsabilidade soberana pela gestão de seu meio ambiente que o Brasil busca desenvolver a cooperação com outras nações. A partir da consciência de que cabe a cada um de nós a definição de sua política ambiental, haverá escopo para uma cooperação equilibrada e eficaz. Nesse contexto, a ação conjunta entre os países amazônicos adquire dimensão prioritária. A cooperação internacional é indispensável e será sempre bem-vinda em suas diversas formas desde que condicionada aos interesses e projetos dos países amazônicos.

Na última sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, O Brasil ofereceu-se para sediar a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, que deverá realizar-se no contexto da comemoração do vigésimo

aniversário da histórica Conferência de Estocolmo.

O Brasil considera, com justificada satisfação, que a III Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica permitirá o exame de todas as grandes questões afetas à região, e que sua maior tarefa será a de, dentro do espírito das Reuniões anteriores, precisar mecanismos efetivos de ação. Nesse particular, nunca será demais salientar a importância das Comissões Especiais já constituídas ou a serem criadas, nas mais diferentes áreas: saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, populações aborígenes. A criação de Comissões Especiais está prevista no artigo XXIV do Tratado, que dispõe que "sempre que necessário, as Partes Contratantes poderão constituir Comissões Especiais destinadas ao estudo de problemas ou temas específicos relacionados com os fins deste Tratado".

As Comissões Especiais constituem um mecanismo a um tempo flexível e extremamente ágil. Flexível, porque os temas tratados serão, sempre, aqueles mais adequados à conjuntura amazônica e internacional. Ágil, porque elas propiciam a rápida aplicação dos mecanismos do Tratado, favorecendo o intercâmbio freqüente de experiências e iniciativas dos países-membros.

Para que as Comissões Especiais realizem todo o seu potencial, entretanto, é necessário que se reúnam com freqüência, sempre com o objetivo de tornar disponíveis aos países-membros, no nível técnico adequado, os meios capazes de concretizar os projetos elaborados, dentro da perspectiva do desenvolvimento da Amazônia.

O Brasil considera, igualmente, de grande importância o exame do mecanismo de captação de recursos externos. Os países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica têm direito de esperar o apoio da

comunidade internacional para suas atividades, inclusive e especialmente da parte das agências internacionais de fomento.

A obtenção de recursos haverá de ser mais fácil na medida em que o Tratado de Cooperação Amazônica está, hoje, começando a existir aos olhos da comunidade internacional. Este não é o momento de nos determos na mera avaliação do que já foi feito; este é, sobretudo, o momento de agir. Os princípios gerais desenvolvidos pelas Declarações de Belém e de Santiago de Cali estão sendo aperfeiçoados continuamente, como bem o mostra a Declaração de Quito, que logo firmaremos. Mas agora é chegada a ocasião de desenvolver a personalidade do Tratado, através de ação decidida e concertada. Do ponto de vista do Brasil, é isto o que nos pede o atual estágio de evolução do Tratado de Cooperação Amazônica.

Dentre as propostas que temos sobre a mesa, para aperfeiçoar e densificar nosso processo de cooperação, permito-me mencionar a que procura criar um mecanismo de coordenação que possa, de forma mais permanente, e eficaz, acompanhar o esforço combinado de nossos países, na Região Amazônica. Está o meu Governo pronto a dar seu apoio a essa iniciativa, e a outras, no mesmo sentido, que tendam a fortalecer o pacto que aqui nos reúne.

Hoje, apenas acordamos para as riquezas da Região Amazônica, e para a necessidade de preservá-las como patrimônio nosso. A III Reunião de Ministros de Relações Exteriores constitui foro adequado para avaliar o processo geral de cooperação e traçar as diretrizes básicas das atividades do Tratado. A ampla gama de temas examinados demonstra a vitalidade do Tratado e constitui prova de confiança e esperança. Confiança de que nós, amazônicos, estamos à altura das responsabilidades que nos infunde esta imensa região. E esperança de que saberemos concretizar todas as suas grandes potencialidades.

representante da república dos camarões despede-se de Brasília

**Discurso do Ministro de Estado, interino, das
Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha
de Lima, por ocasião do almoço de despedidas para
o Embaixador da República dos Camarões, no
Palácio Itamaraty, em 15 de março de 1989**

Passados mais de 4 anos da chegada a Brasília do Embaixador Mvondo She Pierre e da Embaixatriz Mvondo She Claire, cumpre-me, agora, a missão de apresentar-lhes as despedidas oficiais do Governo brasileiro e, em especial, as despedidas do Itamaraty.

Durante esse período, foram muitos os contactos mantidos por Vossa Excelência com diplomatas brasileiros, sempre com o objetivo compartilhado de aprofundar o diálogo político entre o Brasil e Camarões. Sinto-me, portanto, particularmente satisfeito em poder observar que tais encontros levaram ao estabelecimento de relações mais próximas e cordiais entre nossos países.

No domínio das relações bilaterais, bem como nos foros multilaterais, brasileiros e camaronenses reconhecem identidades e convergência de interesses, que estamos utilizando como valioso lastro para a cooperação e atuação conjunta. Tanto assim que criamos, em 1986, a Comissão Mista Brasil-Camarões com o intuito de institucionalizar um mecanismo eficaz na aproximação e no diálogo entre os dois países.

Já tendo participado ativamente das negociações prévias à criação da Comissão Mista, Vossa Excelência participou, então, da 1ª Sessão de Trabalhos dessa Comissão, realizada em laundê, em novembro de 1986, que revelou, nitidamente, o amplo espectro de possibilidades abertas à cooperação bilateral.

Vossa Excelência, acredito eu, foi, assim, testemunha da mais fiel demonstração da disposição dos Governos brasileiro e camaronês de buscar um relacionamento estreito e profícuo, visando à realização de objetivos comuns, como o desenvolvimento de nossos povos e a paz regional.

Julgo também oportuno, senão imperativo, aproveitar este momento para ressaltar a íntima aliança entre o Brasil e Camarões em foros multilaterais. Refiro-me, particularmente, à ação concertada de representantes de nossos governos nos vários organismos internacionais de produtos de base. Ora somando esforços na Aliança dos Produtores de Cacau, ora defendendo, com intransigência, uma política de estabilização e valorização de preços para o café e cacau nas respectivas organizações internacionais, nossos países têm desenvolvido uma parceria de reconhecido êxito em situações cruciais.

Senhor Embaixador,

Tenho certeza de que a atuação de Vossa Excelência no sentido de elevar a um novo patamar o presente nível das relações bilaterais entre o Brasil e Camarões foi fator dos mais decisivos. Realizando sempre um trabalho dedicado e criativo à frente da Embaixada da República dos Camarões, Vossa Excelência tornou mais francos e dinâmicos os contactos com esta Casa e, ainda mais, honrou-nos com uma presença amiga e talentosa.

Quero crer que Vossa Excelência levará do Brasil lembranças gratificantes destes anos em que foi protagonista de um dos períodos marcantes da história entre nossos países. Tanto no domínio político-diplomático, quanto no campo econômico, comercial e cultural, foram lançadas bases seguras para sobre elas construir, como vimos construindo, relações estreitas e dinâmicas de cooperação.

Nesse sentido, gostaria de mencionar o empenho de Vossa Excelência para a realização, em futuro breve, da 2ª Sessão da Comissão Mista Brasil-Camarões. Nessa reunião, a realizar-se em Brasília, haveremos de lamentar a ausência de Vossa Excelência, mas, como é próprio desta nossa carreira, procuraremos manter, juntamente com seu sucessor, a linha ascendente que, já há alguns anos, vem caracterizando a avaliação de nossas relações bilaterais.

Senhor Embaixador,

Vossa Excelência está agora de partida para laundê. Levará do Brasil um amplo conhecimento do povo, cultura e história brasileiros. Levará, em particular, a justa avaliação do esforço que a nação brasileira vem realizando

no sentido de erradicar o subdesenvolvimento e de encontrar fórmulas apropriadas à superação de constrangimentos impostos ao Brasil, assim como a Camarões, pelas injunções da presente Ordem Econômica Internacional, injusta e ultrapassada.

Não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem lembrar e ressaltar a relevância da colaboração prestada pela Embaixatriz Mvondo She Claire no desempenho das funções de Vossa Excelência como Chefe da Embaixada em Brasília. Com a dedicação própria das mulheres de seu país e com imensa cordialidade, a Senhora Embaixatriz soube-nos cativar a simpatia.

Embaixador Mvondo She Pierre,

Sabedor da relevância dos serviços prestados por Vossa Excelência à causa do engrandecimento das relações Brasil-Camarões, o Senhor Presidente da República determinou a admissão de Vossa Excelência na Ordem do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, delegando-me a gratificante tarefa de entregar a Vossa Excelência as insígnias daquela condecoração.

corpo diplomático homenageia chanceler abreu sodré

Brinde proferido pelo Chanceler Abreu Sodré, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Corpo Diplomático acreditado em Brasília, em 20 de março de 1989

Excelência Reverendíssima
Dom Carlo Furno, Núncio Apostólico,

Excelentíssimos Senhores Chefes de Missões
Diplomáticas,

Excelentíssimas Senhoras Embaixatrizes,

Excelentíssimo Senhor
Secretário-geral das Relações Exteriores,

Excelentíssimos Senhores Representantes de
Organismos Internacionais,

Senhores Diplomatas brasileiros,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Atendemos, minha mulher e eu, com grande
prazer, ao convite com que nos honraram
Vossas Excelências para participar deste jantar.

Agradeço, sensibilizado, as amáveis e
generosas palavras de Sua Excelência
Reverendíssima Dom Carlo Furno, cuja pre-
sença simpática e atuação eficiente, nestes
quase sete anos entre nós, conquistaram nosso
respeito e granjearam nossa amizade.

Vejo nesta homenagem um tributo também aos
funcionários da Chancelaria brasileira –
incansáveis e abnegados no inestimável apoio
que me prestam para a execução da política
externa traçada pelo Presidente José Sarney.
Como Vossas Excelências, no dia-a-dia da
atividade diplomática, não medem eles
esforços para o aperfeiçoamento permanente

das relações entre o Brasil, os países amigos e
os organismos internacionais.

A ocasião é de conagração. Haverá
oportunidades mais adequadas para com-
partilhar com Vossas Excelências uma ava-
liação detida e aprofundada da política exterior
do Brasil.

Gostaria, entretanto, de trazer-lhes, ainda que
brevemente, mas de forma clara e fraterna,
algumas reflexões sobre o momento parti-
cularmente dinâmico por que passam as
relações internacionais e, em especial, sobre o
impacto dessas relações no esforço de desen-
volvimento econômico e social do Brasil,
objetivo fundamental da diplomacia brasileira.

Creio ser consensual a percepção de que
vivemos em um mundo mais propenso ao
diálogo pragmático do que à rigidez decorrente
de monolitismos ideológicos. Ingressamos,
felizmente, numa fase de distensão entre as
superpotências, apenas possível quando a
competição cede lugar à confiança.

Alguns desdobramentos recentes do
panorama internacional ilustram os inegáveis
progressos em direção à paz internacional.

Registro com satisfação que a Organização das
Nações Unidas volta a desempenhar papel
relevante no encaminhamento de soluções
negociadas para crises regionais. Foi o caso da
assinatura dos acordos de Genebra sobre o
Afeganistão. A implementação do cessar-fogo
entre o Irã e o Iraque trouxe a perspectiva de
paz e de reconstrução econômica na região do

Golfo. Na África Austral, os progressos das negociações entre Angola, África do Sul e Cuba, com a mediação dos Estados Unidos, são indicações promissoras de uma solução pacífica e justa para a questão da Namíbia.

São alentadoras as perspectivas de relaxamento das tensões entre as Europas. Também na América Central a situação está evoluindo, através de soluções negociadas entre os países daquela região. Foram positivos os resultados da recente reunião dos cinco Presidentes centro-americanos.

Por outro lado, o desenvolvimento científico e tecnológico atinge patamares cada vez mais altos, em que os grandes saltos tecnológicos já não são medidos em séculos, mas, no máximo, em décadas.

Na esteira dessa nova Revolução Industrial, a economia internacional está passando por certas transformações estruturais. Os países da Ásia, cuja pujança impressiona o mundo a cada dia, encontram-se engajados em uma política de modernização e abertura para o exterior. Os Estados Unidos e o Canadá buscam estabelecer as bases de um amplo esquema associativo. A Europa Ocidental, por sua vez, caminha decidida para a consolidação, a partir de 1992, de uma poderosa unidade econômica integrada. De nossa parte, igualmente, reconhecemos que a economia mundial começa a organizar-se em conjuntos e buscamos, no processo de integração regional, estabelecer o embrião de uma futura comunidade latino-americana de nações.

Tenho dito que vivemos hoje num mundo sob vários aspectos melhor do que há apenas um par de anos.

Mas, infelizmente, nem todos os países se vêm beneficiando do ritmo inegavelmente auspicioso que detectamos nas relações internacionais.

Por conta da dívida externa, o Brasil e os países latino-americanos se transformaram em exportadores líquidos de capitais, numa situação perversa e injusta que não se pode prolongar. A questão, portanto, já não é a de

saber se poderemos pagar a dívida externa: trata-se, na realidade, de saber quantas vezes devemos pagá-la.

A liberalização do comércio internacional, com a supressão das crescentes práticas protecionistas dos países desenvolvidos, seria forma de complementar o alívio que se espera na transferência de recursos financeiros para o exterior.

Tão grave quanto o acirramento do protecionismo é o recurso a ameaças, ou mesmo à prática de retaliações contra países em desenvolvimento, ao arrepio de Tratados que regem o comércio internacional.

Num outro setor extremamente sensível, somos confrontados com tentativas de controle oligopolístico dos conhecimentos das tecnologias de ponta, fundamentais para a prosperidade de nossos países.

Não bastassem todos esses constrangimentos ao pleno acesso do Brasil e dos países em desenvolvimento aos frutos do progresso e da modernidade, eis que agora nos surgem pressões inaceitáveis, sob a capa de políticas no mínimo simplistas de proteção ao meio ambiente.

Rejeitamos qualquer insinuação que implique menoscabo da soberania brasileira sobre nosso território ou nossos recursos naturais. São, portanto, inaceitáveis certas iniciativas que possam corresponder a tentativas de internacionalizar a Amazônia. Como o Brasil, nenhum outro país hipoteca a soberania e a riqueza nacionais.

Senhores Chefes de Missão,

Senhores Representantes de Organismos Internacionais,

Essas reflexões, que me permiti partilhar com Vossas Excelências, não têm a pretensão de esgotar os temas que nos aproximam, mas tão-somente a de possibilitar-me, em ocasião em que me sinto distinguido por tão honrosa homenagem, externar algumas breves opiniões sobre temas que certamente estão no centro

das preocupações e sobretudo das responsabilidades de Vossas Excelências.

Ao longo de toda minha vida pública, sobretudo nesses três últimos anos à frente do Itamaraty, reforcei a convicção de que o trabalho de Vossas Excelências – o tecer quotidiano do entendimento entre os povos, pelo diálogo e

pela negociação – é tarefa nobre de desprendimento e de disposição positiva.

Ao agradecer, assim, o gesto com que Vossas Excelências distinguem minha mulher e a mim, peço-lhes que se juntem a nós para brindar pelo estreitamento das relações que unem o Brasil a todos os países e organismos internacionais aqui tão bem representados.

américa latina e caribe discutem o meio ambiente

Discurso do Presidente José Sarney na Sessão Inaugural da VI Reunião Ministerial da América Latina e do Caribe sobre Meio Ambiente, realizada em Brasília de 30 a 31 de março de 1989

É com um sentimento profundo de fraternidade, que une cada vez mais nossos povos, que presido a Sessão Inaugural da VI Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, promovida sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e do Governo brasileiro.

Inicialmente deixo o reconhecimento do Brasil e creio interpretar o sentimento de todos os países aqui representados pelo trabalho dinâmico e construtivo que o programa vem desenvolvendo sob a direção do Doutor Mostafa Tolba, que infelizmente não pôde estar aqui presente.

Registro a presença do meu caro amigo Doutor Enrique Iglesias, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que com talento e criatividade tanto se tem destacado em funções oficiais de seu país, quanto em organizações internacionais.

Os problemas ambientais constituem hoje em dia um dos temas centrais da agenda internacional e será sem dúvida o tema mais apaixonante do futuro.

Ele diz respeito à sobrevivência na face da terra.

De repente o homem, que julgava os nossos recursos naturais inesgotáveis e a terra inatingível pela morte, percebe que o mundo está ameaçado por níveis crescentes de degradação da atmosfera, dos solos, dos rios e oceanos, e que é preciso mobilizar recursos nacionais e internacionais para enfrentar estes problemas em suas diversas manifestações.

Nasce a consciência de que a natureza pode chefiar uma rebelião contra a vida, criando a antiexistência.

Como percorremos esse caminho?

Quem destruiu a capa vegetal do planeta?

Quem criou e desenvolveu a civilização dos gases?

Quem, à custa de padrões crescentes de bem-estar, dilapidou os recursos naturais?

Nessa alucinada trajetória, coube aos países subdesenvolvidos contribuir com a mais trágica das poluições, a poluição da pobreza e todas as formas de exploração de que foram vítimas os povos ao longo dos séculos, com a poluição colonial, escravizadora, desumana e cruel.

Desde a Conferência de Estocolmo, de 1972, têm-se sucedido iniciativas tendentes a organizar e aperfeiçoar a cooperação internacional para a preservação do meio ambiente.

O Brasil, juntamente com os demais países da América Latina e do Caribe, tem dado para tanto uma contribuição que não hesito em qualificar de muito positiva.

Em matéria ambiental, como de resto em todas as principais questões internacionais, é preciso não perder de vista as diferenciações que separam o núcleo de países desenvolvidos da maioria das nações ainda submetidas a carências fundamentais.

Não podemos afastar a conexão profunda dos problemas ecológicos com a injusta ordem econômica e social do mundo.

Para uma grande parcela da humanidade, é o subdesenvolvimento que está na própria raiz dos problemas.

Pobreza e degradação do ambiente físico constituem elementos de um círculo vicioso que condena milhões de pessoas a viver em condições incompatíveis com a dignidade humana.

Os principais obstáculos à solução da questão ambiental residem na iniquidade das terríveis desigualdades existentes, no fosso entre ricos e pobres, na deterioração dos termos de troca, no crescente protecionismo nos países industrializados e no insuportável peso da dívida externa, que transformou os países em desenvolvimento em exportadores líquidos de capital.

O ponto crucial dos esforços de cooperação internacional para a proteção e melhoria do meio ambiente deve, pois, residir precisamente na criação de um ambiente econômico internacional capaz de promover a erradicação do desemprego e da pobreza, e não de perpetuá-los.

Por sua vez, a adoção, pelas instituições financeiras internacionais, de novas formas de condicionalidades para a concessão de créditos aos nossos países compromete os esforços nacionais de desenvolvimento e implica, na prática, uma redução de recursos, em detrimento da própria causa ambiental.

É de esperar, ao contrário, um enfoque positivo, em que a ação dos organismos internacionais privilegie a adicionalidade de recursos, em termos de concessões, para o financiamento de projetos de proteção ambiental.

Ademais, como parte essencial do esforço de cooperação internacional, devem ser asseguradas aos países em desenvolvimento condições de livre acesso, sem custo comercial, a novas tecnologias para a conservação do meio ambiente.

A legítima preocupação ambiental, de inspiração tão nobre, não pode ser colocada a serviço de interesses comerciais, que pretendem fazer da proteção ambiental apenas uma nova e rendosa fonte de lucro.

Nem para retrocessos históricos, numa volta ao tempo das intervenções, de um novo sistema colonizador a ser determinado por organismos supranacionais.

O Brasil está ciente da gravidade dos problemas ambientais e não poupará esforços no sentido de conciliar seus imperativos de desenvolvimento econômico e social com os objetivos de proteção de seu meio ambiente.

Decidido a prevenir e corrigir a deterioração ambiental em seu próprio território, o Brasil preocupa-se com o estado do meio ambiente em larga escala.

Estamos convencidos de que a gravidade dos problemas ambientais com que o mundo hoje se depara decorre principalmente dos padrões de industrialização e consumo nos países desenvolvidos.

Esta é a origem da exaustão acelerada dos recursos naturais do planeta e da emissão cada vez mais importante, em termos absolutos e relativos, de elementos poluentes na atmosfera.

Conforme começa a ser universalmente reconhecido, é sobre os países industrializados que recai a responsabilidade primordial pela reversão do processo de degradação ambiental.

São esses países que dispõem não apenas de maiores recursos, mas também de possibilidades efetivas de diminuir substancialmente a emissão de elementos poluentes na atmosfera, seja mediante a redução do consumo supérfluo e irracional de combustíveis fósseis, seja mediante o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

A industrialização e a integração de novas áreas à economia dos países em desenvolvimento, na verdade, respondem em irrelevantes porções,

marginais, pelos atuais níveis de poluição da atmosfera.

Preocupa-nos sobremaneira o depósito indiscriminado de resíduos tóxicos na natureza e as tentativas de transferir esses resíduos para o território dos países em desenvolvimento.

Essas tentativas foram objeto de firme condenação por ocasião da Primeira Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, realizada no Rio de Janeiro em julho do ano passado.

Do debate internacional sobre as questões ambientais, não pode ainda omitir-se a constatação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de que a existência de enormes arsenais de armamento nuclear e de outros meios de destruição em massa constitui a principal ameaça à preservação do meio ambiente e à sobrevivência mesma da espécie humana.

É, por outra parte, preocupante que o debate internacional sobre meio ambiente se esteja processando com certa dose de emocionalismo, o que tende a desvirtuar o sentido e a direção que deve assumir a cooperação internacional para o equacionamento dos problemas.

O tom emocional do debate assume por vezes caráter acusatório, maniqueísta e demagógico, que em nada serve à promoção da causa ambiental.

A persuasão cede passo a tentativas de intimidação, a ameaças explícitas ou veladas, que pretendem até mesmo questionar o princípio da soberania dos Estados, na tentativa de submetê-los a condicionalidades inaceitáveis.

Ora, como todos os países latino-americanos e caribenhos aqui representados, o Brasil formou sua nacionalidade através da emancipação do jugo colonial.

Para nossos povos, soberania e liberdade são valores absolutos e irrenunciáveis.

Como país independente e soberano, o Brasil privilegia e promove a cooperação, como

instrumento fundamental de seu relacionamento internacional.

Não podemos aceitar mecanismos de imposição da vontade dos mais fortes sobre os mais fracos, dos mais ricos sobre os mais pobres, dos mais desenvolvidos sobre os menos avançados.

A autodeterminação dos povos e a igualdade soberana dos Estados são dois princípios capitais da Carta das Nações Unidas.

Sob a égide do primeiro desencadeou-se o processo de descolonização – infelizmente ainda inconcluso – que sucedeu à última guerra mundial.

E a intocabilidade do segundo constitui a melhor garantia de que esse processo não será revertido.

Senhores Ministros,

Senhores Delegados,

O Brasil nunca descuidou do problema ambiental e constantemente vem atualizando procedimentos e tomando novas iniciativas.

Agora mesmo lançamos um novo programa denominado "Nossa Natureza".

Ele representa um novo e grande esforço para atualizar o diagnóstico da situação ambiental e propõe um elenco de recomendações que emanaram dos seis grupos de trabalho instituídos por ocasião do lançamento do programa.

As recomendações apontam para a urgência de um amplo leque de medidas: a elaboração de um plano nacional de meio ambiente, que subsidiará o plano plurianual de governo;

a reestruturação do sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente;

a criação de novas reservas florestais e áreas indígenas;

a revisão, ordenamento e agilização da legislação ambiental brasileira, inclusive quanto

ao uso de substâncias químicas e processos de mineração;

a ampliação do zoneamento ecológico, particularmente nas áreas amazônicas;

a revisão e o disciplinamento da aplicação de incentivos fiscais, créditos oficiais e incentivos públicos na Amazônia.

Serão adotadas, ainda, medidas complementares de apoio à execução do programa, tais como a agilização da execução da reforma agrária no país;

a intensificação da ocupação econômica na região centro-oeste;

a formulação de um programa integrado de apoio à dinamização da justiça e da segurança pública na Amazônia;

o estudo da viabilidade de uma estrutura unificada de monitoramento territorial;

e o estudo da viabilidade de formação de um fundo para canalizar recursos internos e externos, que vierem a ser aduzidos a projetos de proteção do meio ambiente.

Por ocasião da última sessão da Assembleia-geral das Nações Unidas, o Brasil teve a honra de oferecer-se para sediar a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que deverá realizar-se no contexto da comemoração do vigésimo aniversário da histórica Conferência de Estocolmo.

A conferência deverá representar um marco efetivo de promoção da cooperação internacional para a proteção do meio ambiente.

O Brasil espera merecer o apoio de todos os países latino-americanos e caribenhos, representados nesta reunião ministerial, a fim de que seu oferecimento encontre acolhida favorável no âmbito das Nações Unidas e a conferência possa ser realizada em nossa região.

Desejaria finalmente assinalar o esforço que os oito países amazônicos estão empreendendo

para promover o desenvolvimento harmônico de seu rico patrimônio natural.

A Declaração de São Francisco de Quito, adotada há apenas três semanas em reunião ministerial do Tratado de Cooperação Amazônica, inclui importante capítulo sobre a proteção ambiental.

Ao rechaçar inequivocamente qualquer ingerência externa nessa matéria, a declaração expressa a firme intenção dos países-membros de ampliar e reforçar os mecanismos de cooperação voltados para a proteção do meio ambiente da Amazônia.

Temos todos consciência de nossas responsabilidades para com a conservação de nosso grande patrimônio físico.

Esse dever, contudo, é nosso.

Não nos podem dar lições aqueles que nos mostram o caminho do que não se deve fazer.

Queremos dar exemplos.

Esse dever é nosso, e jamais poderemos abdicar daquilo que tanto nos custou: a liberdade soberana.

A presente Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, que o Brasil tem a honra de sediar, marca um decisivo passo adiante, nesse caminho de cooperação.

Confio em que os resultados das deliberações deste encontro traduzirão fielmente o espírito que nos anima e formulo aos Senhores votos de um fecundo e proveitoso trabalho.

Declaração de Brasília

Os Ministros de Estado responsáveis pela administração ambiental e os Representantes dos países participantes da VI Reunião Ministerial da América Latina e do Caribe sobre o Meio Ambiente, realizada em Brasília, de 30 a 31 de março de 1989, decidiram concluir suas deliberações com a seguinte Declaração de Brasília

1. Os países da América Latina e do Caribe reconhecem que a necessidade urgente de

encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento sócio-econômico e a proteção e conservação do meio ambiente, através de uma gestão adequada dos recursos naturais e controle dos impactos ambientais, constitui uma preocupação comum da mais alta prioridade para os países da região. Esse reconhecimento expressa a relação indissolúvel que existe entre os assuntos ambientais e o desenvolvimento sócio-econômico, bem como a obrigação de assegurar o aproveitamento racional dos recursos, em benefício das gerações presentes e futuras.

2. Os Ministros reafirmam o princípio de que cada Estado tem o direito soberano de administrar livremente seus recursos naturais. Isso contudo não exclui, pelo contrário, reforça a necessidade da cooperação internacional em nível sub-regional, regional e global. Os Ministros enfatizam também que a solução do problema da dívida externa e o estabelecimento de uma nova Ordem Econômica Internacional justa e eqüitativa são condições indispensáveis para a garantia da democracia na América Latina e no Caribe, para a promoção da segurança e da paz na região e para o desenvolvimento econômico e social sustentável, única alternativa possível para o aproveitamento dos nossos recursos naturais com vistas a satisfazer as necessidades de nosso povos.

3. A melhoria das condições econômicas e sociais é o fator essencial para impedir a degradação ambiental em nossos países. Na América Latina e no Caribe, assim como nas demais regiões do Terceiro Mundo, o subdesenvolvimento e a degradação ambiental constituem elementos de um círculo vicioso que condena milhões de pessoas a uma qualidade de vida inferior aos níveis de dignidade humana.

4. Os Ministros, em consequência, resolvem intensificar os esforços para promover uma maior compreensão em seus respectivos países sobre as relações adequadas entre planejamento do desenvolvimento econômico e os problemas e preocupações ambientais, e para consolidar e melhorar a capacitação nacional para uma gestão e planejamento ambiental eficaz.

Contudo, os Ministros manifestam a opinião de que os níveis atuais de desenvolvimento econômico e das taxas de crescimento limitam severamente a possibilidade de que os objetivos de uma gestão ambiental adequada e conservação possam ser facilmente alcançados.

5. Além disso, essa situação se viu exacerbada em função do forte endividamento atual da América Latina e do Caribe com a comunidade financeira dos países industrializados. A crise do endividamento e as políticas de ajustamento derivadas dessa crise deterioraram as condições de desenvolvimento econômico, social e ambiental. A dívida não pode ser paga nas condições atuais, nem aumentando a fome e a miséria de nossos povos, nem com mais subdesenvolvimento e a conseqüente degradação do nosso meio ambiente. É evidente que se devem mudar as condições atuais de tratamento da dívida externa e assegurar a imediata reversão do processo atual de transferência negativa de recursos pelo qual os países em desenvolvimento se converteram em exportadores líquidos de capital para os países desenvolvidos.

6. As medidas adotadas pelos países da região são importantes mas ainda insuficientes para solucionar de uma maneira justa, estável e duradoura o problema da dívida. Essa solução somente será possível mediante a modificação dos termos e modalidades do tratamento da dívida e com a co-responsabilidade que os credores devem assumir para a promoção de uma solução conjunta do problema do endividamento e de suas conseqüências.

7. Os organismos financeiros internacionais devem assegurar, através de facilidades institucionais específicas, a disponibilidade de recursos adicionais suficientes, em termos concessionais, para a realização de projetos de proteção ambiental nos países em desenvolvimento. Na alocação de recursos para esse fim não se devem impor condições que, na prática, impliquem uma redução dos recursos disponíveis para a proteção ambiental.

8. À luz das considerações anteriores, os Ministros fazem um chamamento aos países industrializados, em particular àqueles que compartilham nossa preocupação com uma gestão ambiental eficaz, para que ampliem substancialmente o nível de suas contribuições técnicas e financeiras em favor dos países em desenvolvimento e seu apoio efetivo ao Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente.

9. A esse respeito, é de fundamental importância que os países da América Latina e do Caribe sejam assistidos, se assim o solicitarem, no desenvolvimento de sua capacidade de investigação científica, a fim de que possam administrar de maneira eficaz os seus sistemas naturais e fortalecer os procedimentos nacionais para a tomada de decisões que sejam ambientalmente adequadas.

10. Além disso, a cooperação internacional para a proteção do meio ambiente deve incluir o livre acesso à informação científica e a transferência, sem fins de lucro, para os países em desenvolvimento de tecnologias não poluentes assim como daquelas destinadas à preservação ambiental. O acesso a novas tecnologias ambientais não pode ficar subordinado a interesses puramente comerciais. Da mesma maneira, as organizações internacionais devem ajudar os países da região a aperfeiçoar os seus sistemas de monitoramento e fortalecer a sua capacitação para fazer cumprir os padrões internacionais de proteção ambiental que tenham adotado.

11. A esse respeito, devem realizar-se os maiores esforços para ampliar os sistemas de áreas naturais protegidas da região e fazer com que cessem práticas altamente prejudiciais ao meio ambiente tais como o transporte e depósito indiscriminado e ilegal de substâncias, e materiais tóxicos, e o despejo desses elementos nos oceanos com os conseqüentes riscos para as áreas costeiras, particularmente as das ilhas do Caribe.

12. A gravidade dos problemas ambientais que o mundo tem hoje de enfrentar resulta principalmente dos modelos de industrialização, consumo e desperdício nos países desenvolvidos, que constituem a origem do

desgaste acelerado dos recursos naturais do planeta e da introdução cada vez maior de elementos poluentes na biosfera. Os Ministros da América Latina e do Caribe estão comprometidos com uma linha de ação capaz de evitar que se repitam em nossos países os erros cometidos naqueles modelos de desenvolvimento e suas conseqüências, e instamos os países industrializados a que assumam responsabilidade plena e proporcional a seus recursos financeiros e tecnológicos com vistas a reverter o processo de degradação ambiental.

13. Os países que possuem armamentos nucleares e outros armas de destruição em massa devem cessar imediatamente todas as provas e testes com essas armas e promover ativamente a sua eliminação. Somente assim será possível garantir a proteção do meio ambiente contra o risco da contaminação e destruição ecológica. Os recursos assim liberados deveriam ser canalizados para a promoção do desenvolvimento econômico e social, segundo as disposições emanadas dos foros do Sistema das Nações Unidas.

14. Por isso, os países da América Latina e do Caribe, além de mobilizar esforços internos na definição e execução de planos nacionais de proteção e conservação do meio ambiente, estão decididos a fortalecer sua cooperação nessa área e a requerer a cooperação técnica e financeira de países de outras regiões e dos organismos internacionais. Os Ministros dos países latino-americanos e do Caribe estão convencidos de que a solução global para o nosso ameaçado planeta faz necessário um nível de cooperação sem precedentes entre os países industrializados e os países em desenvolvimento em benefício das gerações futuras.

Decisão adotada na Reunião de Peritos e endossada pela Reunião Ministerial apoiando o oferecimento brasileiro de sediar a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

Sección IV: Decisión aprobada sobre el punto 8 del temario: otros asuntos

La Reunión,

Recordando la Resolución 43/196 de 20 de diciembre de 1988, en la cual la Asamblea

General de las Naciones Unidas acogió la idea de convocar para 1992 una Conferencia Mundial sobre Medio Ambiente como parte de la conmemoración de los 20 años que habrán transcurrido desde la Conferencia de Estocolmo,

Considerando la importancia que tendría que dicha Conferencia de 1992 se lleve a cabo en un país en desarrollo,

Teniendo en cuenta que el Gobierno de Brasil ha sido el único país del Grupo de los 77 que ha presentado ante la Asamblea General un ofrecimiento formal para hospedar la Conferencia de 1992,

Decide presentar a la VI Reunión Ministerial sobre el Medio Ambiente en América Latina y el Caribe las recomendaciones siguientes:

1. Acoger con beneplácito y apoyar el ofrecimiento del Gobierno de Brasil para hospedar la Conferencia Mundial sobre Medio Ambiente que convocará las Naciones Unidas en 1992.

2. Presentar esta recomendación a nombre del Grupo de Países de América Latina y el Caribe ante el XV período de sesiones del Consejo de Administración del PNUMA que tendrá lugar en mayo de 1989 en Nairobi, Kenya.

vice-chanceler polonês visita Brasília

**Discurso do Ministro de Estado, interino, das
Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha
de Lima, por ocasião do almoço oferecido ao
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia,
Sr. Jan Majewskim, no Palácio Itamaraty, em 22 de
fevereiro de 1989**

Sr. Vice-Ministro Majewskim,

Sr. Embaixador da Polônia,

Senhoras e Senhores,

É com grande honra que dou hoje as boas-vindas a Vossa Excelência e à comitiva que o acompanha em sua visita ao Brasil. A presença de Vossa Excelência entre nós reafirma os tradicionais laços de amizade que unem nossos dois países e testemunha a disposição de nossos Governos de manterem constante diálogo sobre a evolução da política internacional e das nossas relações bilaterais.

Os laços entre nossos povos têm sólidas raízes históricas e antecedem o estabelecimento formal de relações diplomáticas, ocorrido em 1920. Ainda no século passado, o Brasil começou a receber a importante contribuição da imigração polonesa, que se radicou principalmente nos Estados do Sul e hoje representa expressivo contingente de descendentes de poloneses, com significativa participação na sociedade brasileira.

Estou certo de que as conversações que Vossa Excelência terá nesta Casa e com outras autoridades do Executivo e do Legislativo contribuirão para tornar ainda mais denso e ágil nosso diálogo, com amplo intercâmbio de pontos de vista sobre a vasta gama de interesses concretos nos planos político, econômico e comercial.

Senhor Vice-Ministro,

O Brasil vive hoje um extraordinário processo de renovação democrática, operado de forma inteiramente pacífica e tranqüila. O marco de tais transformações políticas é a nova Constituição do Brasil, promulgada em outubro passado, elaborada de forma completamente democrática e com ampla participação de todos os setores da sociedade brasileira.

No plano econômico, contudo, ainda persistem sérios problemas estruturais. Para enfrentar os graves desequilíbrios causados por uma inflação que ameaçava chegar a níveis sociais intoleráveis, o Governo decidiu levar adiante corajoso plano de ajustamento, que implica sacrifícios compartilhados por todos os segmentos da Nação.

No plano externo o Brasil não tem poupado esforços para encontrar caminhos negociados que lhe permitam honrar seus compromissos financeiros, sem comprometer o desenvolvimento econômico do país.

Senhor Vice-Ministro,

O Brasil vem acompanhando com grande interesse os processos de reestruturação política e econômica em curso em países socialistas do Leste Europeu. Neste quadro, temos acompanhado a evolução do processo de diálogo propiciado pelo Presidente Jaruzelski e pelo Primeiro-Ministro Rakowski com os variados segmentos sociais, políticos e econômicos da Polônia.

O Brasil mantém um relacionamento franco com os países socialistas, baseado no estrito respeito às opções políticas de cada parte. Ideologias distintas não devem ser, e não são, impeditivo ou condicionamento de relações abrangentes em variados campos de atividade, respeitados os interesses básicos de cada país.

Senhor Vice-Ministro,

A tradicional amizade que une os nossos povos, a mútua confiança que caracteriza o nosso diálogo, o próprio caminho que já percorremos juntos – tudo isso basta para encarmos com otimismo o futuro de nossas relações.

Não poderia, contudo, deixar de referir-me à questão dos compromissos financeiros pendentes da Polônia para com o Brasil. Os esforços infelizmente ainda não levaram a um encaminhamento mutuamente satisfatório

deste problema, que, como sabe Vossa Excelência, é acompanhado com grande interesse pela opinião pública em nosso país. Quero aproveitar a presença de Vossa Excelência para expressar a determinação do Governo brasileiro de envidar todos os esforços para concluir, no mais breve prazo possível, uma negociação que nos permita virar esta página da história das relações bilaterais e retomar, em patamar mais elevado, o intercâmbio econômico-comercial entre nossos países.

Senhor Vice-Ministro,

Faço votos para que Vossa Excelência tenha uma estada muito profícua e agradável no Brasil e convido todos os presentes a erguerem um brinde ao estreitamento das relações entre o Brasil e a Polônia.

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

Carlos Norberto de Oliveira Pares, para Embaixador em Freetown (cumulativamente com a Embaixada em Acra), em 22.02.89.

Joseph Manbougou, do Gabão, em 06.01.89;

Absalom Vusani Mamba, do Reino da Suazilândia, em 14.03.89;

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Harundri Kaya, do Japão, em 14.03.89.

tratados acordos convênios

comunicado conjunto brasileiro-angolano

1. A convite do Camarada José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA-PT e da República Popular de Angola, o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou uma visita de amizade e trabalho à República Popular de Angola de 27 a 28 de janeiro de 1989, à frente de uma importante Delegação.

2. O Presidente Sarney e sua comitiva foram alvo de acolhida calorosa e fraternal por parte do Povo angolano e do Governo da República Popular de Angola, testemunhando deste modo a amizade e solidariedade que unem os povos brasileiro e angolano.

3. O Presidente Sarney depositou uma coroa de flores no Sarcófago do Dr. Antonio Agostinho Neto, Guia Imortal da Revolução Angolana, Fundador da Nação e do MPLA-PT.

4. As duas Delegações mantiveram conversações sobre questões relativas à cooperação bilateral entre os dois países e fizeram igualmente uma análise da situação internacional. Nesse contexto analisaram detidamente a situação prevalecente na África Austral.

5. No que concerne à situação interna da República Popular de Angola, o Camarada Presidente José Eduardo dos Santos prestou ao Presidente Sarney informações importantes e úteis, referentes a questões políticas, econômicas e militares. Sublinhou particularmente os sucessos alcançados pelo povo angolano na defesa da sua soberania e integridade territorial, tendo feito igual alusão às ações em curso, no quadro do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro, adotado pelo Governo angolano para assegurar o relançamento de sua economia nacional. Destacou a contribuição do seu país à causa da liberdade dos

povos, reafirmando a esse respeito o apoio à luta dos povos da Namíbia e da África do Sul, conduzida pelas suas vanguardas respectivas, a SWAPO, o ANC e outras organizações patrióticas.

6. Na mesma ocasião o Presidente José Eduardo dos Santos informou ao seu homólogo sobre a evolução da situação no Sudoeste da África à luz dos Acordos de Nova York. A este respeito destacou as ações que vêm sendo desenvolvidas com vistas a garantir a concessão da independência à Namíbia com base na Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

7. O Presidente Eduardo dos Santos prestou ao seu homólogo informações relativas aos esforços empreendidos pelo Governo angolano tendentes a pacificar o país, no quadro da Política de Harmonização Nacional.

8. A Parte brasileira considerou amplamente positivas as assinaturas do Protocolo de Brazzaville e dos Acordos de Nova York, que prevêem o fim das agressões sul-africanas contra o território angolano e a concessão de independência à Namíbia. Considerou ser essencial o cumprimento, pela África do Sul, do estabelecido nos Acordos assinados nessas cidades entre Angola, Cuba e a RAS, sob a mediação dos EUA, particularmente no que se refere ao prazo para início da implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relativa à Namíbia. Ao mesmo tempo, expressou o seu veemente repúdio ao *apartheid*, e concordaram ser impossível a paz definitiva para a região enquanto persistir, na África do Sul, o odioso regime de discriminação racial.

9. As Partes assinalaram a sua profunda satisfação pelo desenvolvimento favorável das relações de amizade fraterna, solidariedade e cooperação multiforme existentes e constataram um aprofundamento do diálogo político bilateral tendo destacado a importância da ocasião, por se tratar do primeiro encontro entre Chefes de Estado dos dois países.

10. Ao examinarem as relações bilaterais nas áreas econômica e comercial, as Partes manifestaram satisfação pelo sensível crescimento do intercâmbio entre os dois países, tendo recordado a realização da recente sessão da Comissão Mista Brasileiro-Angolana, durante a qual as duas Delegações identificaram novas possibilidades de cooperação em vários domínios.

11. No domínio da cooperação técnica e científica, os dois Presidentes saudaram o Programa de Cooperação que vem sendo implementado por ambos os países, com resultados bastante satisfatórios. A este respeito decidiram-se pela criação de uma Comissão de Emergência encarregada de agilizar a concretização de ações tendentes ao incremento da cooperação bilateral face às perspectivas de paz que se abrem no Sudoeste da África com a assinatura dos Acordos de Nova York. Avaliaram a possibilidade de ampliar o quadro da cooperação técnica, científica e tecnológica bilateral, em benefício mútuo e com base em interesses comuns. Aproveitaram para reiterar a firme disposição de ambos os Governos no sentido de estabelecer um relacionamento mais estreito e profícuo no quadro da cooperação Sul-Sul. Trocaram idéias sobre a cooperação no domínio do petróleo e manifestaram o desejo de uma conclusão em breve das negociações de modo a atender os interesses de ambos os países.

12. O Presidente José Sarney informou sobre os esforços do seu Governo tendentes a solucionar os urgentes problemas econômicos e sociais do país e a ampliar a cooperação regional e internacional.

13. Os dois Presidentes congratularam-se pelos resultados positivos alcançados pelas Delegações do Brasil e de Angola durante as conversações, havidas em 1988, referentes à concessão de novas linhas de crédito do Banco do Brasil (CACEX) para o Banco Nacional de Angola (BNA), bem como à reestruturação de parte da dívida do BNA para com a CACEX. Para ambos, os Acordos obtidos evidenciaram o elevado grau de entendimento entre os dois países.

14. As Partes manifestaram sua especial satisfação em relação ao andamento das obras da barragem hidrelétrica de Capanda e se comprometeram a envidar os melhores esforços para a conclusão, com êxito, das discussões com vistas à solução dos problemas financeiros da obra, inclusive com a obtenção de recursos junto a terceiros países.

15. O Presidente Sarney cumprimentou seu homólogo pela lucidez com que vem conduzindo a

Nação angolana no caminho da paz e do desenvolvimento. A este respeito, reafirmou o apoio do seu Governo à política de clemência e harmonização nacional seguida pelo Governo angolano, destacando o profundo alcance desta medida e justiça dos seus objetivos.

16. Na análise da situação internacional evidenciou-se uma ampla convergência de pontos de vista entre os dois Presidentes, no tocante às questões mais candentes da atualidade. Neste contexto manifestaram seu apoio à plena implementação da Resolução 435 assinalando a sua preocupação ante a possibilidade de alteração de estrutura das Forças da UNTAG, considerando que tal medida poderá comprometer os esforços tendentes a garantir uma independência autêntica da Namíbia, que favoreça o estabelecimento de um clima de boa vizinhança e de coexistência pacífica no sudoeste da África.

17. As Partes saudaram o Programa de Cooperação Educacional e Cultural entre os dois países, tendo reafirmado a importância de ações conjugadas no domínio cultural, sobretudo em virtude do grande interesse que os povos brasileiro e angolano nutrem pela cultura brasileira e angolana, e nesse sentido concordaram na conveniência de se promoverem programas de intercâmbio cultural. Os Presidentes lembraram a necessidade de ampliar o escopo das relações culturais e educacionais entre o Brasil e Angola, e nesse sentido concordaram na conveniência de se promover, no mais breve futuro, a inauguração do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) em Luanda, logo que se reúnam as condições para sua instalação.

18. Foram também iniciados entendimentos com vistas à criação de um mecanismo institucional para a cooperação multilateral dos países de expressão oficial portuguesa em temas de natureza cultural.

19. No âmbito da Visita Presidencial, teve lugar, em Angola, a Quinzena da Cultura Brasileira, com exibição de programas brasileiros na televisão angolana, com a realização de mostras de pintura e de dança, com a apresentação de filmes brasileiros e com a exposição de livros brasileiros que foram doados à Biblioteca Nacional de Angola.

20. Os dois Chefes de Estado foram unânimes em considerar que o desenvolvimento positivo da atual situação internacional favoreceu a criação de condições para um avanço considerável na solução de problemas que afetam toda a humanidade, em especial os povos das áreas em que persistem conflitos regionais. Manifestaram o desejo de

contribuir para a consolidação da paz e da segurança internacionais e enfatizaram a necessidade de se obter o fortalecimento da confiança entre os Estados e a solução por meios exclusivamente pacíficos das situações de tensão prevalentes no mundo. Com este objetivo, pronunciaram-se a favor da consolidação do papel das Nações Unidas como instrumento universal eficaz para promover a paz, a segurança e a cooperação internacional.

21. As Partes sublinharam que a entrada em vigor do Tratado entre a URSS e os EUA sobre Eliminação dos Mísseis de Médio e Curto Alcance abre perspectivas para a eliminação das armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Ressaltaram nesse contexto o direito de todos os Estados de participar eqüitativamente nas deliberações das grandes questões, como as referentes ao desarmamento, que afetam ou podem afetar seus legítimos interesses.

22. As Partes assinalaram a importância da tendência à busca de soluções negociadas para os conflitos regionais, a qual reflete mudanças positivas do clima mundial. Manifestaram o seu alto apreço pela contribuição das Nações Unidas aos esforços no sentido de eliminar focos de tensão regional por meio de negociações. Ao destacarem que a persistência de crises regionais afeta negativamente o desenvolvimento político, econômico e social dos países da América Latina, da Ásia e da África, degradando a situação geral do mundo, exprimiram a convicção de que sua solução deve basear-se no estrito respeito aos princípios da Carta das Nações Unidas e no direito da cada povo a escolher livremente, sem ingerências externas, sua via de desenvolvimento.

23. Ao passarem em revista a situação do Continente Americano, as Partes manifestaram a sua preocupação pela persistente tensão na América Central e destacaram a necessidade de uma solução política duradoura e estável que assegure o restabelecimento da paz na região. A esse respeito reafirmaram o seu apoio aos esforços que os Grupos de Contadora e de Apoio vêm desenvolvendo com vistas a contribuir para a paz e estabilidade na região.

24. O dois Chefes de Estado congratularam-se pelo êxito da iniciativa dos países do Atlântico Sul que se traduz na aprovação da Resolução 42/11, da Assembléia Geral das Nações Unidas, pela qual foi instituída a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. Saudaram ainda a realização na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 1988, da Primeira Reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, cujos resultados

favoráveis comprovaram as largas perspectivas abertas para os países sul-atlânticos nas mais variadas áreas de cooperação. Manifestaram a esperança de poder acolher em breve, no âmbito da Zona de Paz e de Cooperação, os representantes de uma Namíbia independente e de uma África do Sul livre do regime de *apartheid*.

25. As Partes manifestaram preocupação ante o problema da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, particularmente os da América Latina e da África, e consideraram essencial que sua solução seja justa de forma a assegurar perspectivas de crescimento econômico para os países devedores. Enfatizaram que a solução do problema da dívida deve estar baseada no princípio da responsabilidade recíproca e equilibrada entre credores e devedores. Neste contexto condenaram a prática de discriminação no comércio internacional, as crescentes manifestações de protecionismo e o recurso a meios econômicos com fins coercitivos de pressão política.

26. Os dois Presidentes dedicaram especial atenção à discussão da grave crise financeira e econômica internacional que afeta de forma extremamente nociva as economias dos países em desenvolvimento, em particular as do Brasil e de Angola. Enfatizaram a necessidade de se encontrar, com urgência, uma forma de superação das atuais dificuldades econômicas internacionais, as quais vêm aprofundando o hiato existente entre as nações em desenvolvimento e as desenvolvidas. As Partes reconheceram que as distorções geradas pela presente Ordem Econômica Internacional constituem uma das principais razões da persistência de desequilíbrios que põem em risco a própria paz do mundo. Nesse sentido, os Presidentes concordaram que a intensificação da cooperação econômica internacional torna-se necessária para a correção de desequilíbrios da economia mundial.

27. Os Presidentes do Brasil e de Angola avaliaram os resultados encorajadores já obtidos pela Conferência de Coordenação da África Austral (SADCC) no contexto dos esforços que a instituição empreende com vistas a promover o desenvolvimento integrado da região e reduzir a dependência em relação à África do Sul. Nesse sentido destacaram a colaboração existente entre o Brasil e o Setor de Energia da SADCC, tendo apelado a uma maior participação de países interessados nos projetos de desenvolvimento da região.

28. As Partes exprimiram a sua satisfação pelos resultados positivos das conversações mantidas durante a visita e reafirmaram o desejo de estreitarem

os laços de amizade, solidariedade e cooperação entre os dois povos e Governos.

29. O Presidente Sarney exprimiu, no seu nome e no da Delegação que o acompanhou, os seus sinceros agradecimentos ao povo, Partido e Governo angolanos, pela acolhida calorosa e fraternal que lhes foi reservada.

30. O Presidente Sarney formulou um convite ao Camarada Presidente José Eduardo dos Santos, para efetuar uma visita oficial e de amizade à República Federativa do Brasil. O convite foi aceito com satisfação devendo as datas serem fixadas através dos canais diplomáticos.

Luanda, em 28 de janeiro de 1989.

A N E X O

Delegação Brasileira:

- Senhor Roberto de Abreu Sodré, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Senhor José Aparecido de Oliveira, Ministro de Estado da Cultura;
- General-de-Divisão Rubens Bayma Denys, Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
- Senador Lourival Baptista;
- Deputado Henrique Eduardo Lyra Alves;
- Embaixador Ivan Oliveira Cannabrava, Embaixador do Brasil em Angola;
- Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia, Subsecretário de Assuntos Políticos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Embaixador Carlos Luiz Coutinho Perez, Chefe do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador Luis Felipe de Seixas Corrêa, Assessor Especial do Presidente da República;
- Embaixador Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, Chefe do Departamento de

Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores;

- Senhor João Camilo Penna, Diretor-Presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A.;
- Ministro Osmar Vladimir Chohfi, Chefe do Cerimonial;
- Senhor Wagner Freire Oliveira e Silva, Presidente da Braspetro – Petrobrás Internacional S.A.;
- Senhor Namir Salek, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.;
- Senhor Carlos Alves de Moura, Coordenador de Política Cultural do Ministério da Cultura.

Delegação Angolana:

- Camarada Pedro de Castro Van-Dúnen "Loy", Membro do Bureau Político do CC do MPLA – PT, Ministro das Relações Exteriores;
- Camarada Lúcio Lara, Membro do CC do MPLA – PT, Primeiro Secretário da Assembléia do Povo;
- Camarada António Henriques, Ministro do Plano;
- Camarada José Leitão da Costa e Silva, Secretário do Conselho de Ministros;
- Camarada Boaventura Cardoso, Secretário de Estado da Cultura;
- Camarada António Inácio, Governador do Banco Nacional de Angola;
- Camarada Paulino Pinto João, Diretor do DIP/CC;
- Camarada Desidério Costa, Vice-Ministro dos Petróleos;
- Camarada Carlos Amaral, Vice-Ministro da Energia;
- Camarada Armando Cadete, Vice-Ministro das Relações Exteriores para a Cooperação;
- Camarada Luís Gonzaga Wawiti, Comissário Provincial de Luanda;
- Camarada Domingos Passi, Deputado Membro da Comissão das Relações Exteriores;

- Camarada Vieira Lopes, Deputado Membro da Comissão das Relações Exteriores;
- Camarada Coronel António José Maria, Secretário do Presidente para os Assuntos de Defesa e Segurança;
- Camarada Elizabeth Simbrão, Secretário do Presidente para as Relações Exteriores;
- Camarada Francisco Romão, Embaixador da República Popular de Angola no Brasil.

brasil e França assinam ajuste complementar

Ajuste complementar Brasil-França ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica nos Setores Aeronáutico e Espacial, assinado em 15 de fevereiro de 1989

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Francesa

(doravante denominados "Partes"),

Considerando o disposto nos artigos I e VII do Acordo de Cooperação Técnica e Científica firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 16 de janeiro de 1967, e

Considerando que os dois Governos desejam desenvolver, em condições mutuamente vantajosas, a cooperação científica e tecnológica nos setores aeronáutico e espacial,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste tem por objetivo promover projetos de cooperação bilateral e ações de formação nos setores aeronáutico e espacial, definidos de comum acordo pelas Partes, que poderão ser implementados por organismos e ministérios.

ARTIGO II

A cooperação franco-brasileira nos setores da aeronáutica e do espaço se apresentará:

- a) preferencialmente, na forma de projetos de cooperação bilateral, aqui denominados "projetos de cooperação". Os projetos de cooperação serão plurianuais, com objetivos e repartição de custos definidos de comum acordo pelas Partes;
- b) na forma de cursos acadêmicos conducentes a diploma, aqui denominados "ações de formação", as quais ocorrerão:
 - i) na França, por meio de atividades acadêmicas e de formação, destinadas a especialistas brasileiros (técnicos, engenheiros, doutores ou doutores-engenheiros); e de estágios industriais de aplicação, estritamente relacionados a esses diplomas, ou, ainda, por estágios em centros de pesquisa, estritamente relacionados a esses diplomas;
 - ii) no Brasil, através da organização e implementação de cursos de formação e de aperfeiçoamento, administrados por especialistas franceses.

ARTIGO III

1. Para a execução dos projetos de cooperação bilaterais previstos na alínea a) do Artigo II do presente Ajuste:

- a) a Parte brasileira designa o Ministério da Aeronáutica e a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais – COBAE, em suas respectivas áreas de competência;
- b) a Parte francesa designa a "Formation International Aéronautique et Spatiale – FIAS". A FIAS assumirá, nessas condições, o Secretariado Executivo e transmitirá às autoridades francesas competentes os temas de cooperação propostos pela Parte brasileira, para o estabelecimento, na França, de comissões destinadas ao estudo desses temas.

2. A execução das ações de formação previstas na alínea b) do Artigo II do presente Ajuste será atribuída:

- a) pela Parte brasileira, ao CNPq
- b) pela Parte francesa, à FIAS.

ARTIGO IV

1. No que diz respeito a projetos de cooperação bilateral previstos na alínea (a) do Artigo II acima, cada Parte apresentará os temas que julgar apropriados, e identificará os que poderão transformar-se em projetos de cooperação. Após a concordância de ambas as Partes, serão elaborados pré-projetos que poderão incluir pesquisa e cooperação científica, tecnológica e técnica.

2. A Parte que estabeleceu o pré-projeto formulará, então, o projeto, que compreenderá os seguintes elementos:

- objetivos;
- parceiros;
- fins;
- cronograma;
- meios e estágios industriais e de formação técnica;
- financiamento;
- instituições executoras.

ARTIGO V

As Partes decidirão de comum acordo a repartição dos custos do estudo de viabilidade dos temas e a elaboração dos projetos de cooperação descritos no Artigo IV.

ARTIGO VI

A repartição dos custos de cada projeto de cooperação será objeto de um acordo específico entre as Partes.

ARTIGO VII

Com referência às ações de formação previstas na alínea (b) do Artigo II do Presente Ajuste:

1. A FIAS será responsável:

- a) pela seleção, em conjunto com o CNPq, dos especialistas brasileiros que irão à França;
- b) pela recepção dos especialistas brasileiros, com vistas a facilitar, quando de sua chegada à França, o cumprimento das diversas formalidades administrativas;
- c) pelos deslocamentos dos especialistas brasileiros até o local de instalação definitiva, assim como por outros deslocamentos necessários à realização de ações de formação;
- d) por seu aperfeiçoamento lingüístico, científico e técnico;
- e) por sua orientação e colocação definitiva, em coordenação com o CNPq, nas instituições francesas, após avaliação do nível de capacidade lingüística, científica e técnica;
- f) pela solução dos problemas administrativos e pedagógicos durante o período correspondente à realização na França do programa no qual participam os especialistas brasileiros;
- g) pela elaboração e envio de um relatório trimestral de seu acompanhamento pedagógico e de sua adaptação, bem como de um relatório de prestação de contas;
- h) o envio a esses especialistas dos diplomas ou certificados de conclusão de cursos ou estágios, obtidos nas escolas ou instituições francesas;

- i) a seleção e envio de especialistas franceses cujos nomes deverão ser aprovados pelo CNPq, com vistas à realização de cursos no Brasil;

2. O CNPq será responsável:

- a) pela pré-seleção dos especialistas brasileiros que irão à França;
- b) pela promoção e pela coordenação das ações de formação junto às entidades brasileiras;
- c) pela coordenação, o recrutamento, e a pré-seleção dos candidatos brasileiros para as atividades realizadas no Brasil;
- d) pela coordenação das atividades desenvolvidas no Brasil, com a participação de especialistas franceses;
- e) pelas medidas administrativas relacionadas com a permanência desses especialistas por períodos não superiores a 30 dias e correspondentes ao desenvolvimento no Brasil das atividades almeçadas acima.

ARTIGO VIII

1. No que tange ao custo das ações de formação previstas na alínea (b) do Artigo II, a FIAS tomará as medidas necessárias para arcar com as despesas relativas a:

- (I) deslocamentos de especialistas brasileiros na França, no que concerne à sua instalação, bem como às outras viagens relacionadas com a realização dos objetivos das ações de formação;
- (II) aperfeiçoamento lingüístico, científico e técnico;
- (III) acompanhamento pedagógico;
- (IV) cursos (50%) nos ciclos acadêmicos de especialização; cursos acadêmicos nos ciclos que ensejam a obtenção de diplomas de engenheiro e/ou doutor-engenheiro (100%);
- (V) viagens internacionais de especialistas franceses ao Brasil;
- (VI) salário e encargos sociais dos especialistas franceses, no limite de permanência de 30 dias no Brasil.

Esta repartição de custos poderá ser revista por ocasião da reunião anual prevista no Artigo IX, e não deverá ter incidência sobre as atividades em curso.

2. No que se refere ao custo das operações de formação, previstas na alínea b) do Artigo II, o CNPq arcará com as despesas relativas a:

- (I) bolsas de manutenção destinadas ao pessoal brasileiro;
- (II) viagens ida-e-volta Brasil/França do pessoal brasileiro;
- (III) encargos sociais e taxas administrativas do pessoal brasileiro;
- (IV) diárias dos especialistas franceses, no limite de 30 dias;

- (V) eventuais deslocamentos de especialistas franceses durante seus períodos de atividade no Brasil para o cumprimento das missões previstas em seu plano de trabalho;
- (VI) cursos (50%) nos ciclos de especialização referidos na alínea IV do item I do presente Artigo, em complementação às contribuições feitas pelo Secretariado francês (FIAS), mencionadas na alínea IV do item I do presente Artigo.

ARTIGO IX

1. As duas Partes concordam em se reunir anualmente, depois da realização da Sessão do Grupo de Trabalho Franco/Brasileiro de Cooperação Científica e Técnica, para a implementação dos dispositivos do presente Ajuste.

2. No que respeita a projetos de cooperação, sua apresentação ocorrerá com a antecedência mínima de três meses da citada reunião.

3. No tocante às atividades de formação, essa reunião será realizada para:

- definir os programas plurianuais e anuais de formação;
- elaborar os programas pedagógicos, o orçamento e a programação financeira correspondente;
- avaliar os resultados obtidos.

ARTIGO X

Toda divergência relativa à aplicação ou interpretação do presente Ajuste será resolvida mediante negociação entre as Partes.

ARTIGO XI

O presente Ajuste não obstará o desenvolvimento das relações porventura existentes entre empresas das duas Partes nos setores aeronáutico e espacial, nem obstará acordos intergovernamentais em vigor ou em negociação.

ARTIGO XII

1. O Presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor por um período de cinco anos, renováveis automaticamente por períodos idênticos.

2. O Presente Ajuste poderá ser denunciado por qualquer das Partes, através de notificação por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de recebimento da notificação.

3. A denúncia do presente Ajuste não afetará as atividades em curso, que terão sua continuidade assegurada, salvo decisão das Partes.

4. O presente Ajuste poderá ser modificado, por via diplomática, por iniciativa de uma das Partes, a partir do momento em que as duas Partes aceitem a modificação.

Feito em 15 de fevereiro de 1989, em dois exemplares originais, nos idiomas francês e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
João Hermes Pereira de Araújo

Pelo Governo da República Francesa
Jacques Laureau

plano de ação brasil-suriname

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Suriname,

Tomando como base o entendimento de que a cooperação científica e técnica desempenha um importante papel no processo de desenvolvimento econômico, e

Tendo em mente os termos de todos os Tratados, Acordos, Protocolos e conclusões de reuniões entre representantes dos dois países até a presente data, e levando em consideração as árduas condições econômicas com que se defrontam ambos os países,

Concordam em implementar um Plano de Ação que incluirá atividades nos seguintes campos:

1. Cooperação Técnica:

1.1. Agricultura:

- Cultivo da Soja: cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que incluirá o envio de técnico, no princípio de 1989, para elaborar uma programação anual.
- Variedades de arroz do cerrado: intercâmbio de material de pesquisa; o Suriname colocará à

disposição das contrapartes brasileiras suas variedades de arroz de cerrado.

- Programa de controle e erradicação da mosca "Dacus Dorsalis", em colaboração com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O Governo brasileiro contribuirá para esse programa com a designação de técnico do Ministério da Agricultura para prestar consultoria ao Suriname na fase inicial do Projeto, e colocando dois veículos rurais à disposição do Suriname.

1.2. Apicultura:

- Treinamento para dois técnicos surinamenses no Instituto de Apicultura de Santa Catarina, em 1989.

1.3. Saúde:

- Pronto envio de técnico da Superintendência de Campanhas de Saúde - SUCAM para assistir o Suriname na elaboração de um programa para 1989, concernente à erradicação e controle de doenças tropicais, nos termos do *Aide-Mémoire* de 28 de novembro de 1988, resultante de visita de missão da SUCAM ao Suriname em novembro de 1988.
- Os respectivos Ministérios da Saúde estudarão mecanismos que permitam que pacientes surinamenses recebam tratamento especializado no Brasil.

1.4. Formação Profissional:

- Pronto envio de Consultor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com a finalidade de auxiliar na elaboração de um Programa para 1989, segundo as recomendações da Missão Conjunta ABC-OIT que esteve no Suriname em setembro de 1988.

1.5. Energia:

- Logo que possível, visita de equipe de técnicos brasileiros para assistir o Suriname a elaborar, para 1989, um Programa no campo do desenvolvimento energético, cobrindo áreas específicas identificadas no relatório final da III Reunião da Comissão Mista de 1988, tais como: atualização de dados relativos ao Projeto Hidrelétrico de Kabalebo; desenvolvimento em energia solar; cooperação na área de gás (gaseificação de madeira), e energia hidrelétrica.

1.6. Outras Áreas:

- Transporte: aviação civil, transporte marítimo e fluvial;

- Desenvolvimento florestal e assuntos correlatos: utilização de pasta de madeira, tecnologia da madeira, produção e comercialização de carvão, administração de florestas tropicais úmidas, implantação e administração de florestas artificiais com fins industriais, e intercâmbio de germoplasma;
- Mineração: indústria de pedras naturais.

2. Cooperação Científica:

2.1. Podridão do Broto de Dendê:

- Cooperação entre a EMBRAPA e a Universidade Anton de Kom do Suriname, com base no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica, para o Estabelecimento de Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patogênicos do Dendê, firmado nesta data pelos dois Governos.

2.2. Tecnologia de Micropropagação:

- Treinamento de técnico surinamense no Brasil.

Feito em Paramaribo, aos 03 dias do mês de março de 1989, em dois exemplares originais em português e holandês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Paulo Tarso Flecha de Lima

Pelo Governo da República do Suriname
Edwin Sedoc

ajuste complementar brasil-rfa sobre cooperação técnica

Ajuste, por troca de notas, complementar sobre o projeto "Cooperação entre as Universidades UFSC Florianópolis - RWTH Aquisgrana no Setor de Engenharia Mecânica", assinado em Brasília, em 16 de março de 1989

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Heinz W. Dittmann,
Embaixador Extraordinário da
República Federal da Alemanha

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota EZ 445/128/135/89 datada de 16/03/89, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à nota-verbal DCOPT/DE-I/ETEC L00 H01, de 09 de maio de 1986, e ao Ajuste de 18 de novembro de 1977, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto "Cooperação entre as Universidades UFSC Florianópolis – RWTH Aquisgrana no Setor da Engenharia Mecânica" (PN 73.2519.4):

1. Há concordância entre as partes contratantes em dar prosseguimento à promoção conjunta da UFSC Florianópolis visando a formação de técnicos especializados no setor da engenharia mecânica.

2. Para esse fim, o Governo da República Federal da Alemanha está disposto a:

- (1) enviar um número máximo de 6 técnicos especializados, de qualificação diversa, pelo prazo máximo de 1,5 homem/mês cada um e
- (2) fornecer bens para equipamento complementar, até ao montante de 500.000, – DM (quinhentos mil marcos alemães) como também
- (3) arcar com as despesas
 - a) das viagens de serviço dos técnicos enviados fora do Brasil;
 - b) de transporte e seguro do equipamento referido no item 2 parágrafo 2, até o local do projeto à exceção dos encargos e taxas de armazenagem;
- (4) facultar a um número máximo de 6 técnicos especializados (docentes) estágios de aperfeiçoamento por um período máximo de 3 homens/mês cada um; após seu regresso, esses técnicos atuarão no projeto, dando autonomamente continuação às atividades dos técnicos enviados.

3. O Governo da República Federativa do Brasil

- (1) pagará à conta do Escritório para Administração dos projetos GTZ, em Brasília, importância em cruzados, equivalente a 25 Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) por homens/mês de permanência dos peritos alemães no Brasil, para auxílio-moradia;
- (2) custeará as despesas de viagens dos técnicos alemães, dentro do Brasil, relacionadas ao desempenho de suas atividades, no âmbito do projeto;
- (3) isentará o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, providenciando o seu pronto

desembaraço alfandegário. O material fornecido passará, quando da sua chegada no Brasil, ao patrimônio do Governo da República Federativa do Brasil, estando à inteira disposição do projeto e dos técnicos enviados para a execução de suas tarefas;

- (4) de resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, acima referido, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10), e do Ajuste de 18 de fevereiro de 1977.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as disposições apresentadas nos itens 1 a 4, esta nota e a nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância do Governo brasileiro, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passará a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Roberto de Abreu Sodré

registro de assentamentos de atos multilaterais dos quais o brasil é parte ocorrido no primeiro trimestre de 1989

01. – Acordo sobre adoção de condições uniformes de homologação e o reconhecimento recíproco da homologação de equipamentos e peças de veículos a motor. Regulamento nº 13, 22 e 54. Genebra, 20/03/1958

Itália – Aceitou

02. – Acordo sobre adoção de condições uniformes de homologação e o reconhecimento recíproco da homologação de equipamentos e peças de veículos a motor. Regulamento nº 39

Tchecoslováquia – Aceitou

03. – Convenção internacional contra o "apartheid" no esporte. ONU, 10/12/85

Argélia – Ratificou

04. – Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio. Viena, 22/03/85

Itália, Dinamarca, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Egito, Canadá, Estados Unidos da América, Noruega – Ratificaram

Portugal, Japão – Aderiram

Quênia, Malta, Irlanda, Venezuela, Países Baixos, Maldivas, Hungria, Uganda, Espanha e Guiné Equatorial – Aceitaram

05. – Protocolo sobre substâncias que esgotam a camada de ozônio. Montreal, 16/09/87

Egito, Noruega, Suíça, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Luxemburgo, Portugal, Quênia e Uganda – Ratificaram

Bielorrússia e Ucrânia – Aderiram

URSS, Maldivas, Hungria, Nigéria e Japão – Aceitaram

06. – Convenção contra a Tortura e outras formas de punição ou tratamento cruel, desumano ou degradante. ONU, 10/12/84

Alemanha, Chile, China e Grécia – Ratificaram

07. – Convenção sobre substâncias psicotrópicas. Viena, 21/02/71

Canadá e Tchecoslováquia – Aderiram

08. – Protocolo à emenda à convenção única sobre entorpecentes, 1961. Genebra, 25/03/72

Uganda – Aderiu

09. – Convenção única sobre entorpecentes. Nova York, 30/03/61

Somália – Aderiu

10. – Acordo internacional do açúcar. Londres, 11/09/87

Cuba, Finlândia, Nicarágua, Suécia, Hungria, Fiji, Guiana, África do Sul, Suíça – Ratificaram

Malásia, Paquistão, Áustria, Barbados, Canadá, Índia, Japão e Noruega – Aderiram

Hungria e CEE – Aprovaram

11. – Acordo internacional do cacau, 1986. Genebra, 25/07/86

Iugoslávia – Aderiu

Itália – Ratificou

12. – Acordo internacional sobre juta e produtos da juta, 1982. Genebra, 01/10/82

Portugal – Aceitou

13. – Acordo internacional sobre óleo de oliva e seus derivados, 1986. Genebra, 01/07/86

Turquia – Ratificou

Egito e Iugoslávia – Aceitaram

14. – Protocolo de 1978, relativo à Convenção internacional para prevenção da poluição causada por navios, 1973. Londres, 17/02/1978

Suriname, Síria e Bélgica – Aceitaram

15. – Convenção internacional sobre eliminação e a prisão do crime do *apartheid*. Nova York, 30/11/1973

Colômbia – Aceitou

16. – Protocolo de Genebra sobre a proibição de emprego na guerra de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos. Genebra, 17/06/1925

Coréia, Benin, Antígua, Bermuda e Santa Lucia – Aderiram

17. – Ata da união postal universal. Hamburgo, 27/07/1984

Arábia Saudita, Bahamas, Chipre, Ruanda, República Dominicana, Polônia, Oman, Venezuela, Bolívia, Síria, Nova Zelândia e Chade – Ratificaram

18. – Convenção internacional sobre busca e salvamento marítimo. Hamburgo, 27/04/79

Jamaica e Peru – Aderiram

19. – Convenção internacional sobre normas de treinamento de marítimos, expedição de certificados e serviços de quarto. Londres, 07/07/78

Seychelles – Aceitou

20. – Protocolo de 1978 à Convenção para segurança da vida no mar, 1974. Londres, 17/02/78

Indonésia e Áustria – Aceitaram

21. – 1978, Emendas aos Anexos à Convenção sobre a prevenção da poluição marinha por alijamento de resíduos e outras matérias, 1972. Londres, 12/10/78

Bélgica – Aceitou

22. – Convenção internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, 1974 (Solas). Londres, 01/11/74

Áustria e Suriname – Aceitaram

23. – Convenção sobre Regulamento internacional para evitar abalroamento no mar, 1972. Londres, 20/10/72

Seychelles – Aceitou

24. – Convenção internacional sobre segurança dos *containers*. Genebra, 02/12/72

Grécia – Aceitou

25. – Convenção internacional sobre o estabelecimento de um fundo internacional de compensação para danos causados pela poluição do mar e por óleo, 1971. Bruxelas, 18/12/71

Catar – Aceitou

26. – Convenção internacional sobre responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo, 1969. Bruxelas, 29/11/69

Catar – Aceitou

27. – Convenção internacional sobre medida de arqueamento de navios, 1969. Londres, 23/06/69

Mauritius – Aceitou

28. – Convenção internacional sobre linha de carga. Londres, 02/04/66

Mauritius – Aceitou

29. – Convenção internacional para salvaguarda da vida humana no mar. Londres, 17/06/1960

Países Baixos e Alemanha – Denunciaram

30. – Convenção relativa à criação da Organização Marítima Internacional. Genebra, 06/03/48

Islands Solomon – Aderiu

acordos vigentes assinados durante o primeiro trimestre de 1989

ALEMANHA, REP. FED.,

- 01 – (337) – Ajuste complementar, P.T.N., sobre o projeto "Cooperação entre as Universidades UFSC Florianópolis – RWTH Aquisgrana no setor da engenharia mecânica".

Celebrado em Brasília, a 16 de março de 1989.

Vigor a 16 de março de 1989.

ANGOLA

- 01 – (11) – Comunicado conjunto brasileiro-angolano celebrado em Luanda, a 28 de janeiro de 1989.

Vigor a 28 de janeiro de 1989.

FRANÇA

- 01 – (145) – Ajuste complementar ao Acordo de cooperação técnica e científica nos setores aeronáutico e espacial.

Celebrado em Paris, a 15 de fevereiro de 1989.

Vigor a 15 de fevereiro de 1989.

GUIANA

01 - (35) - Declaração Conjunta.

Celebrado em Georgetown, a 04 de março de 1989.

Vigor a 04 de março de 1989.

SURINAME

01 - (15) - Comunicado Conjunto.

Celebrado em Paramaribo, a 03 de março de 1989.

Vigor a 03 de março de 1989.

02 - (16) - Plano de ação no campo da cooperação científica e técnica.

Celebrado em Paramaribo, a 03 de março de 1989.

Vigor a 03 de março de 1989.

acordos não vigentes assinados durante o primeiro trimestre de 1989

ANGOLA

01 - (12) - Acordo de co-produção cinematográfica.

Celebrado em Luanda, a 28 de janeiro de 1989.

02 - (13) - Acordo sobre a construção e utilização de um prédio urbano para a ampliação das instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação de funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos.

Celebrado em Luanda, a 28 de janeiro de 1989.

03 - (14) - Acordo no domínio dos transportes marítimos.

Celebrado em Luanda, a 28 de janeiro de 1989.

04 - (15) - Ajuste complementar ao Acordo de cooperação econômica, científica e técnica na área de pesquisa agrícola e extensão rural.

Celebrado em Luanda, a 28 de janeiro de 1989.

CORÉIA

01 - (04) - Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda.

Celebrado em Seul, a 07 de março de 1989.

E.U.A.

01 - (285) - Acordo sobre transporte aéreo.

Celebrado em Brasília, a 21 de março de 1989.

SURINAME

01 - (17) - Ajuste complementar ao Acordo básico de cooperação científica e técnica para o estabelecimento de um programa de cooperação na área de pesquisa sobre agentes patógenos do dendê.

Celebrado em Paramaribo, a 03 de março de 1989.

02 - (18) - Acordo para a prevenção, controle e repressão da produção, tráfico e consumo ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.

Celebrado em Paramaribo, a 03 de março de 1989.

comunicados e notas

falecimento do imperador hiroito

Nota à Imprensa, de 7 de janeiro de 1989

O Governo brasileiro expressa o sentimento de profundo pesar nesta hora de dor e consternação do povo japonês pelo falecimento do Imperador Hiroito.

No curso do mais longo reinado do Japão, o Imperador Hiroito, uma das figuras mais marcantes deste século, foi o símbolo superior da nação japonesa, de sua cultura e de seus anseios, num período de drásticas transformações no mundo e em seu país, nos momentos de graves desafios e naqueles de extraordinárias realizações.

O Brasil, que mantém fortes vínculos de cooperação com o Japão e se orgulha de abrigar e integrar à vida nacional numerosa e representativa comunidade de origem nipônica, se associa ao luto e ao sofrimento de todos os japoneses.

visita ao brasil da governadora-geral do Canadá

Nota à Imprensa, de 26 de janeiro de 1989

A convite do Sr. Presidente da República, a Governadora-geral do Canadá, Sua Excelência Jeanne Sauvé, efetuará visita oficial ao Brasil, no período de 13 a 20 de fevereiro de 1989.

Essa é a primeira visita de Estado entre os dois países desde a visita do Presidente Figueiredo ao Canadá, em 1982.

A visita tem por objetivo aumentar o conhecimento mútuo e encorajar um maior desenvolvimento das já estreitas relações entre os dois países. Com essa finalidade, a Governadora-geral manterá conversações substantivas com o Presidente Sarney e encontrar-se-á com os Governadores dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e com outras personalidades e líderes políticos.

pequeno informe político sobre as relações brasil-canadá

Relações Brasil-Canadá

Em 1941, o Brasil, juntamente com a Argentina, foi um dos primeiros países latino-americanos a estabelecer relações diplomáticas com o Canadá. Desde então, vimos mantendo relações boas e corretas, que se refletem nas diversas visitas de alto nível trocadas entre os dois países, dentre as quais destacam-se, do lado brasileiro, as visitas ao Canadá do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, em 1980, e do Senhor Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 1982; e, do lado canadense, as visitas ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá, Senhor Pierre Elliott Trudeau, em 1981, do Ministro do Comércio Exterior, Senhor Edward Lumley, em dezembro do mesmo ano, e do Secretário de Estado das Relações Exteriores, Senhor Mark MacGuigan em 1982.

2. A relativa complementaridade e grau de desenvolvimento das duas economias, bem como o potencial de cooperação bilateral, possibilitou o estabelecimento de amplo escopo de acordos com vistas a um melhor aproveitamento do relacionamento entre os dois países. Nesse contexto, destacam-se o Tratado de Comércio (1941); o Convênio Cultural entre o Brasil e o Canadá (1944); o Memorandum de entendimento entre o Ministério da Agricultura do Canadá e o Ministério da Agricultura do Brasil (1977); o Acordo de Cooperação Técnica (1975); o Acordo de longa duração sobre o trigo (1985); o Acordo sobre transporte aéreo (1986); o Ajuste, por troca de notas, sobre o estabelecimento de uma Comissão Mista Econômico-Comercial (1976). A Comissão Mista, a partir de sua criação em 1976, tem-se reunido a cada dois anos, alternadamente em Ottawa e Brasília, tendo a VI Reunião sido realizada, em maio de 1987, no Brasil. Há que ressaltar, igualmente, o Memorandum de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Canadá de 1982, que estabeleceu uma Comissão de Consultas sobre assuntos políticos entre os dois países. A referida Comissão, que tem por objetivo o

intercâmbio de pontos de vista sobre temas da realidade internacional e regional, já se reuniu três vezes, tendo a III Reunião sido realizada, em Brasília, em maio de 1986.

3. No plano econômico-comercial, o Canadá configura-se, entre os parceiros do Brasil, como significativo mercado consumidor para os produtos brasileiros. O intercâmbio comercial sofreu, durante a última década, considerável dinamização, ultrapassando a cifra global de 1 bilhão de dólares em 1981, quando o Canadá chegou a ser nosso maior parceiro comercial na América. O aprofundamento da crise econômica mundial e seus reflexos no Brasil provocaram o declínio do intercâmbio em relação ao ápice de 1980. Em 1986, durante o período de janeiro a outubro, as exportações brasileiras atingiram 339.101.000 dólares e as importações, no mesmo período, totalizaram 338.927.000 dólares, resultando em um saldo de 60.174.000 de dólares favorável ao Brasil. O único problema existente no relacionamento bilateral diz respeito, do lado brasileiro, ao protecionismo que o Canadá tende a impor em relação a certos produtos de exportação brasileiros, principalmente calçados.

4. O relacionamento Brasil-Canadá, no campo da cooperação técnica, tem, ao longo dos últimos anos, atravessado um período de desenvolvimento equilibrado e satisfatório. Com fundamento no Acordo de Cooperação Técnica, de 1975, foram realizados trabalhos em áreas de interesse prioritário para o Brasil nos mais diversos campos de atividades. Atualmente, está em execução o III Programa de Cooperação Técnica, que cobre o período de 84/87, e regula a aplicação de cerca de 23 milhões de dólares canadenses em três grupos de projetos: doze milhões de dólares canadenses em 19 projetos nas áreas de agricultura, zootecnia, veterinária, pesquisa e exploração mineral, administração e medicina; três milhões de dólares canadenses em projetos sobre tecnologia e telecomunicações espaciais; e 8 milhões de dólares canadenses aplicados em programa de cooperação no setor de Comunicações e Espacial.

5. Há que ressaltar, ainda, que, em 1985, foram colocados em órbita dois satélites de telecomunicações brasileiros de produção da empresa "Spar Aerospace Ltda". Nos termos do acordo de "off set", vinculado à aquisição pelo Brasil dos referidos satélites, aquela empresa também intermediaria operações de vendas de bens e serviços brasileiros ao Canadá e terceiros países. Com base nesses entendimentos, a SPAR se comprometeu a intermediar exportações brasileiras no valor de US\$ 60 milhões, as quais já se efetivaram.

Além disso, a referida empresa assumiu o compromisso de envidar esforços para a realização de vendas adicionais no valor de US\$ 105 milhões.

6. Como decorrência do Acordo de Transporte Aéreo, assinado em 1986, a CPAIR (Canadian Pacific Airlines) iniciou seus serviços regulares entre o Canadá e o Brasil em maio de 1987. A VARIG, por sua vez, vem realizando dois vôos semanais para o Canadá desde 1986.

II – Dados biográficos do Senhor John Peter Bell, Embaixador designado do Canadá

7. O Senhor John Peter Bell nasceu em Montreal, em 26 de abril de 1938. É bacharel em Comércio pela Universidade de British Columbia. Ingressou em 1962 no Ministério da Indústria e Comércio, onde exerceu, entre outros, o cargo de Diretor do Departamento de Pessoal do Serviço de Promoção Comercial (79/81) e o de Diretor-geral das Representações Regionais (81/82). Serviu como Assessor para Assuntos Comerciais nas Embaixadas do Canadá em Estocolmo (63/67); Acra (69/70); Abdijan (70/71); Paris e nos Consulados em Sydney (74/75) e São Paulo (75/79). Foi Cônsul-Geral em Nova York em 1982/83 e, desde 1984, Embaixador em Abdijan.

8. O Senhor Bell substitui o Senhor Anthony Tudor Eyton, Embaixador no Brasil de 1983 a 1986.

Organização política

O Canadá é um Estado Federal, criado em 1867 pelo "British North America Act". Essa lei concedeu ao Canadá total autonomia na gestão dos assuntos internos e, gradualmente, o país adquiriu controle sobre seus assuntos externos. O Canadá é hoje um Estado soberano, membro da Comunidade Britânica, sob forma de monarquia constitucional. O soberano britânico (Rainha Elizabeth II) é o Chefe de Estado, sendo representado por um Governador-geral de nacionalidade canadense, escolhido pelo soberano por indicação do Gabinete canadense, por um período de 5 a 7 anos.

O Poder Executivo é exercido pelo Primeiro-Ministro, assessorado pelo Gabinete. O Poder Legislativo é exercido pela Coroa, pelo Senado e pela Câmara dos Comuns, que, juntos, constituem o Parlamento. O Poder Judiciário é formado pela Corte Suprema, pela Corte Federal, pela Corte Geral de Recursos e por outros tribunais, em diversos níveis. O Canadá tem um regime pluripartidário.

Organização administrativa

O sistema político-administrativo canadense é composto pelo Governo Federal e por dez Governos Provinciais. Os dois territórios são administrados pelo Governo Federal. Em todos os níveis, o Governo segue o sistema parlamentarista.

O Governo Federal, com sede em Ottawa, é responsável por certos assuntos que afetam todo o país, incluindo: defesa nacional, imigração, política de comércio exterior, comércio interprovincial, política comercial, comunicações, bancos, transportes, impostos diretos e direito penal.

Os Governos Provinciais são responsáveis por assuntos não explicitamente atribuídos ao Governo Federal: comércio intraprovincial, recursos naturais, alguns impostos e direito civil. Os municípios canadenses estão subordinados tanto ao Governo Provincial quanto ao Governo Federal.

Existe um considerável grau de superposição de responsabilidade entre os dois níveis de Governo, federal e provincial. Por exemplo, os dois exercem jurisdição sobre problemas de consumo e sobre as atividades empresariais. A regulamentação relativa às atividades industriais, publicidade e comercialização de produtos é também feita nos dois níveis.

concessão de asilo ao ex-presidente stroessner

Nota à Imprensa, de 5 de fevereiro de 1989

Atendendo a solicitação do Governo paraguaio, o Governo brasileiro recebeu, como asilado político, em obediência ao preceito do Artigo 4, X, da Constituição, o ex-Presidente Alfredo Stroessner. A decisão está também de acordo com a tradição brasileira de respeito ao direito de asilo e às normas de direito internacional vigentes sobre a matéria.

ianomami recebe prêmio global 500 do pnuma

Nota à Imprensa, de 13 de fevereiro de 1989

Em maio de 1988, o Itamaraty foi informado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) de que, entre outros, o Senhor David Copenawa Ianomami seria agraciado, em 5 de junho

de 1988, quando se comemora o Dia Internacional do Meio Ambiente, com o Prêmio Global 500. Tal informação foi imediatamente comunicada à FUNAI.

2. Naquela oportunidade, nem o agraciado nem qualquer entidade solicitou qualquer tipo de apoio ao Itamaraty no sentido de que ele pudesse receber o referido prêmio, ou seja, a medalha e o diploma pertinentes, que, segundo informação do PNUMA, haviam sido encaminhados ao Escritório Regional do PNUMA no México para envio ao Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Brasília, ao qual caberia a entrega do prêmio.

3. Por telex datado de 28.12.88, o Senhor Jorge Terena, da SEAC do Ministério da Cultura, solicitou ao Secretário-geral das Relações Exteriores que desse todo o apoio necessário a que o agraciado pudesse receber o referido prêmio no exterior. Foi essa a única solicitação recebida pelo Itamaraty no sentido de prestar eventual apoio ao Senhor David Copenawa Ianomami.

4. Por telex de 6.1.89, o Secretário-geral das Relações Exteriores informou o Senhor Jorge Terena de que a medalha e o diploma estavam no Escritório do PNUD em Brasília, a quem caberia providenciar a entrega do prêmio.

5. O prêmio foi entregue em cerimônia realizada, em 28.1.89, no Escritório do PNUD, por seu Representante Residente, com ampla participação. O Itamaraty foi representado no evento pelo Subsecretário-geral para Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais e pelo Chefe do Departamento de Organismos Internacionais.

adesão do brasil aos instrumentos jurídicos internacionais sobre a proteção da camada de ozônio

Nota à Imprensa, de 16 de fevereiro de 1989

Pela Mensagem de nº 60, de 10 de fevereiro corrente, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 49, inciso I da Constituição Federal, a Convenção de Viena de 1985 e o Protocolo de Montreal de 1987, sobre a proteção da camada de ozônio e as substâncias que a destroem, respectivamente, dando seqüência ao processo de adesão do Brasil aos referidos instrumentos jurídicos internacionais.

Ambos os instrumentos, adotados sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, refletem os esforços que vêm sendo envidados pela comunidade internacional para a preservação da camada de ozônio que envolve a atmosfera, com o objetivo de reduzir e, se possível, reverter o atual processo de esgotamento a que ela está submetida, cujo traço mais visível é o chamado "buraco" sobre a Antártida.

O problema da camada de ozônio é de natureza global. Embora o consumo de substâncias que a afetam, notadamente os clorofluorcarbonos (CFCs), seja consideravelmente mais elevado nos países do hemisfério norte, os efeitos da destruição têm-se manifestado sobretudo ao sul.

O Brasil é responsável por menos de 1% do consumo mundial das substâncias que destroem a camada de ozônio. Os principais países industrializados respondem por mais de 75% do consumo das mesmas substâncias, e por 95% de sua produção.

condenação à morte de escritor iraniano

Nota à Imprensa, de 20 de fevereiro de 1989

O Governo brasileiro tomou conhecimento de nota distribuída à imprensa pela Embaixada da República Islâmica do Irã sobre a "condenação à morte" do autor de um livro.

O teor da nota, que revela cabal e claro sentido intervencionista e desprezo pelos mais elementares direitos humanos, não pode ser aceito por qualquer Estado de direito nem pela comunidade internacional. O Governo brasileiro manifesta seu pleno repúdio pela atitude.

distúrbios na república da venezuela

Nota à Imprensa, de 4 de março de 1989

Declaração conjunta emitida, dia 03/03/89, pelos países integrantes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo dos Oito), referente aos recentes acontecimentos ocorridos na República da Venezuela.

"Em vista dos acontecimentos que tendem a perturbar o desenvolvimento pacífico e a convivência

social na república irmã da Venezuela, os Governos da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru e Uruguai, integrantes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, reafirmam seus sentimentos de solidariedade ao Governo e povo do país irmão e formulam calorosos votos para que um clima de compreensão e tolerância permita respaldar e fortalecer a democracia exemplar e a estabilidade política e institucional, que constituem uma característica essencial do processo venezuelano".

xviii reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

Comunicado à Imprensa, de 16 de março de 1989

O Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), integrado pelas representações da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, tendo em conta o oferecimento do Governo do Brasil na sua qualidade de País anfitrião e o Consenso existente sobre o assunto, resolveu fixar como data para a celebração da XVIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata o dia 4 de abril de 1989.

A referida Reunião será realizada de acordo ao estabelecido no Tratado da Bacia do Prata e a convite do Excelentíssimo Senhor Chanceler da República Federativa do Brasil, Roberto Costa de Abreu Sodré, na cidade de Brasília, Capital Federal do Brasil. Esta será a quarta vez que o Brasil é sede das Reuniões de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata. As ocasiões anteriores foram em abril de 1969, para a I Reunião Extraordinária e III Ordinária, em dezembro de 1976, para a VIII Reunião Ordinária, e em dezembro de 1982, para a XIII Reunião Ordinária.

Nesta XVIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata (Dante Caputo, da Argentina, Valentin Abecia, da Bolívia, Luis M. Argaña, do Paraguai, Luis Barrios Tassano, do Uruguai, e o anfitrião Roberto Costa de Abreu Sodré), a fim de dar cumprimento aos propósitos do Tratado da Bacia do Prata assinado em Brasília em 1969, de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da região e de suas áreas de influência direta e ponderável, serão avaliados os progressos realizados desde sua anterior Reunião (dezembro de 1987) no Programa de Ações Concretas aprovado naquela ocasião, e que foi implementado através das ações levadas a cabo por Reuniões de Contrapartes Técnicas convocadas pelo CIC sobre as diferentes matérias que compreendem navegação, transporte

fluvial, transporte terrestre, controle da qualidade das águas dos rios internacionais da Bacia do Prata, sistema de alerta hidrológico na bacia, cooperação fronteiriça, recursos naturais (com especificação para recursos solo e para ferro e aço). Para executar sua tarefa, contarão com o relatório que o CIC apresentará, em concordância com as decisões adotadas na XVII Reunião (Santa Cruz de La Sierra, dezembro de 1987).

As Reuniões de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata se celebram anualmente com o objetivo de traçar diretrizes de política comum para lograr os propósitos estabelecidos no Tratado da Bacia do Prata, apreciar e avaliar os resultados obtidos, celebrar consultas sobre a ação de seus respectivos governos no âmbito do desenvolvimento multinacional integrado da Bacia, dirigir a atividade do CIC e, em geral, adotar as providências necessárias para o cumprimento do tratado através das ações que ele demandar.

agravamento da crise libanesa

Nota à Imprensa, de 17 de março de 1989

O Governo brasileiro acompanha, com consternação, a retomada dos combates fratricidas em Beirute e o agravamento da crise libanesa.

O Líbano muito contribuiu para a formação da nacionalidade brasileira. Esse é mais um motivo para que o Brasil reafirme o seu respaldo aos esforços do Comitê Interministerial "Ad hoc" da Liga Árabe, presidido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuwait, que procura a conciliação entre as diversas partes envolvidas no conflito interno do Líbano, a fim de que naquele país amigo sejam restabelecidas a ordem pública e a integridade territorial.

repatriação de espécie animal ameaçada de extinção

Nota à Imprensa, de 20 de março de 1989

Em novembro de 1988, a Embaixada do Brasil em Buenos Aires tomou conhecimento de que um casal de micos-leões (*Leontopithecus chrysomelas*) fora localizado em um estabelecimento comercial daquela cidade.

Uma vez que se trata de espécie ameaçada de extinção natural do Brasil, foram iniciadas imediatamente tratativas legais com vistas à

repatriação dos animais, nos termos da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécie da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), da qual são partes tanto o Brasil como a Argentina.

No último dia 14, o Juiz Federal argentino encarregado do processo judicial determinou a devolução ao Brasil do animal sobrevivente, uma vez que a fêmea falecera no dia 26 de janeiro, em virtude do cativeiro.

Durante todo o decorrer do processo, o Itamaraty, por meio da Embaixada do Brasil em Buenos Aires e em coordenação com o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), agora incorporado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, empenhou-se ativamente para que o processo obtivesse um desfecho favorável, com a pronta repatriação do mico-leão.

O animal deverá chegar ao Brasil amanhã, dia 21/3/89, pelo voo Cruzeiro 931, e imediatamente encaminhado à Fundação Parque Zoológico de São Paulo, aos cuidados do Curador-geral de Biologia, Doutor Faíçal Simon.

questão ambiental: parlamentares norte-americanos visitam o brasil

Nota à Imprensa, de 22 de março de 1989

Visitará o Brasil, de 26 de março a 1º de abril do corrente, delegação de parlamentares norte-americanos, chefiada pelo Senador John H. Chafee e integrada pelos Senadores Dale Bumpers, Steve Symms, Arlen Specter. Acompanhará a delegação o professor Thomas Lovejoy, da "Smithsonian Institution", estudioso e conhecedor do meio ambiente brasileiro.

Os objetivos da visita, que se dará por iniciativa dos próprios parlamentares e incluirá as cidades de Manaus, Porto Velho, Brasília e São Paulo, serão o de propiciar aos senadores um contato com a realidade da região amazônica e o de que sejam mantidas entrevistas com autoridades brasileiras ligadas à questão ambiental e temas de interesse do relacionamento bilateral.

criação do prêmio luís de camões

Nota à Imprensa, de 27 de março de 1989

O Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre Brasil e Portugal, criando o Prêmio Luís de Camões, foi

assinado em 22 de junho de 1988, em Brasília, por Suas Excelências o Senhor Roberto de Abreu Sodré, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e o Senhor Adriano Antonio de Carvalho, Embaixador de Portugal.

Segundo consta do artigo 6 do referido Protocolo, o Secretariado do Prêmio será assegurado pelo Instituto Português do Livro e da Literatura, em Portugal, e pelo Instituto Nacional do Livro, no Brasil.

Conforme previsto no artigo 7, o Governo português designou três personalidades de reconhecido mérito cultural e literário para comporem a parte portuguesa do júri do Prêmio em questão, a saber: Professora Maria de Lourdes Belchior, da Academia das Ciências de Lisboa; Professor Eduardo Lourenço, considerado o maior ensaísta português contemporâneo, e Professor Victor Aguiar e Silva, catedrático de teoria literária da Universidade de Coimbra. Por sua vez, a parte brasileira, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Cultura, Doutor José Aparecido de Oliveira, designou os Senhores Acadêmicos Antonio Houaiss, Afrânio Coutinho e Herberto Sales, para comporem o júri brasileiro.

Em conformidade com o artigo 8, que prevê a primeira reunião do Júri do Prêmio Luís de Camões

em Lisboa, no primeiro trimestre de 1989, as partes brasileira e portuguesa concordaram em realizar a mencionada reunião no período de 17 a 19 de abril próximo. O valor do Prêmio é de 10 milhões de escudos, cabendo cinco milhões ao Brasil e cinco milhões a Portugal, sendo o objetivo do Prêmio manifestar publicamente, todos os anos, o apreço e a homenagem da Comunidade a um escritor que, pela sua obra, tenha contribuído para o engrandecimento e projeção da literatura de língua portuguesa e do patrimônio literário das culturas que encontram expressão na Língua portuguesa.

A divulgação dos nomes dos jurados do Prêmio Luís de Camões está ocorrendo nesta data, simultaneamente em Brasília e Lisboa.

visita do chanceler paraguaio

Comunicado à Imprensa, de 31 de março de 1989

A convite do Governo brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Professor Doutor Luis Maria Argaña, realizará visita de trabalho a Brasília no dia 05 de abril do corrente ano.

mensagens

falecimento do imperador hiroito

Mensagem do Presidente José Sarney a Sua Majestade o Imperador Akihito do Japão, em 8 de janeiro de 1989

Profundamente comovido com a notícia do falecimento de Sua Majestade o Imperador Hirohito, venho expressar a Vossa Majestade Imperial, em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, os mais sinceros sentimentos de tristeza e pêsames pela dolorosa perda. A história do reinado do Imperador Hirohito, o mais longo de um monarca em nossos tempos, confunde-se com a própria história do Japão no século XX. Abarca, em sua grandeza, sobremodo, o desafio da reconstrução do pós-guerra e o renascimento do Japão contemporâneo com sua pujança econômica e tecnológica. A nação japonesa encontrou no Imperador Hirohito o símbolo e a expressão de suas melhores qualidades de dignidade pessoal, dedicação ao trabalho, tenacidade e estoicismo. Nas mais difíceis crises por que passou o Japão, o Imperador, com sua força moral, serviu de esteio para o seu povo, guiando-o, na aflição e na dor, para a superação e a consecução de seu alto destino. Sua grande figura de monarca, com uma histórica contribuição ao mundo contemporâneo, inclusive no terreno da pesquisa científica, granjeou-lhe o profundo respeito do povo brasileiro, que nutre grande admiração e simpatia pelo Japão. Desde 1908, o Brasil tem recebido imigrantes japoneses, que, em nosso país, construíram seus lares e famílias. Tem sido notável sua contribuição, lado a lado com os outros brasileiros, ao progresso nacional, estreitando assim os vínculos entre nossos dois países.

Rogo a Vossa Majestade Imperial transmitir a Sua Majestade a Imperatriz Nagako e aos demais membros de sua família os meus sentimentos, que são também os da nação brasileira.

Ao mesmo tempo, auguro a Vossa Majestade Imperial um longo reinado de paz, profícuo em realizações que engrandecem ainda mais o Japão.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Majestade Imperial os protestos da minha mais alta consideração.

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

posse do presidente bush

Mensagem do Presidente José Sarney ao Presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, em 20 de janeiro de 1989

No momento em que Vossa Excelência assume a Presidência dos Estados Unidos da América, peço aceitar, em meu nome e em nome de todo o povo brasileiro, os mais calorosos votos de êxito. Renovo-lhe, em meu nome e no de minha mulher Marly, nossa mensagem de felicidade pessoal a Vossa Excelência e à Senhora Bush. Estou certo de que os tradicionais laços de amizade que unem nossos dois países serão reforçados no Governo de Vossa Excelência. Para tanto comprometo o melhor de meus esforços.

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

posse do secretário de estado dos eua

Mensagem do Ministro Abreu Sodré ao Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, James Baker, em 20 de janeiro de 1989

Ao assumir Vossa Excelência o cargo de Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, desejo expressar-lhe os meus votos de êxito no desempenho de tão elevadas funções, e de plena realização pessoal e profissional. Conte Vossa Excelência com os meus esforços no sentido de que o alto nível das relações entre nossos dois países seja preservado e reforçado em sua gestão.

Roberto de Abreu Sodré

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

ÍNDICE

brasil acolhe governadora-geral do Canadá

discurso do presidente José Sarney, por ocasião do banquete oferecido à senhora governadora-geral do Canadá, Jeanne Sauvé, em 16 de fevereiro de 1989	5
---	---

paramaribo recebe o presidente Sarney

palavras de saudação do presidente José Sarney, em sua chegada ao aeroporto de Zanderij, no Suriname, em 2 de março de 1989	9
discurso pronunciado pelo presidente José Sarney na cerimônia de assinatura de atos, em 2 de março de 1989	9
palavras do presidente José Sarney, por ocasião do recebimento da condecoração "gran colar da ordem da estrela amarela", em 2 de março de 1989	11
palavras do presidente José Sarney na abertura da reunião de trabalho com o presidente do Suriname, em 2 de março de 1989	11
discurso do presidente José Sarney em sua visita à assembléia nacional do Suriname, em 2 de março de 1989	12
palavras do presidente José Sarney, por ocasião da imposição da ordem nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de grande colar, ao presidente do Suriname, em 2 de março de 1989	14
brinde oferecido pelo presidente José Sarney por ocasião do jantar oferecido pelo presidente do Suriname, em 2 de março de 1989	14
palavras do presidente José Sarney, por ocasião da cerimônia de inauguração do projeto de expansão da rede telefônica do Suriname	15
comunicado conjunto Brasil-Suriname	15

presidente Sarney na Guiana

palavras proferidas pelo presidente José Sarney em agradecimento à saudação do prefeito de Georgetown, em 3 de março de 1989, na cerimônia de entrega das chaves da cidade	23
discurso do presidente José Sarney, por ocasião do jantar oferecido pelo presidente da República Cooperativista da Guiana	23
palavras proferidas pelo presidente José Sarney, por ocasião da visita ao parlamento da Guiana	26
alocução proferida pelo presidente José Sarney, na cerimônia da assinatura de atos, em Georgetown	27
declaração conjunta Brasil-Guiana	28
comunicado à imprensa, de 4 de março de 1989	32

meio ambiente: reunião de cúpula na Haia

discurso do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, representante pessoal do presidente da República, na reunião de cúpula sobre proteção da atmosfera	35
declaração da Haia	36

conferência dos Estados Partes do Protocolo de Genebra de 1925 e outros Estados Interessados

discurso pronunciado pelo ministro Abreu Sodré, em Paris, em 7 de janeiro de 1989, na conferência dos Estados Partes do Protocolo de Genebra de 1925 e outros Estados Interessados	39
--	----

brasil-países baixos: ii reunião da comissão mista de cooperação econômica e industrial	
discurso do ministro abreu sodré, por ocasião da sessão de abertura da reunião, no palácio itamaraty, em 24 de janeiro de 1989	43
discurso do ministro abreu sodré, por ocasião do almoço em homenagem ao vice-primeiro-ministro e ministro dos assuntos econômicos do reino dos países baixos, rudolf w. de korte, no palácio itamaraty, em 24 de janeiro de 1989	45
discurso pronunciado pelo ministro abreu sodré, em 24 de janeiro de 1989, no palácio itamaraty, durante jantar de retribuição oferecido pelo vice-primeiro-ministro do reino dos países baixos, sr. korte	46
abreu sodré recebe delegação boliviana	
discurso pronunciado pelo ministro abreu sodré, em 30 de janeiro de 1989, no palácio itamaraty, por ocasião do almoço que ofereceu ao chanceler guillermo bedregal e ao ministro da energia e hidrocarbonetos da bolívia, fernando illanes	49
brasília despede embaixador do japão	
discurso do ministro abreu sodré, por ocasião do almoço de despedida e entrega das insígnias da grã-cruz da ordem nacional do cruzeiro do sul ao embaixador do japão, sr. koichi komura, no palácio itamaraty, em 14 de fevereiro de 1989	51
itaipu binacional renova diretoria paraguaia	
discurso do ministro abreu sodré na cerimônia de posse do novo diretor-geral paraguaio da itaipu binacional, engenheiro fidencio j. tardivo, em foz do iguaçu, em 17 de fevereiro de 1989	53
iii reunião de chanceleres do tratado de cooperação amazônica	
discurso pronunciado pelo embaixador paulo tarso flecha de lima, em quito, em 7 de março de 1989	55
representante da república dos camarões despede-se de brasília	
discurso do ministro de estado, interino, das relações exteriores, embaixador paulo tarso flecha de lima, por ocasião do almoço de despedidas para o embaixador da república dos camarões, no palácio itamaraty, em 15 de março de 1989	59
corpo diplomático homenageia chanceler abreu sodré	
brinde proferido pelo chanceler abreu sodré, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o corpo diplomático acreditado em brasília, em 20 de março de 1989	61
américa latina e caribe discutem o meio ambiente	
discurso do presidente josé sarney na sessão inaugural da vi reunião ministerial da américa latina e do caribe sobre meio ambiente, realizada em brasília de 30 a 31 de março de 1989	65
declaração de brasília	68
vice-chanceler polonês visita brasília	
discurso do ministro de estado, interino, das relações exteriores, embaixador paulo tarso flecha de lima, por ocasião do almoço oferecido ao vice-ministro dos negócios estrangeiros da polônia, sr. jan majewskim, no palácio itamaraty, em 22 de fevereiro de 1989	73
relações diplomáticas	
designação de embaixadores brasileiros	75
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	75
tratados, acordos, convênios	
comunicado conjunto brasileiro-angolano	77
brasil e França assinam ajuste complementar	81

plano de ação brasil-suriname	83
ajuste complementar brasil-rfa sobre cooperação técnica	84
registro de assentamentos de atos multilaterais dos quais o brasil é parte ocorrido no primeiro trimestre de 1989	85
acordos vigentes assinados durante o primeiro trimestre de 1989	87
acordos não vigentes assinados durante o primeiro trimestre de 1989	88

comunicados e notas

falecimento do imperador hiroito	89
visita ao brasil da governadora-geral do Canadá	89
concessão de asilo ao ex-presidente stroessner	91
ianomami recebe prêmio global 500 do pnuma	91
adesão do brasil aos instrumentos jurídicos internacionais sobre a proteção da camada de ozônio	91
condenação à morte de escritor iraniano	92
distúrbios na república da venezuela	92
xviii reunião de chanceleres dos países da bacia do prata	92
agravamento da crise libanesa	93
repatriação de espécie animal ameaçada de extinção	93
questão ambiental: parlamentares norte-americanos visitam o brasil	93
criação do prêmio luís de camões	93
visita do chanceler paraguaio	94

mensagens

falecimento do imperador hiroito	95
posse do presidente bush	95
posse do secretário de estado dos eua	95